

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!



Em 7 de Novembro faz 58 anos que a Grande Revolução Socialista de Outubro derrubou para sempre o regime de exploração e opressão do capitalismo russo. Os trabalhadores e os povos do mundo inteiro comemoram

essa data com a certeza de vencerem o imperialismo e de construirem as sociedades do futuro à medida da força universal da classe operária e de todos os trabalhadores.

(páginas centrais)



TOTAL APOIO E SOLIDARIEDADE AO MPLA!

Durante o comício de apoio ao MPLA ontem realizado em Sacavém, o camarada Sérgio Vilarigues manifestou o decidido apoio do PCP e do povo português à luta do povo de Angola e denunciou as manobras do inimigo comum — o imperialismo — Pág. 12

PARA DERROTAR A REACÇÃO ORGANIZAR E FORTALECER O MOVIMENTO DE MASSAS

Há uma semana havia indícios de que a reacção preparava nova tentativa de golpe. Nos últimos dias os indícios transformaram-se em provas.

O movimento de massas já demonstrou que não teme a reacção e que está disposto a enfrentá-la e derrotá-la como aconteceu no 25 de Setembro e no 11 de Março. Mas a situação hoje é diferente. O confronto desta vez será decisivo, a derrota do inimigo terá de ser definitiva.

Mais do que nunca importa lembrar que a acção é, em política, a continuação natural do trabalho organizativo. A contra-ofensiva das forças revolucionárias que

conteve nas últimas semanas a escalada contra-revolucionária não teria sido possível sem o esforço prévio de esclarecimento e mobilização que levou à constituição de milhares de comissões de moradores e trabalhadores, de conselhos de aldeia, de fábrica, de controlo, de vigilância e outras organizações populares, numa campanha que abrangiu todo o País.

E nos grandes comícios, nas gigantescas manifestações de massa que a vontade popular se exprime e afirma; foi em poderosas concentrações unitárias como as realizadas no Porto, em Lisboa, em Évora, em Coimbra e em muitas

outras cidades que as forças progressistas deram resposta adequada às provocações e ameaças da direita, demonstrando a sua combatividade e a sua determinação de aprofundar as conquistas da Revolução. É preciso agora assegurar a continuidade e a originalidade dessa resposta política. E só há uma forma eficaz de cumprir bem essa tarefa: reforçar a organização do movimento de massas, fortalecê-lo cada vez mais, criar novas estruturas de base, enriquecidas pela experiência adquirida. Urge transformar em definitivo o que nasceu com a marca do transitório e do improvisado.

Organizemos e fortaleçamos,

portanto, as estruturas do movimento popular de massas!

Não basta organizar grandes manifestações. É preciso que elas sejam o resultado de um eficiente trabalho organizativo, de um trabalho unitário realizado sem sectarismos, de uma resposta permanente das massas à reacção. Será assim que as organizações populares de base cumprirão revolucionariamente o seu papel.

Teremos hoje, no Porto, mais uma prova da força desse trabalho organizativo, do seu fortalecimento: a grande manifestação na Praça Humberto Delgado com início às 19,30 horas, promovida pelas comissões de trabalhadores da

Alumina e da Secca e pela Comissão de Rendeiros de Rio Tinto. A esta manifestação — que tem como objectivos a luta contra a reacção em geral, o cumprimento dos contratos colectivos, e da lei do Arrendamento Rural, a reintegração dos soldados saneados, o fim dos saneamentos à esquerda e o avanço do movimento popular — já aderiram sindicatos, dezenas de comissões de moradores e outras organizações populares. Será mais um degrau na poderosa contra-ofensiva das forças populares, mais uma vitória do trabalho de organização e fortalecimento do movimento popular de massas.

Editorial

A UNIDADE É POSSÍVEL A CONTRA-REVOLUÇÃO SERÁ VENCIDA

A situação político-militar continua crítica; as tensões aumentam. Os inimigos da Revolução fomentam o pânico entre os portugueses e desenvolvem esforços desesperados para criar no País um clima psicológico favorável à eclosão e ao triunfo de um golpe reacçãoário de direita.

Há, por outro lado, um estreito sincronismo entre o recrudescimento das actividades mercenárias em Angola e o agravamento — provocado — da crise em Portugal. À medida que se aproxima a data da independência do povo angolano multiplicam-se as provocações, os actos terroristas e os preparativos insurreccionais da contra-revolução e do neocolonialismo. Tudo isto tem o objectivo de inverter o processo político em Portugal e aniquilar as grandes

(Continua na pág. 2)

POR UMA INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

Pág. 3



Editorial

A UNIDADE É POSSÍVEL A CONTRA-REVOLUÇÃO SERÁ VENCIDA

(Continuação da pág. 1)

conquistas revolucionárias do nosso povo e dos povos das ex-colónias portuguesas. A reacção interna e o imperialismo dão-se as mãos nesta conspiração sinistra contra os povos dos nossos países.

Os acontecimentos têm vindo a comprovar com meridiana clareza a verdade das denúncias e prevenções do PCP quanto à interdependência dos dois processos e a justeza das soluções que aponta para conjurar os perigos e esmagar a contra-revolução.

O tempo urge. Não se podem desperdiçar os dias, as horas e os minutos em controvérsia estéril. Os que estão de verdade interessados em defender a Revolução, devem com urgência encontrar as formas para um largo entendimento em torno de objectivos mínimos comuns. Toda a dilação, todo o manobristo político de grupo, envolverão uma grave responsabilidade histórica para quem os pratica.

A inoperância e inconsequência políticas do VI Governo Provisório, determinados por uma composição onde abundam elementos abertamente contrários à Revolução, assim como as denúncias vindas a público quanto à iminência de um golpe militar de direita, mostram que não se pode resolver a crítica situação do País por meio de uma simples remodelação de governo ou de uma simples reconciliação entre facções divergentes no seio do MFA — independentemente do peso específico real e importante de cada uma destas medidas na solução global da crise.

O volume dos saneamentos à esquerda na administração pública e nas forças armadas acentuou as tendências de direita no aparelho de Estado.

Mesmo ao nível do governo não deixa de ser significativa a sonogação a comunistas, sob pretextos dos mais inconsistentes, de cargos que lhe haviam sido consignados durante as negociações para a formação da equipa governamental.

O peso dos elementos de direita — do PPD em particular — não podia deixar de reflectir-se na política do governo. Também em Ministérios como o do Trabalho, por exemplo, a voz do patronato voltou a ter uma audiência inesperada e atenta.

Logicamente a um peso maior de ministros hostis ao processo revolucionário e à sua política de classe não poderia também deixar de corresponder uma drástica diminuição do apoio popular, especialmente das classes trabalhadoras.

Só por uma imperdoável cegueira política se podem interpretar as manifestações do Porto e de Faro, com a presença do Almirante Pinheiro de Azevedo, como um alargamento da base social de apoio ao VI Governo. Deslocamento da base social na direcção da burguesia, sim, alargamento, não.

No Porto o PPD e o CDS constituíram a esmagadora maioria dos manifestantes com um PS quase inexpressivo pelo meio — em Faro foi mais uma vez o PPD e muita da fauna conservadora local que constituiu a grande maioria dos poucos milhares de pessoas na manifestação de domingo.

Insistimos: o PPD e o CDS são capas legais de estruturas clandestinas que se chamam MDLP e ELP.

É ingenuidade (ou talvez não) emprestar a estes partidos uma fisionomia «democrática» e «liberal» que a sua prática política desmente todos os dias.

O alargamento da base social de um governo revolucionário faz-se através duma firme política de defesa dos interesses das mais amplas camadas populares, dos pequenos e médios camponeses, comerciantes e industriais e de soluções realistas para os seus problemas mais agudos, e não pelo alijamento das classes trabalhadoras; faz-se pela crescente participação das capas pobres e médias da população através dos seus elementos mais representativos, nas grandes decisões políticas, económicas e sociais, e não pelo cerceamento do seu acesso a postos de direcção.

O alargamento da base social do governo far-se-á através de uma política audaz de defesa e ampliação da Reforma Agrária, de estabelecimento do controlo operário sobre as empresas nacionalizadas — e não concedendo créditos aos grandes proprietários absentistas, nem pagando indemnizações aos grandes accionistas que não trabalham a terra — como no caso das Lezírias. É isto que faz o VI Governo Provisório? Não, faz o contrário.

Mas então — pergunta-se — que faz o PCP dentro do VI Governo? «O PCP... está com a ponta de um dos pés dentro do Governo e com o outro pé e todo o corpo fora do Governo, na oposição, a criar grandes problemas e dificuldades ao nosso país» — disse anteontem ao «Diário Popular» o dr. Mário Soares. Esta conclusão do secretário-geral do PS é evidentemente falsa: a nossa posição quanto ao Governo é determinada pela quota-parte da nossa responsabilidade. Se as nossas responsabilidades diminuem, diminui também, compreensivelmente, a margem do nosso apoio ao VI Governo Provisório.

Atribuir, porém, ao PCP os «problemas e dificuldades» no País, como faz Mário Soares, é manifestamente uma calúnia contra os comunistas portugueses. Dentro do Governo e fora dele a posição do PCP é de luta contra as tendências de direita — apoiamos tudo o que favorece o processo revolucionário, atacamos tudo o que o contraria. Continuaremos dentro do Governo enquanto for possível defender os interesses das classes trabalhadoras. Não temos nenhuma intenção de sair dele. Pelo contrário, dentro da solução política que defendemos para a crise, está implícita a nossa participação, porventura mais ampla, no elenco governamental.

Tem, isso sim, o PCP dificuldades em compreender a fórmula avançada pelo dr. Mário Soares perante a reduzida assistência ao início do seu partido em Sacavém — a segunda vez, aliás, que repete a afirmação. O PS, pela boca do seu secretário-geral afirma que está em condições de formar governo só com o MFA. Não ignora o dr. Mário Soares as alterações havidas na força e influência do seu partido que ele frequentemente chama maioritário. Governar com o MFA — com que MFA?

Também o PCP se bate por uma fórmula de participação do MFA, mas reaceamos que não seja a mesma do dr. Mário Soares. Num Governo saído de uma solução global da crise, com a necessária exclusão do PPD, num leque político de forças de esquerda, onde obrigatoriamente deveriam estar o PS e o PCP, deverá participar um MFA reunificado, reconduzido ao seu insubstituível papel de vanguarda revolucionária das Forças Armadas e de braço armado da Revolução. Sobre uma plataforma política de defesa da Revolução e das suas conquistas fundamentais seria então possível conjurar os perigos de um golpe de direita, desarmar a conspiração fascista e defender as liberdades. Ao mesmo tempo levar por diante uma firme política de nacionalizações, dentro de uma economia planificada no interesse das massas trabalhadoras e da independência nacional, alargar e garantir a Reforma Agrária, a maior conquista da Revolução democrática rumo ao socialismo, levando-a, nas formas correspondentes à vontade dos camponeses, às Beiras, ao Douro, a Trás-os-Montes e ao Minho e também à Madeira e aos Açores, onde o povo das Ilhas deseja progredir e viver dentro da comunidade pátria. Para o PCP é urgente caminhar nesta direcção — caminhar antes que seja tarde. Nós estamos certos que os trabalhadores socialistas compartilham deste amplo espírito unitário e desta consciência de que só unidos os trabalhadores portugueses e os militares revolucionários serão capazes de impedir o regresso ao fascismo e defender as liberdades.

A necessária vigilância popular contra os maneios dos conspiradores fascistas implica uma sólida unidade de classe. Sobre esta base a Revolução triunfará e a contra-revolução será desarticulada e vencida.

«O jornal não é apenas um propagandista e um agitador colectivo, mas também um organizador colectivo. Deste último ponto de vista, pode ser comparado aos andaimes que se levantam em torno de um edifício em construção, que lhe marcam os contornos, facilitam os contactos entre os construtores, ajudam-nos a dividir entre si as tarefas e a aperceberem-se dos resultados globais obtidos pelo trabalho bem organizado»

Lénine



APRENDER
APRENDER
APRENDER SEMPRE

LENINE

E O «RETORNADO», SR. MINISTRO?

Circulam pelo País, outra vez, jornais fascistas. São os novos «Bandarras». Um deles é «O Retornado», semanário que faz a defesa do fascismo e do colonialismo, na velha linguagem dos tempos de Salazar

Após o 28 de Setembro. o MFA tomou medidas para impedir que jornais declaradamente fascistas continuassem a fazer, impunemente, a propaganda da contra-revolução. O «Bandarra» foi proibido. Pela província continuaram a circular pequenos «Bandarras» sob o manto de inocência da chamada imprensa paroquial, mas a possibilidade de que fosse autorizado o lançamento de jornais fascistas parecia excluída. O 11 de Março veio reforçar essa convicção. Numa sociedade revolucionária a caminho do socialismo não havia atmosfera para que a reacção pudesse defender na imprensa os «valores» do fascismo e colonialismo.

A burguesia e o imperialismo não desistiram evidentemente de criar um aparelho de informação adequado à nova situação histórica, mas, numa primeira fase, excluíram a hipótese de editar novos Bandarras. O exemplo do «Expresso» apontava o caminho. Sucessivamente apareceram vários diários e semanários «independentes» cuja linha francamente contra-revolucionária se acentuou de número para número. Há, sem dúvida, diferenças entre «A Luta», o «Tempo» e o «Jornal Novo». Mas todos esses jornais privados, cada um com o seu estilo, se assemelham no seu anticomunismo doentio, na tendência para combater a reforma Agrária e as nacionalizações, na vocação para insultar oficiais revolucionários e elogiar oficiais reacçãoários. Anuncia-se o lançamento de outros jornais da mesma família...

Numa segunda fase, o recuo do processo revolucionário encorajou a reacção a tal ponto que voltou a des-

fraldar as bandeiras do colonialismo e do fascismo. Para isso conta com jornais de outro tipo. Em Tomar, por exemplo, «O Templário» faz descaradamente o elogio de Spínola. Antes circulava nas margens do Nabão; hoje é vendido em todo o país e colaboram nele conhecidos jornalistas reacçãoários. O exemplo mais expressivo da nova imprensa fascista é, porém, «O Retornado», um semanário que pretende apresentar-se como porta-voz de dezenas de milhares de trabalhadores que deixaram Angola.

A VOZ DOS PIDES

Na realidade, «O Retornado» é um daqueles jornalecos que até mesmo nas democracias burguesas mais tolerantes com a imprensa amarela não teria longa vida. Pinga ódio e violência das suas páginas. Seria preciso folhear as colecções do «Diário da Manhã» e da «Época» para se encontrar uma linguagem comparável. O elogio da guerra colonial é feito nas suas páginas em termos descarados. A guerra para os senhores de «O Retornado» era um dever sagrado. Os movimentos libertadores consumavam «crimes selvagens». Os colonos que participavam na repressão são definidos como «heróis anónimos». Um articulista particularmente agressivo afirma que nunca comeu «pretos ao mata bicho nem ao almoço ou ao jantar». Um poeta — há muita poesia nas colunas de «O Retornado» — canta a antiga Angola colonial como um «paraíso» onde «havia pão e paz». Era uma terra «maravilhosa». Hoje,

para o poeta, é «Nada». Os governos das Repúblicas da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Moçambique são qualificados depreciativamente de «governos de camaradas», que vieram desequilibrar «as zonas de influência dos americanos». É dessa forma primária que os colonialistas de «O Retornado» fazem a apologia do imperialismo. E dos laços do imperialismo, como é da praxe. Enquanto o MPLA é alvo de todas as injúrias e calúnias, a FNLA para os redactores de «O Retornado» é um movimento que teria assegurado «a defesa das vidas das populações brancas».

Não é de estranhar que o pasquim colonialista deixe transparecer o seu entusiasmo pelos bandos da FNLA. Essa opção é a mesma que levou a direcção de «O Retornado» a tomar uma atitude inédita na imprensa portuguesa: a publicação, na secção «Escrevem os leitores», da carta de um ex-pide, Orlando Rodrigues Passos, que fez parte dos quadros da PIDE/DGS em Moçambique. «Por que estamos presos? De que nos acusam? Por que não nos põem em liberdade?» — pergunta o esbirro. «O Retornado» publica «candidamente» a carta, condoído dos lamentos do pide, fingindo ignorar as respostas. A redacção de «O Retornado» está certamente solidária com os lamentos desses e de outros pides. Está solidária com

todos os fascistas e colonialistas.

O pasquim confessa que muitos retornados «não simpatizam com o jornal». É o único «desabafo positivo» em todo o número. «O Retornado» não pode ser confundido com os retornados. Há em Portugal neste momento dezenas de milhares de trabalhadores vindos de Angola que pretendem integrar-se no Portugal livre e democrático, trabalhadores que repudiam as posições fascistas e colonialistas expostas nas colunas do pasquim citado. Esses não são sensíveis aos apelos à violência de «O Retornado». Não alinharão com os terroristas do ELP e do MDLP.

Surpreendentemente, o Ministério da Comunicação Social sempre tão preocupado com o excesso de jornais, com o esbanjamento de papel, com o noticiário e os comentários dos órgãos de informação nacionalizados, não deu mostras até hoje de ter tomado conhecimento da existência de «O Retornado». O sr. ministro é um homem ligado aos problemas africanos. Viveu muitos anos em Moçambique e foi ministro da Coordenação Interterritorial em quatro governos. Não terá «O Retornado» aparecido ainda no gabinete do sr. ministro?

Ignorará o sr. ministro que «O Retornado» é um simples instrumento de forças contra-revolucionárias?

POR UMA INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

Acerca da actual situação no sector da comunicação social, a DORL do PCP divulgou o comunicado mais reprodutíveis

1. O sector da comunicação social é um daqueles em que as tentativas de viragem à direita da política nacional assumem aspectos mais nítidos e perigosos.

Desde o início do seu mandato o actual ministro Almeida Santos e a actual direcção de que se rodeou, incluindo o contestadíssimo secretário de Estado Ferreira da Cunha, mais não têm feito que condicionar, restringir e ameaçar a informação progressista. Nem mesmo no tempo de Sanches Osório a ofensiva da direita na esfera da comunicação social foi tão vencedora. O domínio dos órgãos de comunicação social é um objectivo essencial das forças de direita para o cumprimento dos seus planos de inversão do processo revolucionário.

2. A ocupação militar dos órgãos de comunicação social foi o primeiro passo prenunciador dos que se lhe seguiram. Só a luta tenaz dos trabalhadores da informação, o amplo apoio popular e a acção dos soldados, sargentos e oficiais progressistas impediu que atingissem então os objectivos da operação: silenciar a informação progressista e revolucionária. Tentativas de saneamento à esquerda, readmissão de reacçãoários com processos de saneamento, atitudes censórias e de discriminação em relação ao movimento popular e às forças progressistas, chantagem económica, recurso sistemático a métodos de intimidação e repressão (processos judiciais, inquéritos, etc.), imposição torrencial de «notas oficiosas» de inclusão obrigatória, utilização de técnicas de aberta manipulação ideológica, subalternização do papel dos trabalhadores na definição do conteúdo dos jornais, ataques às conquistas democráticas dos trabalhadores — eis alguns traços da política dereitista do actual ministro da Comunicação Social. A interpretação mais reacçãoária de uma «Lei de Imprensa» já contestada pelos trabalhadores é utilizada para dar cobertura a toda esta política.

3. Aos órgãos estatizados que defendem posições progressistas e zelam pela defesa do processo revolucionário, procura o Ministério da Comunicação Social vergá-los a uma orientação dereitista, ou encerrá-los a fim de calar vozes incómodas aos seus projectos de chantagem e recuperação do processo revolucionário. Em contrapartida, a informação amarela privada, de tom marcadamente reacçãoário quando não fascizante, é deixada em total impunidade, e os órgãos desfectos ao processo são poupados, apoiados, estimulados e até se pensa subversivamente nos seus dinheiros do Estado. Fica assim a nu o carácter partidário, claramente recortado sobre conhecidos planos de forças políticas conservadoras, da política do Ministério da Comunicação Social.

4. A investida do Ministério da Comunicação Social contra «O Século» é bem representativa de uma linha política que utiliza a chantagem económica para dividir e fazer hesitar os trabalhadores mais vacilantes, servindo-se de pequenos grupos de agentes internos, recrutados entre o MRPP, sectores de direita do PS e outros agrupamentos políticos reacçãoários, para quebrar a resistência dos trabalhadores. O incentivo aos mais primitivos preconceitos de classe e do sectarismo anticomunista, a falsa acusação de «manipulação» relativa a um jornal que tem procurado esforçadamente tão só defender a revolução, são a cortina de fumo que encobre reais tentativas de assalto das forças dereitistas com o objectivo de, elas sim, transformar «O Século» num instrumento da sua propaganda reacçãoária e tendenciosa ou, não o conseguindo, encerrarem pura e simplesmente este jornal progressista, com total indiferença pela sorte de muitas centenas de trabalhadores que aí ganham a sua vida. A DORL do PCP condena vigorosamente a ingerência do Ministério da Comunicação Social nos assuntos internos do jornal e confia em que os trabalhadores de «O Século» rejeitarão as manobras divisionistas, isolarão os grupos provocatórios, reforçarão a sua unidade na defesa de uma informação objectiva ao serviço do processo revolucionário apontado ao socialismo.

5. O problema dos órgãos de comunicação social não diz apenas respeito aos trabalhadores da informação. Diz respeito a todos os trabalhadores, a todas as organizações do movimento popular, a todas as forças progressistas. No momento em que as forças contra-revolucionárias intensificam a sua actividade conspiratória e subversiva impõe-se intensificar o combate às tentativas da direita para asfixiar a informação progressista, desmascarar a informação tendenciosa e reacçãoária, multiplicar as acções de solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Comunicação Social.

3 de Novembro de 1975.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP

AS RESERVAS-OURO VALEM 114 MILHÕES CARNEIRO OU CAETANO?

Desejosa de entregar as riquezas nacionais ao imperialismo, a burguesia espalha boatos sobre a bancarrota iminente. A crise financeira é uma crise inventada. Portugal possui uma das maiores reservas-ouro do mundo: 114 milhões de contos!

A reacção interna e externa anuncia diariamente que Portugal está à beira da bancarrota. Em Washington, Paris, Londres e Bona publicam-se quadros inteiramente falsos sobre a situação financeira do País. Aqui, os órgãos de informação da burguesia, auto-intitulados «independentes» também principiam a interessar-se sofregamente pelo tema. Mas o leitor pouco entende dos incompreensíveis arrazoados que esses jornais publicam. Curiosamente todos eles avolumam as consequências do esgotamento das reservas em divisas que possuem e subestimam a importância das reservas-ouro do País. As estatísticas, nesse aspecto como noutros, são usadas para confundir e não para esclarecer. Ou, mais exactamente, para tentar criar um estado

de espírito de inquietação, uma atitude de desalento ou até mesmo de pânico.

UMA CRISE INVENTADA

Para responder a essa campanha, cujos objectivos são claramente contra-revolucionários, torna-se necessário esclarecer em primeiro lugar e desmentir como falsa a afirmação de que a situação financeira do País é péssima. Na realidade Portugal enfrenta hoje problemas financeiros que precisam de ser resolvidos com urgência. Mas a situação financeira do País, em si mesma, de acordo com os próprios critérios fixados pelo mundo capitalista, é excelente se a referência for o valor real das

reservas-ouro que podem ser transformadas em divisas. Essas reservas são superadas apenas, no mundo capitalista, pelas dos Estados Unidos e da França. Não há pois motivo para pânico — o pânico com que sonham os jornais da burguesia que, paradoxalmente, só à luz dos seus próprios critérios de pensar politicamente. Em 31 de Dezembro do ano passado as reservas em divisas do Banco de Portugal ascendiam ainda a 27 milhões de contos. O último balancete publicado, já depois do 11 de Março, acusava uma baixa de 4 milhões de contos. Posteriormente afirmou-se que as últimas divisas existentes estariam prestes a ser consumidas, mas não foi divulgada qualquer nota oficial sobre o assunto. Do que se tem notícia, sim, através de declarações de trabalhadores bancários, é da existência de graves manobras de sabotagem económica desenvolvidas no âmbito do mercado negro de divisas.

Considerando que déficit previsível da balança de pagamentos será este ano, segundo o almirante Pinheiro de Azevedo, da ordem dos 32 milhões de contos, as perspectivas, tendo em vista o baixo nível das reservas em divisas, seriam realmente gravíssimas. Tão sombrias ou mais do que as chilenas no fim do primeiro ano do Governo da Unidade Popular. Dai os boatos em torno da bancarrota iminente, e outros espalhados pela reacção. Da também a empreitista em torno da urgência dos empréstimos externos e o coro de agradecimentos que saudou o anúncio das promessas de créditos feitas por países imperialistas.

807 TONELADAS DE OURO

Entretanto, a situação apresentada-se sob um prisma totalmente diferente se for levada em conta uma realidade que a reacção, na sua campanha, fins desonestos, reservas não são constituídas apenas de moeda estrangeira. Dela fazem parte cerca de 800 toneladas de ouro. A simples existência dessas reservas demonstra que, em termos financeiros, não há qualquer necessidade de amarrar o País a empréstimos extorsivos ligados a condições políticas e dependências económicas.

Não importa analisar agora as causas da acumulação de ouro, inseparáveis, aliás, da pauperização contínua das massas trabalhadoras, do subdesenvolvimento e do atraso económico, da exploração colonial, inseparáveis, enfim, da herança fascista. As reservas existem.

Certos órgãos de informação têm, por ignorância ou má fé, noticiado que a reserva-ouro de Portugal é a 8.ª do mundo. A informação figura realmente no anuário estatístico da CEE. Mas é falsa. Trata-se de uma questão de contabilidade. De que interessa é a quantidade de ouro e não o valor que o país lhe atribui e explica o erro do anuário. Ora, segundo o balancete de 30 de Abril passado, o Banco de Portugal dispunha de 807 098 quilos de ouro. A essas oitocentas e sete toneladas deve-se acrescentar o ouro a que se refere o artigo 29 do Estatuto daquele estabelecimento e todo o ouro da banca comercial hoje nacionalizada. A soma dá-nos o total das reservas-ouro disponíveis para uso imediato. Só não pode ser considerado o ouro depositado no Fundo Monetário Internacional, que não é utilizável, podendo somente ser retirado sob a forma de moeda e até determinada percentagem.

O que a reacção esconde é o facto importantíssimo de que o Banco de Portugal contabiliza o seu ouro há mais de 40 anos ao preço de 33 292500 por quilo. Esse preço, contudo, é hoje totalmente irreal! Durante o Governo Nixon os Estados Unidos desvalorizaram o dólar que se tornou inversível. A paridade oficial da moeda padrão do mundo capitalista tornou-se fictícia. Assim, para se avaliar o valor das reservas-ouro que possuem é indispensável examinar os preços do chamado mercado livre internacional daquele metal. Em Julho passado, para damos um exemplo, durante um período de estabilização, a cotação média no mercado livre de Londres era de 165,19 dólares por onça «troy» (31,103481 gramas). Fazendo a conversão obtém-se 5311 dólares por quilo, ou seja 141 272 escudos por quilo. Se considerarmos apenas a existência dos 807 098 quilos que o Banco de Portugal possui a em Abril (excluídas as demais reservas acima citadas) verifica-se que o valor do nosso ouro pula de 26,87 milhões de contos para 114 020 milhões de contos. Tomando como referência o déficit provável de 32 milhões de contos para 1975, as actuais reservas permitem ao País enfrentar défices comparáveis na balança de pagamentos durante quase quatro anos.

ONDE ESTÁ O OURO?

A posse de mais de 807 toneladas de ouro não significa que o Banco de Portugal tenha sob o seu controlo directo toda essa riqueza. A localização exacta de uma parte desse ouro nunca foi revelada pelo fascismo. Trabalhadores do sector bancário têm afirmado que cerca de 500 toneladas estão depositadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, uma quantidade bem menor na Suíça e pouco mais de um terço em Portugal. Do ponto de vista da lógica do capitalismo e da simples técnica financeira trata-se de um pormenor sem importância, pois o ouro pode ser guardado em qualquer parte. Mas do ponto de vista político, do ponto de vista de um país que está a viver um processo revolucionário e cujo povo reafirma diariamente nas ruas a sua repulsa pelo capitalismo, essa situação é preocupante e justifica medidas adequadas para acabar com tal absurdo. O ouro de Portugal deve estar em Portugal. As lições da história não devem ser esquecidas. Basta recordar que em várias ocasiões os Estados Unidos congelaram os bens de países que nacionalizaram empresas americanas. Noutros casos, aplicaram a famigerada Emenda Hickenlooper, com efeitos muito semelhantes.

Para resolver os actuais problemas financeiros, a solução indispensável e natural não consiste evidentemente em vender quantidades maciças de ouro no mercado livre para que os recursos assim obtidos sejam, como tem acontecido até hoje, esbanjados na importação de bens de consumo (dos quais 15% são superflúos). Vender o ouro não é o quebra-cabeças de que fala a burguesia. O importante é saber para que vendê-lo, como utilizar revolucionariamente os recursos que podem ser obtidos.

A crise financeira, nos termos em que dela fala a imprensa reaccionária, é um papão da burguesia e do imperialismo.

Afirmamos há semanas que o sr. Sá Carneiro despontava como a estrela da reacção. Desde então fez muitos progressos. Não é apenas a estrela da reacção. É um autêntico feiticeiro da reacção. Deixa transparecer tal ódio a tudo o que seja progressista que parece menos um político do século XX do que um bruxo medieval obcecado pela ideia de produzir esconjuros contra os seus adversários.

Salientamos numa das nossas últimas edições que a linguagem do sr. Sá Carneiro estava a ganhar um inquietante parentesco com a de Marcelo Caetano.

Também nesse terreno evoluiu o secretário-geral do PPD. Não é de estranhar. O discípulo não esqueceu as lições do mestre.

CITAÇÕES

«Não podemos admitir o enfraquecimento da autoridade. Tudo o que represente ou signifique, neste momento, transigência com as forças da desordem tendente à subversão social pode acarretar gravíssimas consequências para o futuro do país. Só uma firme e sã disciplina pode evitar as repressões que não desejamos, mas que, às vezes, a salvação pública torna inevitáveis.» A sentença é de Marcelo Caetano, mas poderia ser do sr. Sá Carneiro.

«O povo vê surgir com inquietação o espectro da ruína a que nos vem conduzindo a escalada da desordem, anarquia e aventurismo a que nem o Exército, fiel garante da honra e da independência nacional se subtrai.» Essas palavras foram proferidas em Leiria, no domingo, pelo sr. Sá Carneiro, mas Marcelo Caetano incluiu no seu último livro períodos quase iguais.

«Perante a vaga de anarquia que percorre o mundo e ameaça sub-

verter liberdade, família, religião, leis e instituições, seria criminoso desamar o Estado dos seus meios defensivos, que são afinal os pro-

neiro exprime a sua aversão pelo Portugal livre e revolucionário. A vocação fascista de ambos é transparente, mas o que um temia per-

neu a unidade do MFA e permitiu à reacção levantar cabeça foi precisamente o PS. Agora o PPD começa a encantar o PS como um fulcro «estorvo», na medida em que não se trata de um partido fascista, no qual há trabalhadores que estão dispostos a lutar pela construção de uma sociedade a caminho do socialismo. Esquece até o anticomunismo virulento dos principais dirigentes do PS.

Enquanto conspira, enquanto sonha com o golpe, o PPD joga também outra cartada. Faz a sua política eleitoral. Exactamente como o CDS, o PPD proclama que ganhará as «próximas eleições» legislativas. Para conter a revolução, para salvar o capitalismo, para reconstruir os monopólios e o latifúndio, o PPD precisa de unificar sob as suas bandeiras toda a reacção. Tem necessidade absoluta de surgir como o único grande partido da burguesia, como o partido da ordem e da disciplina, o aliado privilegiado do imperialismo. As alianças de ontem tornaram-se inócuas para o partido de Sá Carneiro. O PS passou realmente a ser um «estorvo». O PPD precisa do voto do eleitorado conservador do PS e precisa também de substituí-lo como interlocutor da Europa capitalista e dos Estados Unidos. Por isso teima em afirmar a sua confiança na social-democracia.

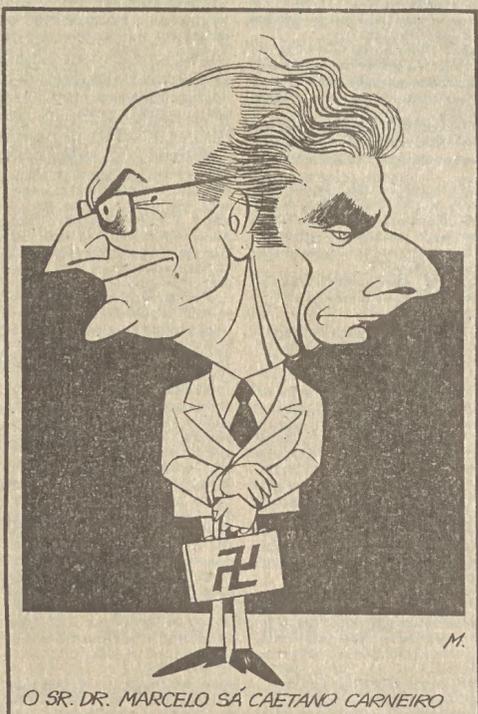
O MESTRE E O DISCÍPULO

É uma estratégia difícil a do PPD. As explosões do seu secretário-geral ajudam, entretanto, a compreender melhor o que quer o PPD e para onde vai.

O PS tornou-se já um «estorvo» para os pedetistas. Amanhã o sr. Sá Carneiro exigirá, se lho deixarem, o Governo somente para o seu partido, isto é, só para a burguesia, para os monopólios, o latifúndio e o imperialismo. Marcelo Carneiro, de longe, acompanha o trabalho do discípulo, talvez arrependido de não lhe ter avaliado devidamente a vocação.

Não haverá surpresas nos próximos comícios do PPD. Serão cada vez mais reaccionários, cada vez mais fanaticamente anticomunistas, cada vez mais parecidos com os comícios da UN-ANP. Serão comícios próprios de um partido cujo dirigente máximo repete discursos quase iguais aos que escutámos antes do 25 de Abril. Um partido que controla todos os «chaves» do aparelho de Estado, que reivindica o Poder, que pretende destruir as conquistas revolucionárias dos trabalhadores e restabelecer a ordem burguesa. O partido de Sá Carneiro Marcelo Caetano: O PPD-reacção, o PPD-burguesia, o PPD-repressão.

As massas trabalhadoras sabem que os comícios provocatórios vão prosseguir. As manifestações reaccionárias do Porto, de Coimbra, de Aveiro, de Faro, de Leiria, integram-se numa escalada contra-revolucionária cujos salpicos atingem já (quem o diria?) o seu aliado ocasional, o dr. Mário Soares. Mas a manobra será derrotada. O PPD-fascismo não passará!



O SR. DR. MARCELO SÁ CARNEIRO CARNEIRO

sectores da vida, do trabalho, do bem-estar e do progresso dos cidadãos.

É outra vez Caetano, mas poderia ser o sr. Sá Carneiro.

«O povo vê com angústia rondar-se a trágica experiência de sovietação que uma agressiva minoria civil e militar, num clima de ódio e violência, vem tentando impor em golpes sucessivos a um país ávido de liberdade e de verdadeira democracia.»

Outra vez o sr. Sá Carneiro em Leiria, mas poderia ser Marcelo Caetano.

«Que temos visto? A campanha sistemática e por todos os meios contra a família, a sociedade e a autoridade, a intromissão em associações e sindicatos de elementos revolucionários (...). Perante tal ameaça de dissolução social, perante a carência de dirigentes nos vários escalões da sociedade, que há de fazer o Governo incorporar-se na procissão das renúncias e das abdicções! Desamar as polícias?»

Caetano ou Sá Carneiro? Tanto faz. A identificação é secundária. É um como poderia ser o outro.

A semelhança entre dois reaccionários não implica semelhança de situações históricas. Marcelo Caetano manifestava a sua inquietação numa época em que o povo português lutava contra o colonialismo e o fascismo. O sr. Sá Car-

QUEM ESTORVA O PPD?

Outra nota que conferiu ao comício do PPD em Leiria uma atmosfera que recorda também a de certas reuniões da UN-ANP presididas por Caetano foi a preocupação de associar os ataques mais primários ao nosso Partido com críticas e acusações ao dr. Mário Soares. Nos tempos do fascismo, os socialistas eram também encarados pelo regime como seus inimigos.

A viragem tática do PPD, expressa na maneira ostensiva como publicamente se demarca do PS, confirma uma evolução que se vinha esboçando há semanas. Não foi por acaso que o sr. Sá Carneiro criticou publicamente pela primeira vez o dr. Mário Soares acusando-o de atitudes «sempre contraditórias» que só procuram «estorvar a acção de Pinheiro de Azevedo». Pouco faltou para o sr. Sá Carneiro «acusar» de comunista o secretário-geral de um partido graças ao qual o PPD está no Governo.

O sr. Sá Carneiro prefere esquecer que o responsável pela grande vaga de anticomunismo que rom-

DEPUTADO SOCIALISTA OU AGRÁRIO RANCOROSO?

Mais que quaisquer outros, os trabalhadores rurais alentejanos têm sido alvo das calúnias da reacção

O deputado socialista, sr. Júlio Calha, falou recentemente numa das últimas sessões da Assembleia Constituinte sobre Reforma Agrária. Ou melhor, pretendeu falar sobre a Reforma Agrária, pois o que efectivamente fez foi caluniar os trabalhadores alentejanos. O que parece ser muito frequente, aliás, pelo que se depreende dum comunicado emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre.

Com efeito, salienta o referido comunicado que o sr. Calha, ex-coordenador geral do Secretariado para a Juventude do Centro de Castelo de Vide (cargo que ocupou graças a favores prestados ao regime caetanista), é hoje no distrito o mais encarniçado defensor dos grandes agrários, tendo adoptado a mesma linguagem injuriosa, servindo-se dos mesmos argumentos e calúnias, utilizando os mesmos métodos divisionistas, espalhando com a sua demagogia o pânico entre os pequenos agricultores. A intervenção deste cavalheiro na Constituinte — diz o comunicado —, em nada se distingue do discurso de um agrário rancoroso ou de um intermediário despojado.

Também o nosso camarada Joaquim Velez, deputado por Portalegre à Constituinte, comentou e desmentiu as acusações de Júlio Calha.

Começando por afirmar que os trabalhadores alentejanos não vacilam com as calúnias de que são alvo, porque a témpora da sua consciência foi adquirida ontem na luta contra o fascismo e cimenta-se hoje na luta contra os reaccionários, os oportunistas e os demagogos que, temporariamente, conseguiram enganar algumas pessoas menos treinadas na luta ou deficientemente politizadas, o camarada Velez prosseguiu, afirmando:

«UM GRÃO DE AREIA PARA ENCOBRIR A MONTANHA»

«O Deputado, Júlio Calha, que falou na sexta-feira passada sobre o Concelho de Aviz, mais concretamente sobre as propriedades ocupadas ou arrendadas compulsivamente na freguesia do Ervedal, não fala verdade.»

«O Sr. Deputado não fala verdade porque citou apenas sete das vinte e sete propriedades que foram ocupadas à Srna. D. Lídia Pais e seu marido, herdeiros da Propriedade Fonte Paredes, com uma área de 700 ha aproximadamente, distribuídas pelas seguintes propriedades: Guedelha, Abóbora, Taranta, Esparragueira, Areias, Laduras Grandes, Laduras Pequenas, Horta, Sarrada, Ferragial dos Pereiros, Ferragial da Fonte, Faias, Comenda, Lameirões, Perolinhos, Tapada, Horta da Fonte, Telunta, Fonte Paredes, Horta das Rosas, Mermorais, Silveira, Lasca, Cavaleira, Horta das Azenhas, Chainca, Fiscais, e não sabemos se não existem outras.»

«O Sr. Deputado não fala a verdade e parece desconhecer a lei da Reforma Agrária — que ele diz e salienta ser revolucionária — quando esquece proposadamente que na zona de Ervedal 40 ha de olival em terra de 1.ª categoria os 50 000 pontos, 75 ha em terra de 2.ª e 140 ha em de terceira atingem igualmente os mesmos pontos. Não fala verdade ainda quando diz que a cotada tem 100 ha e não 160, porque que esta propriedade obedecia ao plano de ordenamento por anexação das propriedades encaixadas no meio das unidades colectivas de produção e é abrangida pelo processo de subaproveitamento.»

«O Sr. Deputado não fala verdade e confunde a opinião pública quando deturpa os factos para atacar os trabalhadores, para minimizar a sua luta. Não sabe o Sr. Deputado que os herdeiros das respectivas propriedades não trabalham directamente a terra? Vivem em Lisboa ou são professores do colégio de Aviz tal como acontece com o dono da Capela, com 130 ha, que atinge os 50 000 pontos e está abrangida pelo decreto Lei 660/74, de 25 de Novembro; para além de tudo isto o dono da Capela, Sr. Dr. Melo, antigo Presidente da Câmara e membro da ex-ANP, é ainda director do colégio de Aviz, e não trabalha a terra.»

«Deturpam-se ainda os factos quando se pega num grão de areia para encobrir a montanha. Hoje é impossível esconder ao nosso povo, por mais que se grite aqui nesta Assembleia, o que os trabalhadores alentejanos estão a construir para eles e para o País.»

UM EXEMPLO PARA O PAÍS

É a terminar a sua intervenção: «Os trabalhadores alentejanos dão o exemplo ao País de como se constrói o Socialismo, trabalhando Domingos e dias santos — como se costuma dizer lá no Alentejo.»

Por exemplo, em Montargil, arrancaram à terra inculta este ano 200 toneladas de milho, 40 toneladas de arroz e 10 000kg de feijão. Preparam nesta altura 1000 ha de terra pejada de choupos para regadio. Os trabalhadores do Ervedal projectam a construção de uma grande vacaria colectiva e fazem a unidade com os pequenos e médios agricultores na apanha e laboração da azeitona. Os trabalhadores da Seda dizem: «Ganhamos só os 160\$00 por dia e as mulheres 120\$00 mas, já temos 1800 contos para empregar em máquinas no valor de 2000 contos», e vão ao Domingo ajudar os trabalhadores de Cujancas a fazer as suas sementeiras. O mesmo fazem os trabalhadores de Benaviva quando deslocam 17 tractores para ajudar os trabalhadores em Monforte, para além da prontidão com que correspondem aos seus trabalhos. Nesta altura já têm semeadas dezenas e dezenas de hectares de terra, de trigo, aveia, e cevada, sendo os seus planos semear o dobro do ano passado. Outro tanto se passa em Aviz, onde, ao Domingo, vão também ajudar os trabalhadores de Ponte de Sor. Também a cooperativa 1.ª de Maio vai construir uma vacaria colectiva para centenas de vacas leiteiras. Não só isto têm feito os trabalhadores desta região, criticada e deturpada pelo Sr. Deputado Júlio Calha. Não! Já acabaram com o desemprego; melhoraram os seus salários, nalguns casos recebem já o domingo sem trabalhar; já adoptam o princípio de a trabalhar igual salário igual — na apanha do tomate, da azeitona, etc..

«E mais, criaram creches para os seus filhos e casa de repouso para os seus pais.»

«Estas realidades constroem-se a trabalhar e não a caluniar os trabalhadores.»

«A iniciativa e o trabalho, a luta e a decisão dos trabalhadores agrícolas alentejanos estão a recuperar as nossas terras para a vida. Este ano vamos ver a grande parte das terras incultas do Alentejo verdejar com trigo, aveia, cevada e particularmente regadios. «Este ano iremos ver no Alentejo milhares e milhares de hectares de campos semeados que há tantos anos eram mato e pouso. «Digo particularmente regadios porque muitas das terras ocupadas foram-nos já tarde e os trabalhadores não tiveram tempo de as preparar para searas de sequeiro. Mas vão alqueivá-las esta Primavera e semeá-las no Verão. E mais fariam se houvesse um empenho total da parte do Governo em os ajudar o mais possível, virando para a terra toda a atenção e o apoio que o processo da Reforma Agrária e o interesse nacional exigem.»

«PEQUENA BIBLIOTECA LENINE»



Pedidos à Editoria «Avante!» Av. Santos Dumont, 57-2.º LISBOA

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

AO LEITOR

As Edições «Avante!» vêm apresentar ao público leitor português o primeiro volume do *Curso Básico do Comunismo Científico*, importante obra de formação teórica e de esclarecimento ideológico.

Este *Curso* reúne e elabora cientificamente as experiências de outros povos na construção do socialismo e do comunismo, e assim demonstra e comprova que as vitórias alcançadas pelos países socialistas são, por um lado, obra e fruto do esforço criador porfiado e inquebrantável da classe operária e das massas trabalhadoras, e por outro o resultado concreto, prático, objectivo, da teoria marxista-leninista, único guia para a acção capaz de levar o proletariado ao futuro que traz nas mãos. E isto permite-nos salientar dois pontos deveras importantes:

1.º Quanto melhor soubermos e compreendermos por que lutamos, e quais os pressupostos e as condições da vitória que não nos escapará, mais decisivos serão os golpes que, com certeza infalível, nós, operários, camponeses e demais trabalhadores deste País, desferirmos contra as forças do passado, da opressão e da exploração.

2.º O que outros fizeram, nós faremos também. E fá-lo-amos com a nossa energia revolucionária, com a nossa vontade firme, com a nossa iniciativa criadora. E com a ajuda e a solidariedade de quantos o fizeram já, e de todos os outros — os que, por essa Europa fora, por esse mundo fora, ganham alento com o que já conseguimos fazer.

O *Curso Básico do Comunismo Científico*, ainda que básico, é um livro importante, informando, formando, esclarecendo, ensinando, formando e ensinando, educa, e prepara a prática revolucionária e científica da construção da história. Da história que começou em 1917, no País dos Soviéticos, com a Grande Revolução Socialista de Outubro. E o Povo português quer sair da pré-história que é a sociedade de classes antagonizadas, da opressão, da exploração capitalista, da guerra imperialista de rapina, do colonialismo e do neocolonialismo, da opulência de uma minoria parasitária, e do trabalho, da miséria, da fome, do analfabetismo, do obscurantismo, da degradação física e moral da imensa maioria da humanidade.

Colocamos, pois, este *Curso* nas mãos dos nossos operários industriais e rurais, dos camponeses, de todos os trabalhadores, da nossa juventude. E com certeza de que nada poderá deter-nos na nossa marcha para o socialismo.

Edições «Avante!»

OS PRIMEIROS PASSOS DO PODER SOVIÉTICO

Vitali Ditchenko

A história do nascimento do estabelecimento e do desenvolvimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas constitui um testemunho convincente da vitalidade e da força transformadora das ideias do marxismo-leninismo. Nasceu em Outubro de 1917, este primeiro Estado dos operários e dos camponeses no mundo inaugurou a construção de um mundo novo: de um mundo sem opressores, nem oprimidos.

Código: 21 08 Preço: 20500

AS FORMAS DA LUTA PELO PODER

A. Rodriguez

O problema do poder político e as formas da sua conquista constituem um problema fundamental da revolução. Com efeito, a conquista do poder pelo classes operária e camponesa no mundo inaugurou a construção de um mundo novo: de um mundo sem opressores, nem oprimidos.

Código: 32 14 Preço: 8500

O QUE FICA CLARO

A delegação do Conselho Mundial para a Paz e a Cooperação que visitou Portugal foi recebida pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro. Mas não conseguiu avistar-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros. A audiência foi cancelada

O Conselho Mundial da Paz é uma organização internacional que, pela sua natureza, prestígio e objectivos humanitários, costuma receber em todos os países que os seus dirigentes e representantes visitam provas do alto apreço em que os povos têm a sua actividade. Até em países que se encontram submetidos a regimes reaccionários, governantes não democráticos acolhem quase sempre com atenções especiais delegações enviadas pelo Conselho Mundial da Paz.

Em Portugal verificou-se, agora, a excepção. Os membros daquela organização que acabam de nos visitar tiveram no nosso país um acolhimento contraditório: entusiástico ao nível das massas, descorτές ao nível da diplomacia portuguesa.

Durante a sua estada entre nós receberam as mais inequívocas demonstrações de calor humano e de gratidão por parte do chefe de Estado, do primeiro ministro, de organizações populares, de partidos progressistas, dos trabalhadores em geral. Era natural. A delegação do Conselho Mundial da Paz veio reafirmar a solidariedade da organização à Revolução Portuguesa. Num momento em que a campanha de calúnias no Exterior continua e o cerco imperialista é uma realidade, pois os tão falados empréstimos da CEE e dos Estados Unidos constituem sobretudo um instrumento de pressão do mundo capitalista e um teste às intenções do VI Governo — nesse momento o Conselho Mundial da Paz vem trazer a sua palavra de apoio a todas as forças progressistas

consequentes que lutam pelo avanço da Revolução e por uma descolonização real.

CONDIÇÕES

Estranhamente, contudo, não conseguiram os seus representantes, apesar dos esforços feitos, ser recebidos pelo sr. ministro dos Negócios Estrangeiros. Não se pôde alegar que a responsabilidade cabia ao Conselho Mundial da Paz. O gabinete do ministro distribuiu uma longa nota sobre o assunto. Nela são enumeradas várias razões para explicar a recusa de uma audiência aos delegados que pretendiam avistar-se com o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros. Nenhuma delas é convincente. Chega-se à conclusão de que futuramente os contactos diplomáticos de qualquer delegação estrangeira de alto nível que visite Portugal estarão na dependência do que a imprensa publica a respeito. E isso é grave. Uma diplomacia que pretende estar ao serviço da Revolução não pode, sem perder o respeito popular, ser elaborada em função dos atritos existentes entre a pessoa do ministro dos Negócios Estrangeiros e qualquer jornal.

No episódio em questão, torna-se absolutamente irrelevante o debate em torno do que a imprensa publicou e não publicou a respeito das dificuldades para a audiência do sr. ministro com a delegação do Conselho Mundial da Paz. A notícia e o desmentido são assuntos que dizem respeito ao órgão de Informação em causa, ao Ministério e ao seu chefe. O que interessa ao país é o desfecho do incidente. E

dêsse o menos que se pode dizer é que foi decepcionante. A delegação do Conselho Mundial da Paz não foi recebida pelo sr. ministro.

Afirma o gabinete do sr. ministro, na nota distribuída, que a delegação do Conselho Mundial da Paz devia estar «perfeitamente ciente de que qualquer ministro, em qualquer parte do mundo, no exercício normal das suas funções não concede audiências por virtude de possessões injustificadas e insultuosas inqualificáveis». E esclarece que «as condições para a concessão da audiência, prometida e marcada, não tinham sido preenchidas».

É muita confusão, de facto. Que tem o Conselho Mundial da Paz a ver com os conflitos entre um jornal diário e o Ministério e as pressões e insultos, reais ou imaginários a que se alude? Que nova escola diplomática liga a concessão de audiências ministeriais ao preenchimento de condições dependentes do que se publica na imprensa? Sobre do lamentável incidente um triste balanço: a delegação do Conselho Mundial da Paz não foi recebida pelo sr. ministro dos Negócios Estrangeiros. A diplomacia portuguesa não sai engrandecida do episódio. É uma prática normal em qualquer país democrático do mundo, os representantes do Conselho Mundial da Paz serem recebidos pelo Ministro dos negócios Estrangeiros — no exercício normal das suas funções — quando solicitam uma breve audiência. Essa, sim, é uma evidência. Esquecida no Palácio das Necessidades, como se viu...

A REFORMA AGRÁRIA NÃO VOLTARÁ PARA TRÁS

O avanço da Reforma Agrária é fundamental para o desenvolvimento económico e social do País. Graças aos trabalhadores rurais alentejanos e contra todas as calúnias e sabotagens, a Reforma Agrária avança

A Reforma Agrária foi um dos temas debatidos na Assembleia Constituinte que mais polémica suscitou. As intervenções sucederam-se (falar é fácil para quem de retórica tem tão longa prática) e, como não podia deixar de ser, reflectiram as posições de classe de cada um dos oradores.

Muitas foram as vozes que se ouviram, do cimo inacessível dos seus apregoados princípios «democráticos», vociferar contra os trabalhadores rurais — «esses ladrões de terras», contra as «ocupações selvagens», contra os «atropelos» que se estariam cometendo as leis da Reforma Agrária, contra as «profundas injustiças» que estariam sendo vítimas «pobres proprietários» tão devotados às suas terras, etc., etc.

Falar é fácil, principalmente para quem nunca fez outra coisa. Fazer juízos sem conhecimento de causa, ou aceitando apenas como verdade o que mais convém, é próprio de quem defende egoisticamente os seus interesses em prejuízo da colectividade, de quem defende os privilégios conseguidos à custa do trabalho de outros.

Mas pertencer a um partido que se diz democrático, falar em nome dos trabalhadores, dizer defender os interesses dos trabalhadores e chamar «ladrões», «vadios» e outros nomes aos assalariados rurais alentejanos, isso é tirar o povo.

Na Assembleia Constituinte como no governo, nas fábricas como nos campos, nos locais de trabalho como nas ruas, as vozes dos que defendem os interesses dos trabalhadores e das massas populares contra os exploradores e opressores fazem-se sempre ouvir, denunciando mentiras e calúnias, repondo a verdade dos factos, desmascarando intransigentemente os falsos arautos da liberdade, os traidores do povo.

A intervenção que se seguiu transcrevemos, do camarada Dinis Miranda, deputado por Évora e membro do CC do PCP, foi uma dessas vozes que se fez ouvir na Assembleia Constituinte.

Fala da Reforma Agrária um trabalhador que diariamente contribui para a sua realização. Pudessem dizer o mesmo os tais deputados que apalidam os trabalhadores de «ladrões».

De há uns dias a esta parte uma das questões que mais controvérsia tem levantado é a Reforma Agrária. Não tem faltado para aí quem, referindo-se à Reforma Agrária acuse os trabalhadores rurais de estarem a assaltar herdades de pequenos e médios agricultores (com cento e poucos hectares de terra), que vivem na «miséria», alguns até «paralíticos», etc. E até não falta para aí quem diga que os gados das herdades ocupadas pelos trabalhadores rurais estão a ser vendidos ao desbarato para os talhos e que as herdades estão agora a ser pior cultivadas pelos trabalhadores do que antes por conta do agrário. Escusado será dizer que, principalmente da parte dos trabalhadores, é sobejamente conhecido o poder de desinformação dos grandes agrários e seus lacaios. Dado que roubaram quase tudo que tinham nas herdades comprado com a riqueza acumulada à custa do suor e do sangue dos trabalhadores — inclusive os bons carros, não têm qualquer dificuldade em chegar a Lisboa ou bater à porta das autoridades regionais primeiro que os trabalhadores para desinformarem sobre a ocupação da sua ou suas herdades. Os trabalhadores, esses têm mais dificuldade em chegar a essas entidades para os informarem das razões que os levaram a ocupar ou intervir nesta ou naquela herdade. Têm que recorrer aos transportes colectivos, evitam gastar dinheiro e preocupam-se mais com o trabalho do que com as conversas.

E o que é verdade é que este grande poder de desinformação dos agrários tem tido, pelo menos durante alguns dias, um certo acolhimento junto de algumas entidades ligadas à Reforma Agrária. Dizemos durante alguns dias, porque a realidade é, depois, bem diferente. Na grande maioria dos casos, os indivíduos que aparecem, alguns até com as mãos sujas de quem trabalha — o que não quer dizer que não as tivessem sujado na véspera de serem recebidos pelo Sr. Ministro da Agricultura, governador civil ou Centro da Reforma Agrária — têm dois ou três

mil hectares de terra numa só herdade ou divididos em várias.

O que mais impressiona tudo isto, pelo menos as pessoas menos esclarecidas, é que não aparecem ninguém nos «crans» da televisão a dizer, e há matéria mais que suficiente para isso, que o agrário tal, que se foi queixar que lhe assaltaram a herdade e que lhe roubaram o gado e não sei que mais, faz sabotagem económica; há quinze semanas que não paga aos trabalhadores, que têm a herdade completamente ou em grande parte abandonada, que vendeu os gados reprodutores para o talho ou para Espanha, que sabotou as máquinas e alfaias agrícolas, que não apanhou a azeitona, que caiu a seara fora do tempo e que cerca de 8% da semente ficou na terra sem qualquer proveito, que não tira a cortiça há treze e catorze anos ou que as searas correm risco de serem incendiadas por, junto à estrada, não ter feito os aceiros.

Não se diz, e isto só para citar alguns exemplos, que na herdade do Peral, concelho de Portel, com quase 3 500 ha, em Agosto de 1974, os Melos da CUF, que apenas semeavam para a caça, traziam mulheres com umas canas a bater nas espigas de trigo para que este caísse no chão para as perdes o comerem. Não se diz que o D. João de Noronha, do Monte das Flores, concelho de Évora, com quase 4000 ha, vendeu gado no valor de quase 1000 contos por 400 contos. Não se diz que o Dr. Barroso, do Vale de Melão, concelho de Arraiolos, estava a deixar apodrecer 100 sacos de leite em pó para os bezerros, tinha milho armazenado que estava a ser comido pelos ratos e diminuiu os efectivos pecuários de 1100 para menos de 500 cabeças ou que ficou a dever à banca e outros, cerca de 90 000 contos e que depois do 28 de Setembro, em Fevereiro, fez uma hipoteca de 15 000 contos à Caixa Geral de Depósitos.

Que na herdade da Favasqueira, com cerca de 3200 ha, também dos Melos da CUF, existiram dois lanjarais, com mais de 500 pês, cuja produção era enterrada. Que o excedente das grandes caçadas não seguia para as Misericórdias

nem era vendido. Chegaram a ser enterrados 150 coelhos. Nesta herdade chegou-se a semear para as perdes mais de 8000 kg de cevada mais de 23 000 kg de trigo seleccionado e adubado, 10 000 kg de gramínea e 20 000 kg de tremocilo. No entanto, foram minimeamente aproveitadas as infra-estruturas de regadio. Dos 100 ha possíveis não foram agricultados mais de 19 ha e, esses, em arrendamento.

Neste momento existem dezenas de cooperativas e unidades colectivas de produção, em que os trabalhadores são responsáveis pela produção. Existe o sistema de pagamento de salários. Como estas cooperativas e herdades colectivas vão evoluir, isso dependerá da evolução da Revolução Portuguesa. De uma coisa podemos estar certos: apesar das calúnias dos inimigos da Reforma Agrária, de todas as dificuldades que têm criado ao avanço da Reforma Agrária, no próximo ano a área semeada vai ser superior e, nalguns concelhos onde a Reforma Agrária está mais avançada como por exemplo no de Avis, a área cultivada já é o dobro.

Se as comissões liquidatárias dos ex-Grémios da Lavoura e as

agências bancárias cumprirem sem demora e sem resistência as disposições legais que determinam que seja fornecido crédito de emergência, ainda disponível em mais de quatro milhões de contos para salários, compra de adubos, pesticidas, rações, sementes e combustíveis, as terras tornar-se-ão o mais férteis, aumentará a produção e reduzir-se-ão os respectivos custos.

A Reforma Agrária, embora isso custe a muita gente, não voltará para trás.

Quanto aos heróicos trabalhadores agrícolas, o que eles pretendem de imediato é o seu salário — dos mais baixos do País —, e não roubar gados ou defraudar a economia.

O que pretendem os trabalhadores agrícolas é aumentar a produção continuando dispostos a, juntamente com os seus camaradas de outros sectores produtivos, criar condições para construir uma sociedade sem exploradores nem explorados.

A CORAGEM E ESPÍRITO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO AGRÍCOLA DO SUL

Nem sequer se diz ao povo português que uma reforma agrária, como a que se anuncia em Portugal, é um processo revolucionário essencial para acabar com o poder dos grandes senhores da terra no Sul. E que se trata de uma luta violenta entre explorados e exploradores, uma verdadeira luta de vida ou de morte, não para pessoas, mas para classes sociais.

Nem sequer se diz que se tentam dividir de grandes prédios e sua entrega a pequenos agricultores, fortalecendo relações pré-capitalistas e criando zonas de séria resistência ao futuro avanço de uma reforma agrária de tipo verdadeiramente socialista. E que de há muitos anos a esta parte os agr-



A par das nacionalizações, a Reforma Agrária é uma das conquistas decisivas dos trabalhadores após o 25 de Abril de 1975. O avanço da Reforma Agrária significa o avanço da Revolução. Os trabalhadores do campo, em aliança com a classe operária e os outros trabalhadores, saberão defender essa conquista, saberão defender a Revolução.

pitalização da agricultura não é de agora. Já vem muito antes do 25 de Abril. Só que, antes do 25 de Abril, os grandes agrários funcionavam como transportadores da riqueza criada pelos trabalhadores da agricultura em direcção das grandes massas do capital industrial e financeiro, que, em paga dos bons serviços e em função dos seus comuns interesses de exploradores, os brindavam com importante maquia do capital social do País. Limitavam-se a tirar alguma cortiça que lhes dava logo o respectivo lucro, a cortar as suas herdades para reserva de caça e iam sobrevivendo luxuosamente enriquecidos na política de subsídios que foi uma das características fortes do antigo regime, tão forte que parece não estar arredada da cabeça de alguns que com ele colaboraram. A comprová-lo está por exemplo o facto de, antes do 25 de Abril, a área de coutadas armadas em todo o Alentejo andar à volta de 700 mil hectares — quase a superfície do distrito de Évora.

Enestes setecentos mil hectares de terra aramada não entrava uma charrua há mais de dez anos. Claro que, uma vez que pela luta dos trabalhadores foram forçados a cultivar alguns desses milhares de hectares de terras incultas e que a banca foi nacionalizada e, de certo modo, começaram a ser postos alguns entraves ao crédito que tinham na banca, começaram a falar na descapitalização da agricultura. Não é a descapitalização da agricultura que preocupa os agrários. O que os preocupa é o controle dos trabalhadores, que dificulta o esbanjamento das enormes fortunas que acumularam à custa de uma desenfreada exploração. Até neste aspecto não têm muitas razões para se queixarem. O Banco de Portugal e outros, em Évora, estão a emprestar dinheiro aos grandes agrários para pagar os empréstimos que o Banco lhes fez e até os próprios juros dos empréstimos. E entrar-se num desses bancos na província e vê-lo lá dentro a manobrar completamente à vontade! Isto para não falar nos grandes agrários industriais de aluguer de máquinas que fugiram para o estrangeiro deixando dívidas na ordem dos milhares de contos.

Pensamos que também seria bom que, quando se fala no desparecimento dos patrões, pequenos e médios agricultores, que exploram o trabalho alheio, se dissesse que entre 1950 e 1970 desapareceram 123 586 — quase 6180 por ano!

Em qualquer estatística se pode verificar que o acréscimo do número dos isolados não significa a passagem de trabalhadores a empresários, mas corresponde sim à concentração dos meios de produção, isto é, pequenos agricultores viam-se cada vez mais empurrados pelo grande capital monopolista para uma situação de miséria. Pois que, aqueles 123 586 desaparecidos correspondem unicamente ao aumento de 61 793, isto é, 50% de empresários foram tão completamente cilindrados pelo grande capital que nem como isolados sobreviveram.

Quanto aos trabalhadores agrícolas, e sobretudo eles, foram as vítimas do sistema capitalista corporativista, atraídos para as guerras coloniais, atraídos para longe da Pátria, de tal maneira que, por exemplo, de 1971 a 1974 desapareceram 77 700 trabalhadores.

Por outro lado, só nos distritos de Beja, Évora e Portalegre situavam-se 274 das 375 explorações com superfície compreendida entre os 1000 ha a 2 000 ha.

Só os hectares das herdades a partir dos 500 dariam, como média estatística, cerca de 9 ha a cada pessoa activa na agricultura de cada um destes distritos. No conjunto, os três distritos do Sul tinham, no escalão de mais de 500 ha, 791 explorações agrícolas com cerca de 1 025 348 ha.

Portanto, como se pode ver, ainda há muito a fazer, pois que tanto quanto sabemos, apenas estão sob controle dos trabalhadores — e, consequentemente, produzindo riqueza para todos nós — cerca de 300 explorações agrícolas, nestes três distritos com uma área aproximada de 500 000 ha.

Também a linguagem fria dos números permite perceber que o Sul era a região do latifúndio. Mas mal podemos antever o que significa e ainda infelizmente, em parte, significa o modo de produção capitalista monopolista, na agricultura, com todo o seu cortejo de misérias, de fome e de violências. Com a ausência total da garantia — e não somente do direito como alguns querem — do trabalho, da saúde e da instrução.

E bom seria que alguns deputados do que aqui têm feito afirmações de que os trabalhadores rurais estão a assaltar herdades, a roubar gados e não sei que mais, fossem a essas herdades ocupadas pelos trabalhadores — podemos garantir que ninguém os molestaria — e vissem o trabalho heróico que eles estão a realizar. Ao mesmo tempo que põem a produzir terras áridas há pouco meses totalmente incultas, comendo pouco e trabalhando duramente ou z mais horas por dia, esses valerosos trabalhadores fazem ainda vigílias nocturnas contra os ataques da reacção às culturas e criações. E ainda acorrem incansavelmente às barricadas e às grandes manifestações populares contra as constantes e desesperadas investidas reaccionárias.

Os trabalhadores rurais estão a contribuir decididamente para nos libertar de importações de bens que aqui se podem e devem produzir.

Relativamente às colheitas anteriores, sob administração dos latifundiários, que andavam à volta de 400 000 t a 500 000 t de trigo, e em que se tinham de importar cerca de 250 000 t, este ano, dado o esforço dos trabalhadores, já entraram nos celeiros cerca de 650 000 t de trigo.

As importações que terão de ser feitas talvez respeitem a trigo seleccionado. A colheita das aveias e cevadas, principalmente as disticas, aumentou sensivelmente, satisfazendo as necessidades nacionais, e talvez se possa exportar ou guardar algumas toneladas. Quanto ao centeio mantém-se a produção das 140 000 toneladas, também é significativo! E, se já este ano ainda não exportamos grandes quantidades de cereais, podem os trabalhadores portugueses responsabilizar as forças contra-revolucionárias e conservadoras que obstruem a uma mais rápida expansão das forças produtivas representadas pelos trabalhadores agrícolas organizados. Estariam essas forças interessadas em manter-nos na dependência do capitalismo internacional?

OPERÁRIOS E CAMPONESES: ALIANÇA ACTIVA

Com a Reforma Agrária avança a Revolução. Assim o entenderam os operários e camponeses reunidos no grande plenário realizado nas instalações da CUF do Barreiro

Importante contributo para o reforço da aliança operária-camponesa, condição indispensável para o avanço e vitória das forças progressistas sobre a reacção, eis como se pode classificar o resultado do Plenário dos Trabalhadores Agrícolas e Industriais realizado no passado sábado, à tarde, no pavilhão gimnodesportivo do GD da CUF, no Barreiro.

Conscientes de que os problemas que afectam a agricultura — de cuja resolução depende o futuro não só de largos milhares de trabalhadores agrícolas, mas da grande maioria da população — milhares de trabalhadores participaram activamente nos trabalhos do Plenário, a que estiveram presentes, entre outros, o secretário de Estado da Estruturação Agrária, dr. António Bica; eng.º Júlio Martins, da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária; dr.ª Maria das Dores Dias; Rogério Leandro, da Comissão Coordenadora de Intermunições de Trabalhadores do Grupo CUF; representantes de comissões de trabalhadores, dos sindicatos agrícolas de Évora, Santarém, Setúbal, Portalegre e Lisboa; União das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores de Santarém; e ainda, como convidado especial, o comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho. Presentes também quatro militares do RASP e outros representantes das Forças Armadas.

A denúncia dos entraves e sabotagens ao avanço da Reforma Agrária e o esclarecimento de como se poderão resolver, de imediato, alguns dos graves problemas com que se debatem os trabalhadores agrícolas, constituíram o tema principal do Plenário. A análise da situação político-militar foi feita pelo general Otelo que, a dada altura afirmou:

«A todos os níveis da sociedade civil e da sociedade militar trava-se, neste momento, uma luta surda e às vezes aberta entre aqueles que se satisfizeram com a revolução burguesa e aqueles que lutam realmente por uma revolução socialista. Eu não tenho dúvida nenhuma em garantir sob palavra de honra e para que não possam subsistir quaisquer dúvidas que me encontro com a revolução proletária. E estou convicto — prosseguiu — que conseguiremos construir em Portugal, talvez pela primeira vez, as condições para se implantar neste País um socialismo de base, um socialismo que nasce precisamente da organização do fortalecimento dos órgãos do poder popular.»

Da intervenção daquele oficial há ainda a salientar o seu declarado apoio à Reforma Agrária e, consequentemente, aos trabalhadores rurais, consubstanciada numa medida concreta então anunciada — a decisão de colocar viaturas militares ao serviço da agricultura, nomeadamente para transporte de adubos, sementes e rações para o gado. Esta medida é tanto mais importante quanto o transporte dos referidos produtos tem sofrido um boicote sistemático que, a não ser debelado, irá impedir que a produção agrícola possa aumentar tanto quanto as necessidades nacionais e as capacidades do solo arável.

Uma moção repudiando as tentativas que a direita tem feito no sentido de desalojar os generais Otelo e Fábão dos seus postos de comando foi a melhor resposta do Plenário à intervenção do general, calorosamente ovacionado pelos presentes, mostrando a firme disposição dos trabalhadores de cimentar a aliança com os militares progressistas, com todos aqueles que se mostram dispostos a lutar pelo avanço do processo revolucionário a caminho do socialismo.

LOPES CARDOSO E SALGADO ZENHA NÃO COMPARECEM

Uma vez mais foi posta em destaque a actuação de diversos ministros do actual governo que, longe de apoiar os trabalhadores e as suas justas reivindicações, antes se têm preocupado em fazer saneamentos à esquerda, reabilitar reconhecidos fascistas, resolver nas costas dos trabalhadores aquilo que a eles interessa fundamentalmente. A este respeito, foi aprovada por aclamação uma moção em que se repudia a atitude dos ministros Magalhães Mota e Lopes Cardoso, por não terem comparecido ao Plenário, apesar de convidados por carta registada com aviso de recepção, na qual se mencionava a ordem de trabalhos e tendo em conta que os referidos senhores sempre têm afirmado publicamente estar na disposição de dialogar com os trabalhadores.

Por outro lado, foi decidido recusar qualquer tipo de diálogo com os referidos ministros, que não seja efectuado nos locais de trabalho e não nos gabinetes. Igualmente por aclamação, e no que respeita ao Crédito Agrícola, foi decidido o saneamento dos sabotadores e a liquidação imediata dos Grémios da Lavoura, com a integração do seu património em estruturas cooperativas a criar rapidamente para servir em exclusivo as unidades de produção colectivas ou individuais dos operários agrícolas e dos pequenos e médios agricultores de cada concelho.

Considerando que a atribuição de verbas para investimentos em maquinaria, gados e materiais de construção é uma necessidade de cada vez mais urgente que poderá pôr em causa o processo de produção agrícola, os participantes na sessão responsabilizaram os ministros da Agricultura e das Finanças pelas dificuldades que estão a comprometer boas perspectivas de acréscimo da produção e de emprego para o sector agrário e para todos os que com ele muito de perto se relacionam, numa conjuntura já criada pela progressiva eliminação dos latifundiários parasitas.

«democratas, a favor dos exploradores e da reacção e contra as classes trabalhadoras, apoiando-se firmemente todos os explorados contra todos os actos de sabotagem económica, contra todas as tentativas de manter a exploração capitalista através de falsas cooperativas de patrões, contra todas as tentativas de indemnizar os exploradores.»

Foi também exigida a imediata publicação e execução da Lei dos Baldios, bem como a extensão às ilhas adjacentes das leis do arrendamento rural e a sua aplicação integral no País, responsabilizando o ministro da Agricultura pelos atrasos observados nesta questão essencial.

Quanto ao papel e importância da Reforma Agrária no avanço do processo revolucionário, salienta a moção:

«A rápida liquidação do poder dos grandes agrários latifundistas é necessidade muito urgente.»

Dessa luta de classes emancipadora resultará o progresso impetuoso da actividade económica nos campos e nas cidades de Portugal. A Reforma Agrária é o motor primordial da produção agrária e industrial. Nela estão vitalmente interessadas todas as classes trabalhadoras. Com a Reforma Agrária avança também todo o processo revolucionário, a caminho do socialismo.

NÃO AOS SANEAMENTOS À ESQUERDA. IMEDIATA REINTEGRAÇÃO DOS CIVIS E MILITARES PROGRESSISTAS

Para além das importantes intervenções do eng.º Blasco Hugo Fernandes, dr.ª Maria das Dores e dr. António Bica, que se debateram sobre alguns dos graves problemas que neste momento se colocam relativamente à Reforma Agrária e das medidas adoptadas pelo VI Governo que têm vindo a colidir frontalmente com os interesses das classes trabalhadoras do campo e da cidade, foram ainda aprovadas diversas moções

exigindo do Governo medidas urgentes, nomeadamente: Reintegração imediata de todos os militares revolucionários, e civis progressistas, afastados dos aparelhos militar e de Estado; sanear dos aparelhos militar e de Estado todos os elementos comprometidos com o regime anterior e aqueles que deliberadamente se mostram contra-revolucionários; afastar do Governo os representantes directos dos monopólios e latifúndios e nomear representantes de forças autenticamente democráticas; extinção imediata da força repressiva do AMI. Reestruturação das forças militarizadas da PSP, GNR, de modo a colocá-las ao serviço da Revolução; prisão e julgamento revolucionário de todos os implicados em actos de sabotagem e assassinio; legislação revolucionária que faça frente e desmantele as conspirações fascistas; reunificar o MFA restituindo-lhe o seu poder revolucionário, e ponho ao serviço do povo a sua voz revolucionária; desarmamento imediato de todas as organizações fascistas ou neo-fascistas com prisão e julgamento imediato de todos os seus elementos; aplicação imediata, na prática, do documento revolucionário Povo/MFA, garante do avanço da revolução socialista; e exigir a imediata publicação de todos os diplomas progressistas já elaborados e aprovados.

Quanto aos recentes acontecimentos no Centro da Reforma Agrária do Distrito de Portalegre que, muito justamente, provocaram a mais viva indignação das massas trabalhadoras, foi aprovado o seguinte:

«Atendendo a que o ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, além de tentar destruir os Conselhos Regionais da Reforma Agrária, onde os trabalhadores têm assento, procura agora sanear à esquerda os próprios Centros Regionais da Reforma Agrária. Verificando que esta nova ofensiva reaccionária do ministro se iniciou no Centro da Reforma Agrária de Portalegre, com sede em Elvas, em que o ministro não apenas alterou a decisão tomada num plenário de cerca de

6000 trabalhadores do distrito que fez sair daquele centro seis técnicos gravemente comprometidos com a reacção e contra os trabalhadores, determinando o ministro o regresso daqueles seis elementos reaccionários ao centro, onde mais nada farão a não ser sabotar a Reforma Agrária, e indo ainda o ministro ao extremo de afastar dois técnicos progressistas, incluindo o director do centro e ameaçando dois outros;

Considerando que esta é uma tentativa do ministro para colocar aqueles centros não a favor da Reforma Agrária e dos trabalhadores, mas precisamente para impedir a Reforma Agrária e procurar o regresso da exploração dos grandes agrários;

Este plenário de trabalhadores resolve:

1 — Dar todo o seu apoio aos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores dos Distritos do Sul na sua luta contra todos aqueles que manobram para sabotar a Reforma Agrária e fazê-la andar para trás;

2 — Dar todo o seu apoio aos valentes trabalhadores de Portalegre na sua ocupação do Centro da Reforma Agrária de Elvas até que as decisões tomadas pelos trabalhadores em plenário distrital sejam cumpridas; afastamento dos técnicos reaccionários, manutenção em serviço dos técnicos que estão do lado dos trabalhadores;

3 — Dar todo o seu apoio às exigências dos Sindicatos, Ligas e Comissões de Trabalhadores das novas unidades colectivas de produção para que se reforce a actividade progressista dos Centros regionais da Reforma Agrária e se desenvolva também a acção revolucionária dos Conselhos Regionais da Reforma Agrária, com alargamento da representação dos trabalhadores;

4 — Exigir que as Forças Armadas assumam as suas responsabilidades perante a heróica luta dos trabalhadores, colocando-se inteiramente ao seu lado: soldados, sempre, sempre ao lado do povo!

5 — Repudiar a actividade do ministro da Agricultura, contrária aos interesses dos trabalhadores

Se há pessoas que têm uma certa dificuldade em compreender porque é que no Sul a Reforma Agrária está mais avançada do que no Norte, pensamos que aqui também as entidades ligadas à questão da reforma agrária devam dar uma explicação. É que, se

effectivamente 35% da nossa população activa se ocupa na agricultura, é necessário que se esclareça que, no entanto, no Sul, encontramos 57% dos activos na agricultura.

«Ainda há muito a fazer»

Se há pessoas que têm uma certa dificuldade em compreender porque é que no Sul a Reforma Agrária está mais avançada do que no Norte, pensamos que aqui também as entidades ligadas à questão da reforma agrária devam dar uma explicação. É que, se



ÁLVARO CUNHAL NA MAGUE

Após uma pormenorizada visita às instalações da Mague, o camarada Álvaro Cunhal participou com os operários numa sessão de esclarecimento. Tema dominante: a unidade antifascista

Há muitos socialistas que não estão satisfeitos com a unidade do PS com o PPD, que são antifascistas. Temos relações com eles em muitos lados. Há muitos socialistas que procuram o Partido Comunista e que dizem: «Nós temos vergonha da política que o PS está a seguir». Há muitos socialistas que estão voltados para uma aliança com os comunistas, com os revolu-

às instalações fabris, inteirando-se das condições de trabalho e das diversas fases da produção, contactando com os operários. No decorrer da sessão usaram da palavra um militante da UJC, um membro da comissão de unidade dos trabalhadores e um elemento do secretariado da célula do nosso Partido, todos operários da Mague. As intervenções

campesinato, em terceiro lugar manter a aliança com a pequena burguesia das cidades e dos campos, entendendo por tal pequenos e médios proprietários, pequenos e médios agricultores, pequenos e médios comerciantes que podem ser ganhos para a batalha contra o grande capital, contra os grupos monopolistas, para a consolidação de todas as conquistas já alcançadas pela Revolução, com uma unidade real, com coragem, com confiança, estamos em condições de derrotar a tentativa de uma viragem à direita, de fazer face às tentativas contra-revolucionárias e de fazer marchar a Revolução dentro da perspectiva de todos os trabalhadores, de terminarmos para sempre com a exploração do homem pelo homem e caminhar para a construção de uma sociedade socialista.

numerosas informações indicam que se intensifica a conspiração em Angola contra a independência do povo angolano dirigido pelo MPLA e a conspiração em Portugal para precipitar uma acção reaccionária de direita.

Há numerosas informações acerca da conspiração fascista. Há sectores que não se podem considerar fascistas, mas que entretanto estão também a conspirar não apenas para uma viragem à direita na política do governo, mas para um golpe de força da direita. Há indicações da presença em Portugal de homens que participaram no 28 de Setembro e no 11 de Março. E alguns homens perigosos, pois estão preparados tecnicamente para acções de comando, para acções terroristas, têm hábitos, prática e experiência de guerra. E, se estão aqui, estão para conspirar, para organizar grupos clandestinos do ELP, do MDLP e de outras organizações clandestinas de carácter terrorista.

DIAS DIFÍCEIS

Anteriormente, e referindo-se à actualidade política, o Secretário-Geral do PCP salientara:

O dia 11 de Novembro está marcado para a independência de Angola. As forças reaccionárias e conservadoras, com o apoio e a ajuda das forças reaccionárias internacionais, estão procurando em volta desta data precipitarem acções contra-revolucionárias tanto em Angola como em Portugal. Até 11 de Novembro viveremos dias perigosos porque



dionários, e para um corte com a reacção, com o PPD.

Estas palavras foram proferidas pelo camarada Álvaro Cunhal no decurso de uma sessão realizada na Mague, à qual assistiram muitas centenas de operários daquela importante unidade fabril de Alverca. Logo a seguir, acrescentaria:

Constantemente apelamos para que os socialistas se juntem aos comunistas na luta contra a reacção. Pode ser que haja um ou outro chefe socialista que no caso de um golpe contra-revolucionário fique vivo e depois vá, como já foi prometido, para tribunais em liberdade, claro, como advogado, defender os comunistas que estão no banco dos réus, mas nós presos e eles em liberdade. Mas os trabalhadores socialistas sinceramente antifascistas, se amanhã triunfasse um golpe do género do Chile aqui em Portugal seriam fuzilados, tal como nós, comunistas. Há muito boas razões para que os socialistas se juntem a nós contra a reacção e, se são trabalhadores se juntem aos comunistas não apenas para defender as liberdades mas para defender as outras conquistas da Revolução, que são do interesse de todos os trabalhadores, tenham eles a política que tiverem.

tiveram um denominador comum: a unidade dos trabalhadores enquanto condição indispensável para o avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo. A este respeito diria o camarada Álvaro Cunhal, no decurso do seu longo e improvisado suscitado pelas inúmeras perguntas dos presentes: Se nos soubermos unir, em primeiro lugar uniremos os trabalhadores, em segundo lugar manteremos a aliança estreita com o



A UNIDADE NECESSÁRIA

Antes da sessão, o camarada Álvaro Cunhal efectuou uma longa visita

PROSSEGUE A VIOLÊNCIA TERRORISTA

Demonstrando a acção concertada dos bandos fascistas que actuam em Portugal, continua a vaga de atentados bombistas, abrangendo uma área que se estende pelas mais diversas regiões do continente e ilhas

A vaga de atentados bombistas continua. Manobrando com o à-vontade fomentado pela impunidade, os bandos fascistas prosseguem no cumprimento dum plano programado à escala nacional, visando, numa primeira fase, criar a instabilidade das populações, intimidando-as.

As forças revolucionárias têm vindo a denunciar, num testemunho de activa vigilância, os diversos aspectos de que tem procurado revestir-se o grande golpe reaccionário em gestação. Contudo, reflectindo bem nos acontecimentos que se têm vindo a desenrolar nos últimos tempos, concretamente desde o derrube do V Governo, pode constatar-se que, na realidade, o grande golpe reaccionário já começou. Digamos que se tem vindo a processar a pouco e pouco, sem grandes alardes, mas persistentemente, impassível às vozes que se levantam. Provam-no os saneamentos à esquerda, a reabilitação de fascistas, as concessões ao imperialismo, os sucessivos atentados bombistas. Provam-no o recrudescimento da histeria anticomunista, as ameaças de repressão em nome da «ordem» e da «lei», a impunidade com que os sabotadores reaccionários se passem por certos zonas do país, a liquidação das liberdades democráticas onde a organização das forças revolucionárias era mais débil.

Se nos detivermos a analisar o crescente surto de atentados bombistas podemos comprovar que, na maioria dos casos, as explorações têm sido provocadas por petardos de fraca potência, quase todos de fabrico caseiro. E também que, até à data, esses atentados não provocaram mortos. Será pertinente perguntar — até quando?

Numa retrospectiva dos atentados dos últimos dias podemos ver que se começa a desenhar um novo

objectivo, que não apenas a intimidação.

Assim, na madrugada do passado dia 29, na cidade do Porto, comandos fascistas fizeram rebentar duas bombas de relativa potência em carros de activistas revolucionários. Um dos automóveis pertencia a um conhecido militante comunista, em que frequentemente se costumavam deslocar dirigentes do Partido. De assinalar que, pouco antes da bomba rebentar, «alguém» batera à porta do nosso camarada com o propósito evidente de o atrair à rua e, conseqüentemente, à eventualidade de ser atingido pelo deflagrar da bomba. Só por puro acaso tal não aconteceu.

É também curioso verificar que, após a distribuição de um panfleto do PPD em Mirandela, em que são proclamados os mais ferozes e primários ataques e provocações a todos os progressistas e, principalmente, aos elementos da Comissão Administrativa da

Câmara Municipal, tenha rebentado, na madrugada do dia 30, cerca das 4 horas da madrugada, uma carga explosiva debaixo do automóvel do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara. E terá sido igualmente por mero «acaso» que explodiu uma bomba em Chaves, no automóvel do médico Maximino Cunha, militante comunista, na madrugada do passado sábado, dia em que o sr. Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, fez um inflamado discurso anticomunista num comício do seu partido, realizado naquela mesma cidade?

Também em Lisboa os atentados continuam. Na noite de sábado rebentou um petardo num camião do regimento da Polícia Militar que se encontrava estacionado perto do Estádio da Luz. Que teria sucedido se a explosão se tivesse verificado à saída do jogo de futebol?

Entretanto, crianças que brincavam na rua onde mora José Viana, conhecido actor e militante comunista, detectaram um objecto estranho sob o carro do nosso camarada. Chamado o COPCON, verificou tratar-se de uma carga explosiva de grande potência, de tipo incendiário.

Na manhã de segunda-feira, perto das 6 horas, rebentou um outro engenho explosivo, este de fraca potência, no jardim de uma vivenda situada na Rua 5 de Outubro.

Outras duas cargas explosivas deflagraram na ilha da Madeira — a primeira ocorreu à porta da casa de Carolina Moniz, no Funchal, e a segunda num carro pertencente a uma empresa de cervejas.

Enquanto a onda de atentados bombistas continua — falando-se já de uma nova organização terrorista, composta por retornados e dirigida pelo ELP-MDLP, que teria o nome de SSPPU (Serviço de Segurança e Protecção aos Portugueses do Ultramar) — o dr. Mário Soares afirmou recentemente numa conferência de imprensa, em tom de «advertência muito séria», que novos assaltos e ataques «contra sedes do Partido Comunista, do MDP/CDE e de outros partidos de extrema esquerda» seriam de esperar...

É urgente travar a escalada do terror fascista. É imperioso que um vigoroso movimento popular de massas faça ouvir a sua voz exigindo a punição dos fascistas e a defesa da paz, da ordem pública, das liberdades democráticas. Tudo isto o VI Governo — o chamado de «salvação nacional» — garante no seu Programa Político.

O povo vai estando cansado de palavras. Exige-se acção. Mas na defesa dos trabalhadores, das liberdades conquistadas, abrindo o caminho para a construção do socialismo.

EXEMPLO DE SOLIDARIEDADE

Um comunista, onde quer que se encontre, por mais árdua que seja a luta, jamais está só. Esta é certa que anima os camaradas que em regiões nortenhas combatem dia a dia uma reacção desesperada

A célula do nosso Partido no Banco Nacional Ultramarino desenvolveu, recentemente, uma acção de solidariedade e fraternidade revolucionária que é justo destacar como exemplo de iniciativa de esclarecimento e de combate à manipulação de que são vítimas as populações nortenhas, assossadas por uma reacção cuja impunidade constitui um atentado contra o processo de democratização.

Os nossos camaradas do Banco Nacional Ultramarino, querendo manifestar o seu apoio revolucionário aos camaradas que em muitas regiões do norte foram alvo da sanha da reacção, organizaram uma excursão a terras nortenhas. Associaram-se a esta iniciativa outros militantes e simpatizantes do nosso Partido assim como elementos de outros partidos progressistas, constituindo um conjunto de 250 pessoas distribuídas por cinco autocarros.

Apesar das provocações que, em algumas zonas, se fizeram sentir sobre os nossos camaradas, o balanço geral desta «deslocação» denuncia, mais uma vez, que a propaganda caluniosa que os caciques locais procuram infiltrar entre as populações, numa continuidade da política obscurantista do regime fascista, está historicamente condenada e as populações, perante a coerência e espírito de luta pela causa de todo o povo que anima os militantes do nosso Partido, irão abrindo os olhos à realidade e descobrindo como servirem de joguetes aos intentos dos seus inimigos de classe, capitalistas e latifundiários.

Como exemplo, citamos a atitude de populares em Braga, junto ao Centro de Trabalho do nosso Partido, que a fúria reaccionária reduziu a escumbras, quando os nossos camaradas do B.N.U. e outros democratas que os acompanhavam procediam a uma manifestação. Após um primeiro momento de alarme «perante tantos comunistas» os populares comprovaram que «os comunistas não fazem mal a ninguém» e alguns colocam dúvidas aos sermões inflamados de certos padres que apregoam que os comunistas destroem e saqueiam, dúvidas tanto mais fortes quando se verifica, na prática, que é a reacção que destrói e semeia a desolação enquanto os nossos camaradas constroem e lutam pela edificação de uma sociedade sem exploração para todo o povo português.

Em todas as localidades onde se deslocaram, em Águeda, em S. João da Madeira, em Vila Nova de Famalicão, em Ovar, os nossos camaradas do BNU deixaram o testemunho da sua solidariedade militante, a qual constituiu um estímulo para quantos militantes do nosso Partido, nessas zonas de fronteira, uma reacção tanto mais criminosa quanto o avanço do processo revolucionário, por obra das massas populares, anuncia que se avizinha o fim do poderio dos caciques locais, guarda avançada dos resíduos do fascismo.

De particular significado se revestiu o acolhimento aos nossos camaradas em Vila Nova de Famalicão, localidade onde a fúria reaccionária atingiu proporções extremamente graves. Ai, no decorrer de um comício-festa, usaram da palavra os nossos camaradas Câmara Rocha, da célula do BNU, Tavares de Sousa, do Organismo dos Bancários, Anselmo Dias e Lino Lima, do Comité Local, seguindo-se a audição de uma mensagem gravada do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, que foi escutada com interesse comovido pelo seu significado de apoio e reforço à luta dos comunistas onde quer que ela se trave, mas em especial, aos nossos camaradas das regiões onde a reacção tem ainda vasto campo de manobra. Ai a luta é ainda mais difícil, mas a vitória é uma certeza que estimula a acção, intensificada pelas manifestações de solidariedade das quais os camaradas do BNU deram um exemplo revolucionário.

PESCADORES DIZEM NÃO ÀS REFORMAS DE MISÉRIA

É urgente satisfazer as justas reivindicações dos velhos homens do mar, explorados implacavelmente durante anos

Os pescadores foram durante o anterior regime uma das classes mais duramente exploradas, tanto pelos salários de miséria e ridículas reformas que lhes eram pagas e que os obrigava, a eles e às famílias, a passar fome, como ainda pelas prisões e despedimentos arbitrários de que muitas vezes eram vítimas.

O PCP, porque defende efectivamente os interesses das classes menos favorecidas, promoveu no passado dia 23 no CT de Matosinhos uma reunião, com vista a discutir o aumento da remuneração dos pescadores reformados. Compareceram alguns pescadores, sendo no entanto a maioria dos presentes composta por mulheres de pescadores já falecidos. Apesar da idade e dos anos passados, estes homens e mulheres do mar mostraram ter ainda bem presente os sofrimentos que alguns senhores como o Tenreiro e outros lhes fizeram passar durante toda a vida.

Assim, a dada altura, ouvimos um deles afirmar, bem alto e com a força que só quem sente verdadeiramente o que diz consegue ter:

«Comecei a trabalhar, tinha 8 anos. Trabalhei até 1970 e depois tive uma trombose. Tenho andado desde aí, a mendigar porque não tenho ninguém que me dê de co-

mer. Esse Tenreiro, e a gente da Junta Central da Casa dos Pescadores, são uns gatunos, só querem encher a barriga. Não é justo que um pobre miserável pescador que trabalhou tantos anos, agora nem sequer tenha dinheiro para comer e tenha que andar a mendigar de casa em casa. O Estado deve olhar pelos pobres e não pelos ricos. Os ricos já estão cheios de dinheiro e a gente andamos a mendigar. Ora digam-me cá, é justo andarmos cheios de fome a bater de porta em porta para matar as necessidades? Eu trabalhei bastante para enriquecer esses gatunos, e agora não me querem dar 1 650\$00 quando nos roubaram muito mais? Isto não é justiça.

Nesta reunião acordou-se em enviar ao Presidente da República e do Conselho Superior da Revolução e ao Presidente do Conselho de Ministros, uma moção do seguinte teor:

Nós pescadores reformados vimos colocar o seguinte problema, e que, desejamos ver resolvido desde já.

Durante dezenas de anos, nós trabalhamos no mar, recolhendo peixe para a alimentação do nosso povo.

Durante dezenas de anos, pagamos com o nosso suor e o nosso

esforço o tributo de vivermos em sociedade.

Durante dezenas de anos, o nosso trabalho foi aproveitado para o enriquecimento de meia dúzia de grandes senhores.

Velo o 25 de Abril. Dizia-se que a revolução era em primeiro lugar dirigida às classes mais desfavorecidas. Isto, alimentou em nós, a esperança de termos resolvidos alguns dos problemas mais prementes, nomeadamente o económico.

Entretanto, após já estarem decorridos mais de dezoito meses (ano e meio), continuamos na mesma situação!

Recorremos para a Caixa Nacional de Pensões, para a Caixa de Previdência, para a Casa dos Pescadores e a resposta é sempre a mesma: «vós não têm direito a pensão mínima de 1 650\$00», «vós só têm direito a 500\$00 mensais!». É isto!

Nós, que durante dezenas de anos — e como nós, há muitos mais — que pondo em risco a própria vida, demos um contributo devido à sociedade em que vivemos.

Não nos digam que não há dinheiro! É preciso ir buscá-lo aqueles que durante anos e anos nos exploraram, que durante anos e anos viveram do nosso suor.

Nós, os pescadores reformados de Matosinhos, esperamos ver ainda a construção da sociedade justa e sem exploradores. No entanto, vemos com grande apreensão os desvios que se está a fazer à nossa revolução no sentido de voltar a favorecer os capitalistas. Favorecer aqueles que sempre viveram à nossa custa!

Mas, apesar de tudo, afirmamos aqui a nossa disposição de levar a nossa luta até onde as nossas forças o permitirem, para conquistarmos aquilo a que temos direito.

Exigimos uma pensão que nos permita viver com dignidade na nova sociedade que se diz pretender construir.

É pois urgente que estas justas reivindicações sejam satisfeitas o mais breve possível, dado que o contrário implicará que as precárias condições de vida destes trabalhadores, não só se mantenham, como ainda se agudizem, em virtude do acréscimo que o custo de vida sofreu desde então.

Importa ainda referir o facto de pela primeira vez no nosso País e em resposta a um apelo feito pelo PCP, se ter realizado uma reunião de pescadores reformados, com vista a discutir problemas que lhes são comuns, independentemente da sua filiação partidária.

A URSS COMEMORA O 7 DE NOVEMBRO DATA NA HISTÓRIA DOS POVOS DO MUNDO

A Grande Revolução de Outubro é a herança deixada ao futuro pelos operários, camponeses, soldados e marinheiros soviéticos, iniciadores da caminhada mundial para o comunismo

Menos de cento e trinta anos depois da Revolução Francesa, decorridos quase cinquenta anos sobre a resistência heróica da classe operária na Comuna de Paris, a Grande Revolução Socialista de Outubro abre o caminho dos homens para o socialismo. Milhões de trabalhadores da cidade e do campo assumem pela primeira vez a responsabilidade sem exemplo de construir o comunismo. 1917 é o ano da grande viragem da história mundial. A classe operária soviética, os seus aliados e o grande Partido de Lênine abrem a primeira brecha no mundo capitalista até então indevisível.

Impressionante foi o pequeníssimo número de vítimas de ambos os lados para uma Revolução de tanto alcance e profundidade. Albert Rhys Williams, célebre jornalista americano que se encontrava na Rússia em 1917, escrevia: «A história registará que a Revolução Russa, incomparavelmente mais profunda que a Revolução Francesa de 1789, não degenerou numa vaga de vingança. Foi, com efeito, uma revolução sem efusão de sangue... E o terror vermelho? — repli-car-me-ão... Esse terror chegou mais tarde, quando os intervencionistas irromperam na Rússia e quando, com a sua ajuda, os monárquicos e os Cem Negros (bandos monárquicos organizados pela polícia tsarista) desencadearam o terror contra-revolucionário...»

Cedo começaram os ataques violentos à jovem Revolução. Guardas brancos e grandes agrários aristocratas lançam a primeira insurreição armada contra os Sovietes, em Moscovo, na noite de 10 de Novembro, três dias após a vitória dos trabalhadores. Seis dias durou a revolta. Em 16 estava dominada. O mesmo aconteceu em Petrogrado. Em 11 do mesmo mês quando se iniciava a ofensiva do general Krasnov contra a cidade, os jun-

kers ensaiam também a contra-revolução. Pouco durou a aventura. Em 13 de Novembro estavam liquidados. Mas a verdadeira contra-ofensiva reaccionária ainda não começara. As classes opressoras derrotadas pelo povo soviético, iam esperar pelo auxílio externo do capitalismo e do imperialismo internacionais para se lançarem de novo ao ataque.

Em cinco dias, de 11 a 15 de Novembro, a Grande Revolução proletária, firme em Moscovo, Petrogrado (hoje Leninegrado), Minsk, Vladimir, Ivanovo-Voznesensk em outras grandes cidades e numerosos centros industriais, triunfava em Tachkent, Krasnolinsk, Baku, atingindo as terras mais afastadas do antigo império colonial da Rússia.

Suprimidos os velhos órgãos do poder da burguesia e dos grandes agrários, em todo o lado eram criados Sovietes de deputados operários, camponeses e soldados. Assim se iniciava uma nova forma de poder de Estado. Com ela se garantiu a vitória política sobre o antigo regime, abrindo o caminho à luta económica contra a burguesia e à construção do sistema económico socialista.

Nunca sendo um fim em si para os comunistas, a tomada do poder era, porém, a questão vital para a Revolução, ponto de partida necessário para edificar a nova sociedade socialista. Nas condições do império tsarista em 1917, impunham-se aos comunistas e a todo o povo trabalhador as palavras de Marx sobre a instauração do «poder de Estado dos trabalhadores, em que a classe operária desempenha papel dominante, o papel dirigente, e cujo objectivo é assegurar o triunfo completo e definitivo do socialismo e a passagem da sociedade à edificação do comunismo».

Imensa tem sido, e foi nessa época da tomada do poder, a tarefa



do Partido Comunista, do Partido de Lênine. A insurreição armada de Outubro entrou com toda a justiça na história como um modelo de estratégia e de tática revolucionárias. Ao preparar-se para a Revolução de Outubro, disse o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, o Partido Comunista acumulou uma experiência muito rica de todas as formas de luta, legais e ilegais, pacíficas ou não pacíficas, clandestinas e abertas. Estava pronto a mudar rapidamente estas formas e era capaz de conduzir a classe oper-

ária através do labirinto da história, mesmo na situação mais complexa e confusa. Quando chegou o momento decisivo, os operários e os camponeses da Rússia, persuadidos pela sua própria experiência da justiça da política conduzida pelos bolcheviques, seguiram o Partido de Lênine, adoptaram as suas palavras de ordem e alcançaram a vitória.

Em Novembro de 1917, o imenso e rico país que é hoje a União Soviética estava à beira da catástrofe económica. O governo provisório tentava resolver as difi-

culdades à custa das massas populares. Mas estas, perante isso, depressa recusaram (combatendo-as) as ilusões reformistas com que lhes acenavam mencheviques, socialistas-revolucionários e outros defensores do capitalismo moribundo.

Depois foi a dura luta de todos os dias contra a terrível herança deixada ao povo pelos aristocratas, os grandes agrários e a burguesia do império tsarista: a fome, a guerra, as epidemias, a miséria e a ignorância de milhões de homens, mulheres e crianças. Mas o socialismo afirmou-se, cresceu e perdura. A média do crescimento industrial durante os anos de 1929 a 1966 foi, na URSS, de 11,1 por cento, enquanto nos Estados Unidos não passava de 4 por cento e de 2,5 por cento na Inglaterra e na França.

A HERANÇA MUNDIAL DE OUTUBRO

Ao mesmo tempo, criou-se uma sociedade sem analfabetos, com um nível elevado de cultura e instrução, sem ter sido abandonado nenhum dos tesouros do espírito que a humanidade acumulou durante séculos. Suprimido o

antagonismo entre a sociedade e o indivíduo, a via traçada pela Grande Revolução Socialista de Outubro aumenta constantemente e enriquece o mundo espiritual do homem. Uma das provas do que se afirma é o facto de entre os operários, os camponeses e os trabalhadores intelectuais saírem grandes valores mundiais da ciência, da técnica, da cultura e da arte. Em meio século de existência, a sociedade soviética comprovou os meios e instrumentos de transformação socialista da realidade. Comprovou-os em todos os campos sob a direcção inspiradora e mobilizadora do Partido Comunista.

Cinquenta e oito anos depois da vitória, o Estado Socialista de todo o Povo continua a assinalar poderosamente o alcance universal da Revolução de Outubro que iniciou a revolução socialista mundial destruindo de uma vez o mito da imutabilidade do capitalismo como «ordem natural das coisas». A abolição do capitalismo e dos seus vestígios, o estabelecimento das bases da ordem comunista são o conteúdo da nova época da história mundial que agora se inicia, diz Lênine, em 1917, deixando bem claro que a cronologia da era do socialismo começou com a Grande Revolução de Outubro.

Herdeira legítima das grandes

lutas dos povos em todas as épocas, a vitória do proletariado na Rússia de 1917 abriu aos trabalhadores de todo o mundo o caminho seguro para afirmarem definitivamente a sua posição como força decisiva e central da nova época.

A herança mundial de Outubro pode resumir-se assim:

— a classe operária assumiu pela primeira vez o Poder e alcançou a possibilidade de exercer a sua hegemonia histórica na transformação revolucionária da realidade com a ajuda de um instrumento poderoso como é o Estado;

— o movimento comunista mundial, vanguarda combativa de todas as forças do progresso, voltou a ressurgir e transformou-se depois na força política mais poderosa da nossa época;

— a revolução de Outubro despertou para a luta activa e incorporou na torrente libertadora as massas enormes das classes e nações oprimidas em todos os continentes;

— o comunismo, que o génio de Marx, Engels e Lênine transformou de utopia em ciência, começou a ser realidade. A ideologia do socialismo começou a difundir-se irresistivelmente por toda a Terra.

Nenhuma revolução se exporta. Mas a revolução social mundial e o

sistema mundial do socialismo são realidades indesmentíveis. Uma revolução não se exporta, mas a experiência colectiva dos países socialistas é um património precioso de todas as forças revolucionárias mundiais, um catalizador poderoso do progresso social de todo o mundo.

Portugal, empenhado numa revolução a caminho do socialismo, é um exemplo concreto na luta mundial entre os dois sistemas económicos e sociais. Temos que escolher (e os trabalhadores portugueses já fizeram essa escolha claramente) entre o capitalismo e o socialismo, entre as forças retrógradas do fascismo e da miséria e as forças da libertação completa do homem de todos os jugos a caminho da sociedade sem classes. Por isso, o nosso Partido, os movimentos revolucionários e progressistas de hoje são os legítimos sucessores da causa da Revolução de Outubro, os seus continuadores noutro terreno e noutras condições.

Os métodos e as formas de luta são diferentes. Não se trata de repetir o que se fez na Rússia, o que se fez na União Soviética. Trata-se, tendo em conta os seus ensinamentos, de encontrar vias e meios concretos para cumprir a mesma tarefa internacional que a Grande Revolução Socialista de Outubro iniciou à escala mundial.

O SOCIALISMO É SINÓNIMO DE LIBERDADE E HUMANISMO

Um prestígio feito de conquistas gloriosas do povo trabalhador e que são património de toda a humanidade não pode ser abalado com deturpações e calúnias

O carácter internacional da Grande Revolução Socialista de Outubro, à semelhança do que sucedeu em todo o mundo, cedo se repercutiu em Portugal. Causa comum de todos os povos, a instauração do primeiro Estado de operários e camponeses teve influência marcante na tomada de consciência do proletariado português quanto à necessidade da formação do seu Partido, da sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista Português.

Cedo também teve eco em Portugal o amplo movimento do internacionalismo proletário a favor da Revolução na

Rússia. Os trabalhadores comunistas portugueses, combatendo a histórica campanha obscurantista contra a vitória do povo soviético, encabeçaram amplas acções de solidariedade para com o proletariado russo.

Dizia Lênine, em Janeiro de 1918, que os proletários de todos os países acolhiam com simpatia cada notícia, cada migalha de informação, sobre a nossa revolução, porque sabem que o que está a ser realizado na Rússia é a sua causa comum, a causa da insurreição proletária, da revolução socialista internacional. Esse interesse profundo e mili-

tante nunca se perdeu e veio crescendo ao longo dos anos no seio da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Parte integrante do internacionalismo proletário, apoio fraterno às conquistas do socialismo na União Soviética, a sua divulgação entre as massas, o estudo das suas experiências, a análise dos seus êxitos, do seu poder criador, a defesa intransigente desse baluarte da revolução socialista mundial e o fortalecimento da amizade entre os dois povos constituíram sempre para o Partido Comunista Português parte substancial da luta contra o fascismo e o colonialismo, parte inegável da implantação e do prestígio do nosso Partido no grande movimento comunista internacional.

O anti-sovietismo foi sempre uma das fórmulas consagradas do anticomunismo fascista e do obscurantismo que espalhou entre as massas. São bem conhecidos os processos com que as cliques salazarista e marcelista caluniavam e denegriam, quando não podiam escondê-las, as grandes vitórias da classe operária, de todos os trabalhadores e do seu glorioso Partido na União Soviética.

Hoje, os fascistas encontraram aliados com que talvez não contassem na sua tarefa de denegrir as conquistas do socialismo na URSS, caluniando o seu povo e o seu Partido. Homens e partidos que deveriam ter da história um juízo claro e justo transformam a luta ideológica e a crítica necessária na baixa calúnia, na mentira descarada, na deturpação sistemática da vida e da construção do comunismo na União Soviética.

Tudo lhes serve. O último dos renegados, qualquer traidor confesso, o mais reles vendido ao imperialismo é por eles acarinado com honras de homem honesto e de brilho impoluto, desde que calunie a União Soviética. Inventam cisões, forjam dificuldades, aproveitam um caminho espinhoso e os sobressaltos naturais da história para atacarem o socialismo e o comunismo no país onde a sua construção está mais avançada.

O anti-sovietismo é também uma forma de adular por completo o socialismo. Pretende-se fazer passar essa conquista dos povos, esse sistema económico insubstituível na libertação da humanidade, para o campo da exploração capita-

lista, que se manteria sob outro nome, o nome do «socialismo». Bastaria para tanto acrescentar-lhes uns rótulos de pseudoliberalidade, de pseudo-humanismo. Mas o socialismo passa muito bem sem isso, sem esses apêndices de mentira para perpetuar a exploração. O socialismo é a própria liberdade, a democracia e o humanismo.

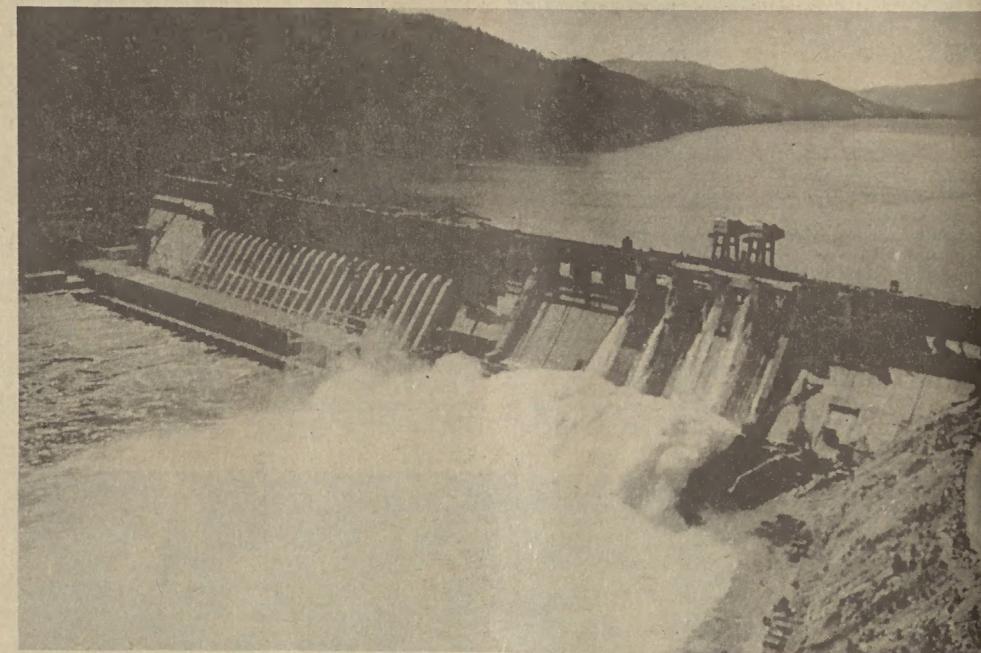
Os que atacam a União Soviética e o seu regime em nome de «um socialismo» entendem a expressão teórica do movimento proletário, o fim dos monopólios e do latifúndio, o desaparecimento da propriedade privada como ofensas à «liberdade», à «democracia» e ao «humanismo». Por isso caluniam o socialismo e a construção do comunismo na União Soviética. Por isso dedicam esforços, incompatíveis com os resultados, à deturpação da vida na União Soviética e nos outros países socialistas, à deturpação dos objectivos do socialismo.

A realidade do socialismo está à vista na URSS. A sua prática diária condena ao fracasso todas as tentativas para o denegrir ou para o substituir por aquilo que a reacção, os defensores do capitalismo entendem, ou pretendem fazer passar por «formas» do «socialismo», de um «socialismo mitigado», aborto que se ouvia sair da boca de muito bom fascista, quando o fascismo era lei.

Qualquer um pode servir-se do nome do socialismo para caluniar os verdadeiros socialistas e os trabalhadores que o levaram à prática. Mas ninguém conseguirá alterar-lhe o seu sentido profundo e verdadeiro, o seu conteúdo científico.

O socialismo não é uma peça a fornecer por medida ao agrado do cliente. O socialismo é o da prática diária dos países socialistas. É essa a sua medida humana, a sua realidade.

O anti-sovietismo nunca foi obra de comunistas. Alguns que por abuso assim se intitulam, a fim de melhor espalharem o seu veneno anti-soviético, depaenam cada vez mais, em Portugal, com a firmeza das massas trabalhadoras, com a clara consciência da classe operária, com a honestidade de quem tem olhos para ver. E as suas calúnias encontram cada vez menos eco, esfumando-se por entre o prestígio seguro e merecido que goza o povo soviético e o seu Partido entre os trabalhadores portugueses.



VANGUARDA DO PROGRESSO HUMANO

Os resultados excepcionais de 58 anos de luta, de trabalho e sacrifícios na construção do comunismo são concretos e palpáveis em todos os campos de actividade na União Soviética, a quem cabe de pleno direito o papel de vanguarda na revolução científica e técnica

A economia socialista planificada na URSS faculta amplas possibilidades ao progresso geral da ciência e da técnica. A viragem, iniciada no desenvolvimento das forças produtivas sob o impulso da ciência e das suas descobertas, torna-se cada dia mais importante e profunda. O progresso da ciência e da técnica é a alavanca mais poderosa na criação da base material e técnica do comunismo. Por isso, o XXIV Congresso do PCUS formulou esta tarefa de um alcance excepcional: fundir organicamente as aquisições da revolução científica e técnica com as vantagens do sistema económico socialista.

A larga utilização das realizações da revolução científica e técnica no interesse da sociedade soviética e no aperfeiçoamento da estrutura da economia nacional e da sua gestão garantem ritmos de desenvolvimento elevados e estáveis em todos os ramos da produção, um aumento constante da produtividade do trabalho e uma elevação

ininterrupta do nível de vida do povo.

Ao elevar o rendimento do trabalho, o plano de desenvolvimento da economia soviética para 1971-1975 prevê um aumento do rendimento nacional em 80 a 85%; da produção industrial em 87%; dos grandes trabalhos públicos em 95% e de 100% na produção agrícola.

Nesses cinco anos, a produtividade do trabalho aumentará 39% na indústria, 37% na construção civil e 38% na agricultura, relativamente a 1970.

O pensamento de Lênine, segundo o qual o rendimento elevado do trabalho é a condição essencial e decisiva do triunfo do regime socialista, conserva, hoje, todo o seu valor e actualidade. Um máximo rendimento do trabalho é também a condição essencial da vitória do socialismo sobre o capitalismo na competição histórica dos dois sistemas na arena mundial, bem como a condição principal do progresso do socialismo e da sua passagem ao comunismo.

DÉCADA DA URSS EM PORTUGAL

Conjunto de Danças do Estado de Azerbeidjão

- Dia 3 — segunda-feira**
Porto — Coliseu, às 21 e 30
- Dia 4 — terça-feira**
Aveiro — Teatro Aveirense, às 21 e 30
- Dia 5 — quarta-feira**
Coimbra — Teatro Gil Vicente, às 18 e 22 horas
- Dia 7 — sexta-feira**
Alpiarça — Sociedade Águias de Alpiarça, às 21 e 30
- Dia 8 — sábado**
Lisboa — Coliseu dos Recreios, às 21 e 30
- Dia 9 — domingo**
Évora — Teatro Garcia de Resende, às 17 e às 21 e 30
- Dia 10 — segunda-feira**
Beja — Teatro Pax Júlia, às 21 e 30

As melhores tradições da dança folclórica azerbeidjana inspiram compositores e coreógrafos contemporâneos na criação de ballets e composições onde surge, em toda a sua grandeza, a bela antiga e eternamente jovem, dança popular.

O Conjunto de Danças do estado do Azerbeidjão é constituído por diplomados, embora amadores, pela «Escola de Coreografia de Bakú» que tem obtido muitos prémios e distinções em concursos de arte popular.

O coreógrafo do conjunto é o artista da RSS do Azerbeidjão, Setpan Popov. O dirigente musical é Eldard Bilibut-zade, também maestro e compositor.

As danças são baseadas em músicas de Djanquir, Djanguirov, Tokif Kuliev, Telman Gadjev, Eurin Sabit-Ogli e outros. O guarda-roupa do conjunto foi desenhado pela artista da RSS do Azerbeidjão Badura Afganli. Os artistas do conjunto são laureados (colectivos) do festival da Juventude Soviética, foram distinguidos com um diploma da União das Associações Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os países estrangeiros.

Clássicos do Cinema Soviético

- Dia 3 — segunda-feira, às 18 e 15**
O Couraçado de Potenkin, de S. M. Eisenstein (1925)
- Dia 4 — terça-feira, às 18 e 15**
A Mãe, de V. Pudovkin (1926) e A Queda da Dinastia dos Romanov, de E. Chub (1927)
- Dia 5 — quarta-feira, às 18 e 15**
Homens do bosque, de Alexander Litvinov (1928) e Na Primavera, de Mikhail Kaufman (1929)
- Dia 6 — quinta-feira, às 18 e 15**
Turksib, de Victor Turin (1929) e O Sal de Svanécia, de Mikhail Kalatozov (1930)
- Dia 7 — sexta-feira, às 18 e 15**
Sinfonia do Donbass-Entusiasmo, de Dziga Vertov (1930) e De Nómé Lénine, de Mikhail Slutsky (1932)
- Dia 7 — sexta-feira, às 21 e 30**
Moscovo-Karakum-Moscovo, de Roman Karmen (1933) e Tchapaiev, de Sergei e Georgy Vasiliev (1934)
- Dia 10 — segunda-feira, às 18 e 15**
Lénine em Outubro, de Mikhail Romm (1937)
- Dia 11 — terça-feira, às 18 e 15**
O Quarteirão de Viborg, de G. Kozintsev e L. Trauberg
- Dia 12 — quarta-feira, às 18 e 15**
Torrente Poderosa, de Leonid Varlamov (1939) e A Derrota do Exército Fascista Alemão diante de Moscovo, de Leonid Varlamov (1942)
- Dia 12 — quarta-feira, às 21 e 30**
O Fascismo vulgar, de Mikhail Romm (1965)

(Todos os espectáculos se realizam na sala de cinema do Palácio Foz, em Lisboa)

Para além das sessões de cinema no Palácio Foz realizar-se-ão ainda diversas sessões em vários pontos do País, nomeadamente em Mafra, Ericeira, Torres Vedras, Malveira, Moscavide, Sacavém, Alhandra, Santa Iria, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Setúbal, Coimbra e Santarém.

Grupo de ginastas soviéticos

- Dia 3 — segunda-feira**
Lisboa — Pavilhão Gimnodesportivo da Amadora, às 21 e 30
- Dia 4 — terça-feira**
Setúbal — Clube Naval Setubalense, às 21 horas
- Dia 5 — quarta-feira**
Évora — Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Técnica, às 21 horas
- Dia 6 — quinta-feira**
Faro — Pavilhão Gimnodesportivo de Faro, às 21 horas

A delegação de ginastas soviéticos que se encontra de visita ao nosso País é composta, para além do dirigente Krikheli Shalva, da tradutora Volkova e dos treinadores Shaniázov e Budnikov, pelos desportistas Boiko Viatcheslav, Sedikh Anatoli e Trifonov, Anatoli membros da selecção da URSS, Grigorian Manvel, Kamarova Larissa, Shaposhnikova Natacha, Iudina Liubov (vedadora do encontro juvenil URSS-Cecoslováquia, membro da selecção da URSS), Timofeeva Margarita e Timofeev Serguei, ambos campeões da URSS em Acrobacia, Shafova Galina e Drank Irina, campeã juvenil da URSS, membro da selecção da URSS.

Exposições

- Lisboa** — «Grande Outubro na Rússia», no Palácio Foz de 3 a 15 de Novembro. Exposição organizada pelo Museu da Revolução de Moscovo
- Porto** — Exposição de Fotografia Artística
- Lisboa** — Sede da Associação Portugal-URSS «Livro de Arte Soviética» e «Artesanato Soviético do Azerbeidjão»

Serão também realizadas exposições sobre temas da actualidade soviética em Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Setúbal, Alhandra, Montijo, Coimbra e Santarém.

VANGUARDA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL

Quais são para a humanidade as conquistas históricas da Grande Revolução Socialista de Outubro? De forma sintética, poderíamos responder:

- Na União Soviética, país imenso, espalhado por dois continentes, o socialismo triunfou e iniciou-se a caminhada para o comunismo;
- Noutros treze países de três continentes, as revoluções socialistas venceram e a maioria dessas nações conseguiu êxitos decisivos na construção do socialismo;
- Formou-se o sistema socialista mundial, que é a maior conquista histórica depois da Revolução de Outubro, o baluarte poderoso de todas as forças revolucionárias do nosso tempo;
- Os povos das antigas colónias e dos países dependentes, com o apoio do socialismo mundial e do movimento revolucionário do operariado puseram fim à opressão imperialista, liquidaram os impérios coloniais e abraçaram a via do desenvolvimento independente. A sua parte mais avançada adoptou a orientação socialista;
- A Revolução de Outubro e outras revoluções socialistas vitoriosas influíram grandemente nas condições de luta do proletariado dos países capitalistas pelos seus interesses vitais e objectivos finais, ajudando-os a alcançar êxitos importantes na luta pelo desenvolvimento da democracia e a vitória do socialismo;
- O primeiro país socialista, a União Soviética, desempenhou o papel principal na luta para livrar a humanidade da ameaça do jugo fascista e salvou povos inteiros do exterminio. A derrota do fascismo fez surgir um clima de recusa geral à violência contra os povos e à liquidação das suas liberdades e da sua independência, ao mesmo tempo que coadjuvava o acesso do movimento revolucionário a um nível mais elevado em todo o mundo;
- A União Soviética, o sistema socialista mundial e o movimento revolucionário internacional da classe operária desempenham um papel decisivo na condenação rigorosa da guerra termonuclear e são a força principal na luta destinada a extirpar por inteiro as guerras mundiais da vida da sociedade;
- Os cinquenta e oito anos da Revolução de Outubro contribuíram para a vasta penetração das ideias socialistas na consciência dos homens, colocaram o marxismo-leninismo no centro da vida da nossa época e fortaleceram a fé de centenas de milhões de trabalhadores no triunfo da justiça social dando-lhes a certeza de que a concretização dos seus ideais é obra deles próprios, da sua razão e vontade.

O 7 DE NOVEMBRO POR TODO O PAÍS

A recordação vitoriosa do 7 de Novembro tem expressão viva e confiante nas comemorações dos trabalhadores portugueses que construirão o socialismo na nossa Pátria

A voz dos comunistas portugueses, a voz da classe operária e de todos os trabalhadores far-se-á ouvir por todo o País, nas comemorações do 7 de Novembro, dia de festa dos povos de todo o mundo, dia da Grande Revolução Socialista de Outubro.

O nosso Partido levará as suas bandeiras e saudará os trabalhadores, todo o povo soviético e o seu glorioso Partido. Saudará as grandes vitórias do socialismo e da construção do comunismo na URSS.

Em Lisboa, as comemorações já começaram com a presença de numerosas delegações soviéticas. A Associação de Amizade Portugal-URSS participou em várias iniciativas: exibição de filmes soviéticos, uma exposição subordinada ao tema «Grande Outubro na Rússia», uma exibição de ginástica na Amadora, duas palestras proferidas por cientistas soviéticos e o primeiro espectáculo de danças e cantares do Arzebeidjão. Outras sessões tiveram lugar na Incrível Almada, na Companhia Portuguesa de Pescas, no Monte da Caparica, no Arsenal e noutros locais por iniciativa do nosso Partido e de comissões de trabalhadores.

Hoje, as comemorações prosseguem, com sessões de esclarecimento, canto livre, exposições promovidas pela Comissão Concelhia do nosso Partido, em Almada. No CT do Feijó, às 21,30 h. começará uma sessão de esclarecimento com o camarada José Vitoriano. Amanhã, dia 7, à mesma hora, haverá um grande comício, no Pavilhão António da Costa, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês. No dia 8, também às 21,30 h. decorrerá outro comício na Incrível Almada, organizado pela Associação de Amizade Portugal-URSS. No dia 9, às 15 horas, os «Bonecreiros», com Rogério Paulo, estarão na SFUAC, onde abrirá uma exposição da UJC. No mesmo dia, às 21,30, no Pavilhão António da Costa, a Comissão Concelhia do nosso Partido em Almada leva a efeito um espectáculo com José Viana, Dora Lela, Maria do Céu Guerra, «Quarteto», A. Pedrosa, João Fernando, Coro Alentejano, Coro dos Estudantes, Coro dos Pioneiros e Filarmónica do Seixal.

No Porto, haverá no dia 7 um comício da UEC-UJC e uma festa-convívio, no dia seguinte.

Em Braga, no dia 8, decorrerá um convívio no Centro de Trabalho do nosso Partido. Em Guimarães, Vizela, Famalicão, Fafe, Vieira do Minho e Barcelos têm lugar sessões de convívio, sessões de esclarecimento e outras iniciativas, nos dias 7, 8 e 9.

No distrito de Bragança, em Mirandela, Alfândega da Fé e Cortiços haverá convívios e magustos, nos dias 7, 8 e 9.

Em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença do Minho, Monção, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, realizam-se sessões de convívio com jantar, amanhã, dia 7.

Em Chaves, na Régua, e nas Pedras Salgadas sessões comemorativas, sessões de esclarecimento e convívios com magustos, nos dias 7, 8 e 9.

Organizada pelas Comissões Concelhias de Montemor e Vendas Novas haverá uma Grande Festa Popular nos dias 7 e 8, com lançamento de foguetes saudando a gloriosa Revolução de Outubro, sessão de esclarecimento sobre o 7 de Novembro, manhã desportiva, almoço de confraternização, lançamento de foguetes pelo avanço da Reforma Agrária, grande cortejo pelas ruas da vila, com música, cantares, carros engalanados e baile popular. As 17 horas do dia 8, comemorar-se-á o Ano I da Reforma Agrária com um comício na Praça da República. Participarão camaradas da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

Promovidas pelo PCP todas

essas comemorações contarão com o entusiasmo e o fervor revolucionário dos trabalhadores portugueses para quem o 7 de Novembro é uma data sem paralelo na história dos povos.

Integrado também nas comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro decorreu, no sábado, dia 1, um grande desfile-manifestação em Almada, organizado pelas colectividades populares Sociedade-Filarmónica Incrível Almadaense, Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e Almada Atlético Clube. Sob palavras de ordem na defesa do socialismo, das colectividades, dos direitos do Povo, da cultura e do desporto, a concentração partiu do Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade e percorreu algumas ruas de Almada. Participaram representantes de numerosas comissões de moradores, de sindicatos, de empresas, cooperativas e colectividades. Saudando os manifestantes, que acorreram em grande número, uma representante duma das colectividades promotoras da iniciativa referiu-se ao significado da Revolução de Outubro e à luta do nosso Povo. Falou ainda um representante de uma comissão de moradores lembrando o glorioso dia 7 de Novembro que os trabalhadores de todo o mundo nunca esquecerão.

NOV. sexta 21.30h
PAV. DESPORTOS
COMÍCIO COM A PRESENÇA DE
ALVARO CUNHAL

58º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO



SAUDAÇÃO DO PCP AO PCUS

AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os comunistas e dos trabalhadores portugueses, envia-vos as mais calorosas saudações pela passagem do 58.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, a grande revolução que, sob a direcção do Partido de Lénine, não só transformou radicalmente a vida dos povos da antiga Rússia, como criando o primeiro Estado dirigido pelos operários e camponeses, a União Soviética, abriu caminho à libertação de todos os povos do jugo da exploração capitalista e do imperialismo.

Para o povo português, empenhado neste momento no avanço dum exaltante processo revolucionário, a comemoração do aniversário do Grande Outubro é sentida com particular emoção.

Os êxitos alcançados pela União Soviética, a coragem e determinação dados pelos trabalhadores e o povo soviéticos na realização e defesa da sua revolução, são para nós exemplo do que pode um povo quando verdadeiramente decidido a quebrar as suas grilhetas, pôr fim à exploração do homem pelo homem, e construir uma nova sociedade, de homens livres e iguais, em que não há opressores nem oprimidos.

O ano e meio decorrido em Portugal desde o derrubamento do fascismo mostrou bem que a construção dum novo Portugal democrático é obra extraordinariamente complexa, ainda ameaçada pelos perigos da contra-revolução, entravada pelos que pretendem a qualquer preço manter os privilégios das classes exploradoras.

Mas neste ano e meio o povo português, através duma luta constante e tenaz, mostrou também a sua determinação, a sua coragem, a sua prontidão a sacrifícios, se necessário for, para impedir o regresso ao passado fascista, para assegurar a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, para construir um regime democrático em que transformações económicas e sociais profundas abram caminho para o socialismo.

As forças revolucionárias e as massas populares portuguesas estão inabalavelmente decididas a defender as liber-

dades, a defender as nacionalizações e a reforma agrária, a defender e consolidar a independência nacional.

O Portugal revolucionário de hoje, pela vontade e determinação do povo trabalhador e de todas as forças revolucionárias, rompe irresistivelmente a caminho do socialismo.

Na difícil luta que estamos travando, regozijamo-nos de sempre contar, tal como no passado, com a fraternal solidariedade do povo soviético, fiel às gloriosas tradições internacionalistas dos revolucionários da Grande Revolução de Outubro.

Aos fortes laços de amizade que sempre uniram o povo português ao povo soviético, e que tão massivamente se expressaram nas grandes manifestações populares com que foi acolhida a camarada Valentina Tereshkova, na sua visita a Portugal, em Junho deste ano, somou-se, após a libertação do fascismo, o desenvolvimento das relações de cooperação entre os dois Estados, relações de que foi expressão recente a visita à URSS do Presidente da República Portuguesa, general Costa Gomes. É com satisfação que registamos a generalização da opinião de que o desenvolvimento das relações económicas, culturais e técnicas com a URSS, bem como com os outros países socialistas, é uma das condições fundamentais para a conquista e fortalecimento da independência nacional, para o desenvolvimento económico de Portugal, para a defesa e consolidação da Revolução portuguesa.

Estamos certos de que, com os progressos do povo português na construção do seu regime verdadeiramente democrático, a caminho do socialismo, mais se reforçará e desenvolverão as relações entre Portugal e a URSS, na sólida base dos princípios de igualdade e respeito mútuo enunciados por Lénine e aplicados pela União Soviética, de acordo com os princípios internacionalistas da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Viva a amizade e cooperação entre o povo português e o povo soviético, entre a URSS e o novo Portugal Democrático a caminho do Socialismo!

Viva a amizade inabalável entre o Partido Comunista Português e o Partido de Lénine, obreiro da Grande Revolução Socialista de Outubro e guia do Povo Soviético na luminosa via do Socialismo e do Comunismo!

Glória imortal à Grande Revolução Socialista de Outubro, património de toda a Humanidade na sua luta de libertação!



7 NOVEMBRO



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
DORL — SECTOR INTELECTUAL

O MOVIMENTO POPULAR NO NORTE AVANÇA

Contrariando a viragem à direita das estruturas político-militares, as massas trabalhadoras e os militares progressistas do Norte avançam decididamente no reforço das suas organizações unitárias em luta pela defesa e avanço da revolução

Ao mesmo tempo que a nível nacional as contradições que têm vindo a definir a última fase do processo revolucionário se agudizam, é particularmente preocupante a evolução político-militar no Norte, em especial no Porto, onde, quer no plano político quer no plano social, aumentam os antagonismos, as tensões e os choques, sem que, no entanto, se abram perspectivas de solução para a crise política que se agudiza dia a dia.

De facto, patenteia-se ostensivamente uma viragem política à direita nos saneamentos à esquerda e mesmo na responsabilização política no aparelho estatal de homens ligados ao anterior regime e ao grande capital. O caso do novo Governador Civil de Braga, ex-secretário dum ministro de Salazar, ligado aos fascistas

e aos grandes patrões da têxtil do Minho, é um exemplo gritante. A ofensiva repressiva do Governador Civil do Porto contra os órgãos populares (Conselho Municipal, Comissões de Moradores, etc.), junta-se o propósito deliberado de colocar as autarquias, designadamente a Câmara Municipal do Porto, ao serviço de uma efectiva aliança direitista de partidos.

Paralelamente, e enquanto se sucede a manipulação contra-revolucionária dos retornados, os grupos terroristas fascistas organizam-se e actuam impunemente. Sucedem-se as bombas, incendiam-se casas e carros, assaltam-se antifascistas, enquanto recrutam mercenários, distribuem panfletos, fazem agitação e propaganda com tal à von-

tade. No entanto, os serviços de informação e investigação militares e policiais parecem de todo virados contra as organizações e actividades de esquerda, ao fazerem-se eco de boatos obviamente falsos e evidentes calúnias de um anticomunismo mais primário.

No meio militar, sucessivos e insistentes saneamentos à esquerda por meio de licenças registadas, transferências de unidades ou para postos secundários que nada justificam — afastam e comprometem a solução do caso CICAP na perspectiva aberta pela vinda ao RASP do General Fabião.

Entretanto, enquanto tudo isto, por todo o Norte as massas trabalhadoras e os militares progressistas avançam decididamente no reforço das suas organizações unitárias, lutam pela defesa e avanço da revolução.

ASSEMBLEIAS POPULARES EM GONDOMAR E V.N. DE GAIA

Nas ruas, nos bairros, nas cooperativas, nas freguesias e concelhos, os moradores, os trabalhadores e os militares participam activamente na organização popular, na discussão colectiva dos problemas que a todos afectam. Em Vila Nova de Gaia, por exemplo, desde há muito que se têm vindo a desenvolver e a organizar as estruturas de poder popular, designadamente a nível de Comissões de Moradores e de Comissões de Trabalhadores.

A sua actividade constante enfrentando os problemas mais prementes das massas populares, tem vindo ultimamente a desenvolver-se mais profundamente em torno dos problemas do RASP. Assim, a criação de comités de apoio, ao nível de Comissões de Moradores e de Trabalhadores, à luta dos soldados do RASP tem permitido que, sobre todos os aspectos, se tenha verdadeiramente desenvolvido e estreitado a aliança Povo/MFA. As muitas moções de apoio aprovadas nas empresas e nos locais de trabalho, o apoio material e a presença nos momentos mais difíceis a defender a sua unidade militar, é bem um espelho da solidariedade e amizade que o povo de V. N. de Gaia foi desenvolvendo pelo Regimento de Artilharia da Serra do Pilar — RASP.

É, pois, no seguimento de todo este trabalho que as Comissões de Trabalhadores e Moradores e representantes do RASP reuniram no passado dia 1, sábado, tendo sido eleita uma Comissão Coordenadora com vista a avançar com os trabalhos que culminarão com a realização da Assembleia Popular de Vila Nova de Gaia.

Já numa fase mais avançada dos trabalhos preparatórios encontra-se Gondomar, onde se têm vindo a realizar inúmeras reuniões visando a concretização da Assembleia Popular. Em alguns plênarios das estruturas populares deste concelho, ficou definido o processo de como decorrerão os seus trabalhos e foi eleito um Secretariado Provisório. Posteriormente têm-se realizado a nível de freguesias e de colectividades diversas reuniões abertas e com grande participação, por iniciativa do Secretariado Provisório, para discussão de problemas como estradas, água e saneamento, electrificação, construção clandestina, casas de renda económica e problemas com senhorios, papel das colectividades no Movimento Popular, cooperativas de produção, consumo e construção, higiene e limpeza, etc. Enquanto isto, lugar no passado sábado novo plenário onde, para além de ter sido decidido aderir à manifestação de hoje, promovida pelas Comissões de Trabalhadores da SECCA, da Alumina e da Comissão de Rendeiros

de Rio Tinto, de entre outras questões, foi aprovado o alargamento do Secretariado Provisório da Assembleia Popular.

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

A campanha contra a Reforma Agrária, contra todas as medidas progressistas já definidas e que se traduziram no essencial em conquistas que a revolução tinha trazido aos pequenos e médios agricultores, assume ultimamente grande intensidade. Nesta campanha estão empenhados grandes proprietários absentistas e todas as forças de direita, todos os reacçãoários que dispõem ainda de fortes apoios nos campos, jogando com o seu caciquismo, com a dependência económica e a ignorância em que têm as populações.

Mas, também aqui os trabalhadores do campo dão a resposta conveniente. Organizando-se e levando a cabo significativas tomadas de posição, os trabalhadores da terra, os pequenos e médios agricultores e os assalariados rurais dão uma resposta precisa a todos os ataques, calúnias e manobras.

Por todo o Norte, os reacçãoários desenvolvem esforços e apuram os boatos e as calúnias para tentar impedir a aplicação da Lei do Arrendamento Rural, a qual representa sem dúvida um dos passos mais importantes para a efectivação da Reforma Agrária no Norte. Em resposta a todas as manobras contra ela tentadas, os rendeiros têm vindo a lutar pela criação dum grande movimento de agricultores rendeiros do Norte e que se tem traduzido na criação de Comissões de Rendeiros, em reuniões e encontros para discussão colectiva dos seus problemas.

Entretanto, perante a não promulgação pelo actual Governo da Lei dos Baldios (elaborada já há cerca de um ano e aprovada pelo V Governo Provisório), as povoações neles interessadas organizam-se em Comissões de Utentes dos Baldios, havendo já algumas, como a de Morais (Macedo de Cavaleiros), com uma experiência bastante rica de aproveitamento colectivo dos baldios.

Contra as manobras dos latifundiários do Douro e os capitalistas de Gaia levantam-se os pequenos e médios agricultores. Como assim, também os assalariados rurais, na luta contra os despedimentos arbitrários e contra os salários baixos, avançam na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Douro.

Os rendeiros de Eucisá ou de Vila do Conde, os utentes dos baldios de Morais ou de Chaves, os assalariados rurais do Porto ou do Douro, na unidade, saberão forjar no dia-a-dia, uma muralha de aço que impedirá que as conquistas da Reforma Agrária sejam anuladas, contra tudo e contra todos!

CONSELHO MUNICIPAL DO PORTO: GRANDE CONQUISTA POPULAR

Face às ameaças que se prevêem, o povo do Porto está disposto a defender o Conselho Municipal da Câmara, órgão que na sua luta sempre tem defendido os interesses populares. De como surgiu e quais as suas intenções perante a ofensiva da direita damos conta na entrevista feita a um elemento do Conselho

Órgão das estruturas populares e uma das valiosas conquistas do povo do Porto, o Conselho Municipal do Porto é um exemplo de amplitude e unidade da componente popular da Revolução, características garantidas pelo reforço da participação activa e criadora das massas na revolução dos seus problemas, organizando-se em torno de objectivos e iniciativas concretas.

Entretanto, contra ele se têm levantado algumas vozes que, assim, pensam poder anular tão importante conquista popular; contra estas vozes, levantando-se a vontade de defesa dum conquista democrática das classes mais exploradas do povo do Porto.

Contra o Conselho Municipal, levantam-se como contra todas as instituições ou individualidades — verdadeiramente revolucionárias, interesses inconfessáveis de certas forças reacçãoárias.

A propósito da constituição e objectivos do Conselho Municipal, de todas as manobras contra ele tentadas, da sua luta constante e intransigente em defesa dos interesses populares, contactámos com um representante no Conselho Municipal das Juntas de Freguesia, que começou por se referir ao processo de constituição do referido Conselho:

— O Brigadeiro Corvacho quando comandante da RMN, sempre deu muita atenção às Organizações Populares, e lhes prestou o máximo apoio. Assim quando as massas populares exigiram que a anterior Comissão Administrativa da CMP fosse substituída, dado a sua actividade ser nula, devido à sua composição partidária, ele nomeou um grupo de oficiais que sabia serem de esquerda e ligados às organizações populares.

— Foi portanto quase imediatamente que a Comissão Administrativa Militar teve contacto com as organizações populares, as Juntas de Freguesia, etc., até que nasceu a ideia da formação do Conselho Municipal. Realizou-se um plenário com Comissões de Moradores e Juntas de Freguesia onde se discutiram várias propostas. Uma das quais foi aprovada uma comissão consultiva, que reunisse semanalmente no CA da Câmara e que fosse composto por 6 representantes do Conselho Revolucionário de Moradores (SAAL), 6 representantes das Comissões de Moradores dos Bairros Camarários, 3 representantes das Juntas de Freguesia e 3 representantes dos trabalhadores camarários.

Mais tarde o Conselho Municipal foi alargado às Cooperativas (4 representantes), às ADUs (1 por unidade militar), à USP-Intersindical (3 elementos), ao BSB, à GNR, à PSP e a representantes dos serviços municipalizados. A GNR, PSP e a comissão de trabalhadores da Câmara foram posteriormente expulsos.

— Como representante das Organizações Populares e, por conseguinte, das massas populares mais desfavorecidas — prossegue o nosso interlocutor definindo os objectivos que desde o início têm norteado a sua formação e a sua actividade — servia a Comissão Administrativa Militar para estabelecer um contacto mais directo com os problemas mais prementes dessas populações. De facto as Comissões de Moradores têm presente a cada momento as necessidades mais importantes do povo trabalhador. Foi assim que durante a vigência da Comissão Militar, as Organizações Populares tiveram todo o apoio da CMP, designadamente de material para as diversas iniciativas, viaturas, técnicos, etc.

— O problema da habitação foi umas das principais preocupações do Conselho Municipal e da CA Militar da Câmara. A criação do Mercado da Habitação é uma das criações desta altura.

— Quanto ao 1.º problema, o Conselho Municipal e as Comissões de Moradores dos Bairros Camarários têm denunciado junto do povo a manobra que pretende impedir que se gastem os 20 e tal mil contos do orçamento da CM nas obras necessárias dos Bairros Camarários.

— No 2.º problema, o Conselho Municipal além de denunciar a cada passo a inoperância da CMP, pretende levar a efeito algumas acções de esclarecimento junto das vítimas desta praga social — os subalugues — no sentido de serem as próprias populações a resolverem, elas próprias, o problema.

— Quanto ao 3.º caso — casas ocupadas e a ocupar — o Conselho Municipal planeia, levar a efeito algumas acções de massas destinadas a forçar o Governo a tomar as medidas que consideramos justas — a legalização imediata de todas as ocupações, bem como tomada de todas as habitações que ainda se encontram devolutas.

— Quanto ao 3.º caso — casas ocupadas e a ocupar — o Conselho Municipal planeia, levar a efeito algumas acções de massas destinadas a forçar o Governo a tomar as medidas que consideramos justas — a legalização imediata de todas as ocupações, bem como tomada de todas as habitações que ainda se encontram devolutas.

GARANTIAS AO AVANÇO DA REVOLUÇÃO

A formação para breve de uma nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto dá, antes de mais, respeito ao povo do Porto. Para a sua constituição, o Governador Civil do Porto tem vindo a pensar a sua constituição a partir de estreitas alianças que nada têm a ver com uma pretensa representatividade.

Relativamente ao modo como ele a quer formar, ignorando o Conselho Municipal e pretendendo neutralizar o movimento popular de massas, o Conselho Municipal tem uma posição bem definida. Uma última questão se levanta: tendo em conta as conquistas democráticas já alcançadas, como deverá ser constituída a nova Comissão Administrativa da CMP e quais os objectivos que lhe deverão estar inerentes?

— A nova CA da CMP é um problema grave, tanto para as forças populares como para as forças conservadoras e reacçãoárias, encabeçadas nomeadamente pelo Dr. Cal Brandão.

— Depois da saída da Comissão Administrativa Militar, o Governador Civil nomeou uma comissão de gestão composta por elementos reacçãoários.

— Em seguida, o Governador Civil tentou formar a nova Comissão Administrativa através de negociações entre o PS, o PPD e o PCP. Gorados estes intentos, tendo como nítido intuito marginalizar as estruturas populares e, em particular, o Conselho Municipal, procuraram mostrar-se muito democrático, o Governador Civil formou, na reunião efectuada entre o PPD e o PS, um comissão organizadora, composta pelo PPD, PS, comissão de trabalhadores da Câmara, juntas de freguesia e, talvez, por elementos das comissões de moradores por ele reconhecidas. Nesta comissão organizadora, que é repudiada pelas organizações populares e não convence ninguém, o senhor Governador Civil garantiu à partida a obediência estrita às ordens do seu partido, o PS, e do PPD.

— A proposta desta comissão organizadora para a Comissão Administrativa é a da sua constituição com base em seis elementos do PS, quatro do PPD, dois do PCP, um da Comissão Central dos Bairros, um da comissão dos moradores SAAL, um lugar a preencher posteriormente por outras comissões de moradores e dois lugares para as juntas de freguesia. Desta proposta resulta evidente a sua ligação estrita ao PS e PPD e que, na prática, nega o papel das estruturas populares.

— O Conselho Municipal do Porto já declarou mais do que uma vez que não aceitará qualquer CA organizada nas costas dos trabalhadores e moradores.

— Os homens que forem nomeados para a Câmara, têm de ser indicados por todas as organizações populares, e em particular o Conselho Municipal.

— A Câmara Municipal tem de ser posta ao serviço do Povo, e como tal só homens reconhecidos e ao lado da revolução poderão ser aceites pelo Conselho Municipal.

— As massas populares já demonstraram várias vezes e ainda recentemente numa grande manifestação com mais de vinte mil pessoas a sua disposição de lutarem até ao fim para que a frente da Câmara esteja um conjunto de homens honestos e não permitir que ali seja colocada uma Comissão Administrativa reacçãoária.

O TEATRO E A REVOLUÇÃO

Numa conferência de Imprensa, realizada no Teatro Vasco Santana, dez grupos de teatro independentes (Grupo 4, Teatro Estúdio de Lisboa, Cornucópia, Bonecreiros, Comuna, Cómicos, Casa da Comédia, Grupo Proposta, Companhia Rafael Oliveira e Seiva Trupe), deram conta dos obstáculos levantados pelo Ministério da Comunicação Social, que, neste momento entravam o trabalho, bastante complexo, que tinha vindo a ser preparado para a temporada de 1975/1976 e que se baseava principalmente na descentralização da actividade teatral e a sua articulação com os órgãos do poder popular.

Os objectivos comuns que norteavam a actividade destes grupos, antes do 25 de Abril, eram inseparáveis da luta contra o fascismo e da procura de formas adequadas para desmascarar a ideologia dominante e os seus métodos repressivos. Este trabalho chegou mesmo a provocar a recusa de subsídios, distribuídos arbitrariamente por um Conselho de Teatro ao serviço do Governo fascista.

Após o 25 de Abril, estes grupos aguardaram com expectativa a definição por parte das identidades oficiais de uma política cultural em que a sua actividade (como núcleos de produção de utilidade pública) fosse inserida numa super-estrutura à escala nacional. Nada disto aconteceu. A concessão de subsídios para a temporada de 1974/1975, dada a sua irregularidade, pôs em perigo a continuidade dos trabalhos.

Face aos acontecimentos, os referidos grupos decidiram apresentar ao Ministro da Comunicação Social um documento, em que reiteram as decisões expressas nos seus documentos de 20 e 31 de Outubro, respectivamente, e a sua recusa de qualquer participação na proposta Comissão de Revisão dos subsídios (nomeada pessoal e directamente pelo próprio ministro) e em qualquer comissão de carácter não deliberativo.

A partir de agora, o teatro independente vive a contradição de recusar a relação comercial e de se ver obrigado a depender de receitas de bilheteira.

Apesar da incerteza da concessão de subsídio por parte do Ministro da Comunicação Social, estes dez grupos teatrais reafirmam a sua decisão de continuar a produção teatral.

VIDA DO PARTIDO

ACTIVIDADES NA AMADORA

Integrado nas comemorações da inauguração do Centro de Trabalho da Amadora que se iniciaram a dia 25 de Outubro e se prolongam até o fim do mês de Novembro, realizam-se de 6 a 12 de Novembro, as seguintes iniciativas:

— Dia 6: Projectão de um filme sobre as Spartakiadas de Moscovo, seguido de debate com Manuel Sérgio e Artur Jorge;

— Dia 7: Projectão do filme «Outubro» e sessão de esclarecimento com o camarada Manuel Pedro, membro suplente do Comité Central;

— Dia 8: Jornada dedicada ao «Avante!»: Pintura de um grande mural alusivo ao «Avante!» e venda colectiva do jornal em toda a freguesia da Amadora;

— Exposição do Avante (clandestino e legal) e expo-

sição das publicações da Editorial Avante; Sessão com Dias Lourenço.

— Dia 11: Sessão sobre o MPLA.

— Dia 12: Sessão de esclarecimento sobre Teatro com Joaquim Benite.

NOVO CENTRO

A Comissão Local de Corroios do PCP vai inaugurar no próximo sábado as novas instalações do Centro de Trabalho do nosso Partido naquela vila, situadas na Estrada Nacional 10, n.º 33.

A inauguração constará de uma sessão cultural e recreativa, a realizar no Ginásio Clube de Corroios, com início às 15 horas, que englobará projectão de slides, canto livre e actuação — pela primeira vez — da Banda Comunista do Seixal.

AVANÇAR COM A ORGANIZAÇÃO POPULAR

Dó Porto a Bragança, nos campos ou nas zonas industrializadas, nas aldeias ou nos bairros, amplas massas populares reúnem e organizam-se, fomentam e desenvolvem a unidade de todos os que estão verdadeiramente interessados no avanço do processo revolucionário encontrando as formas de organização revolucionárias capazes de fazer frente aos principais problemas que se levantam, na defesa das conquistas democráticas.

Assim, menos preocupados com as cores partidárias do que com os interesses, o movimento popular de massas retoma a iniciativa e toma nas suas mãos a contra-ofensiva; criando verdadeiros órgãos representativos da vontade popular, o povo trabalhador dos campos e das fábricas encontra na resolução de problemas a necessária unidade que leva a que se desenvolvam e conquistem numa actividade constante as estruturas populares.

As Comissões de Moradores, de bairro e de aldeia, as Comissões de Trabalhadores, os Sindicatos, as Associações de Rendeiros e as Comissões de utentes dos baldios, tomam por todo o Norte a tal firmeza e capacidade que, no dia-a-dia, se traduzem numa força irrefutável e numa demonstração inabalável de unidade revolucionária.

Os exemplos multiplicam-se diariamente. Em Santo Tirso, nos estaleiros de Viana do Castelo, nas muitas dezenas de Comissões de Aldeia de Bragança, nos Assalariados Rurais de Sabrosa, no RASP, em Cortiços, no Porto, nos pescadores de Matosinhos, nos rendeiros de Lourosa, em Guimarães, em Braga, por todo o Norte, na maior empresa como na mais remota aldeia, os trabalhadores reúnem-se, organizam-se e avançam decididamente na defesa dos seus interesses contra a ofensiva reacçãoária.

FESTIVAL POPULAR DO OUTONO

É já no próximo sábado que, no Mercado do Povo, se iniciará o Grande Festival Popular de Outono, organizado pelo Comité Local de Lisboa do PCP

O Grande Festival Popular de Outono, organizado pelo Comité Local de Lisboa do nosso Partido, inicia-se no próximo sábado às 15 horas, no Mercado do Povo. Às 17 realiza-se um comício com a presença de um membro da direcção do PCP. À noite, haverá teatro, com a participação dos Bonecreiros.

O dia 9 será dedicado à juventude, com a realização de uma manhã desportiva infantil, a que se seguirá, às 16 horas, a exibição dos Jograis Vermelhos e, à noite, o Coro da Academia dos Amadores de Música.

Poesia Revolucionária será a principal actividade do dia 10, que é a Jornada de Solidariedade com os Povos Oprimidos. Ary dos Santos e Joaquim Hinojosa serão os poetas presentes.

Dia 11 é o dia de Angola. Às 19 horas haverá danças do Azerbeidjão. Dia 12 é a Jornada da Produção, com a actuação da Banda do Barreiro e teatro.

O dia 13 é dedicado ao «Avante!», realizando-se um Canto Livre com Samuel, Intróito, Carlos Paredes, Céu Guerra, José Osório, Armando Caldas. Dia 14, estarão presentes Adriano Correia de Oliveira, José Afonso, Pedro Osório, Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo.

No dia 15 realiza-se uma manhã infantil. À tarde, haverá um comício com a presença de um camarada da direcção do PCP. À noite, fado.

Finalmente, o último dia será dedicado à Reforma Agrária. De manhã, actividades infantis. À tarde, um comício com um membro da direcção do partido e à noite teatro.

Durante todos os dias serão exibidos filmes, em sessões contínuas, sobre os países socialistas.

NOVIDADES

edições Avante!

A VISITA DE CEAUSESCU A PORTUGAL

Os resultados obtidos com a visita do Presidente Nicolae Ceausescu ao nosso País constituem um incentivo para o fortalecimento das relações de Portugal com os países socialistas

No termo da visita de quatro dias que Nicolae Ceausescu, Presidente da República Socialista da Roménia, efectuou ao nosso País, foi anunciado que aquele país socialista concederá a Portugal créditos no valor de 100 milhões de dólares, destinados ao financiamento dos estudos, projectos e fornecimentos provenientes da Roménia.

A visita a Portugal de Nicolae Ceausescu, a primeira efectuada por um Presidente da República de um país socialista, saldouse, assim, por um fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação estabelecidos entre os dois países, logo após o 25 de Abril de 1974.

Os acordos firmados entre as delegações dos dois países demonstram bem que a Roménia, tal como os outros países socialistas, está disposta a auxiliar o povo português na construção do socialismo na nossa Pátria.

Durante as conversações efectuadas entre o Presidente Ceausescu e o General Costa Gomes foi analisado o actual estado das relações bilaterais, bem como as perspectivas de desenvolvimento das mesmas. Procedeu-se igualmente a uma ampla troca de opiniões sobre assuntos de carácter internacional, de interesse comum a ambos os países.

O Presidente Nicolae Ceausescu teve ocasião de apreciar a política seguida por Portugal quanto à independência total dos povos das antigas colónias.

e a Roménia. Nessa ocasião, as partes reafirmaram o significado particular da conclusão desse Tratado e consideraram que ele constitui uma prova de que, quando os estados estão sinceramente animados do desejo de entendimento e cooperação, da vontade de contribuir activamente para a instauração da paz e da segurança na Europa e no Mundo, podem ultrapassar a política de blocos e estabelecer relações normais, fundadas no respeito dos princípios da igualdade dos direitos, da independência e da soberania nacionais, da não ingerência nos assuntos internos e da exclusão da força ou ameaça de a ela recorrer na vida internacional.

CRÉDITOS ROMENOS DE 100 MILHÕES DE DÓLARES

Para além da concessão de créditos, por parte da Roménia, no valor de 100 milhões de dólares, as duas partes, refere o comunicado, acordaram em tomar as medidas necessárias

portuguesa saudaram a conclusão com êxito dos trabalhos da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, que foi por elas considerada como um marco histórico na vida política do continente europeu, que lança os fundamentos para um largo e profundo processo de edificação da segurança no continente.

O comunicado conjunto exprime, igualmente, satisfação pelas decisões da Conferência de Lima, para a qual foram convidadas, e bem assim a vontade comum de prosseguirem, sob formas apropriadas, a cooperação multilateral com os países do Terceiro Mundo com vista à promoção de novas relações entre os Estados, baseadas nos princípios unanimemente admitidos pelo direito internacional.

ENCONTRO DE CEAUSESCU COM ÁLVARO CUNHAL

Pouco antes da sua partida para a Roménia, o Presidente Nicolae Ceausescu concedeu, no Palácio de Queluz, uma Conferên-

Neste encontro, que decorreu numa atmosfera de amizade e camaradagem, houve uma ampla troca de impressões sobre a actividade dos dois partidos e sobre a situação política portuguesa.

Foi sublinhada a importância do desenvolvimento das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Romeno e o Partido Comunista Português, assim como do desenvolvimento de relações diversificadas entre o povo romeno e o povo português, entre a Roménia socialista e o novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

FORTALECER AS RELAÇÕES COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

A visita do Presidente Nicolae Ceausescu a Portugal constituiu assim, uma importante contribuição para o desenvolvimento das relações entre os dois países e dos dois povos e insere-se no amplo estabelecimento de relações de amizade e de cooperação firmadas entre Portugal e os países



para que as trocas comerciais recíprocas atinjam, em 1980, um volume anual de 150 milhões de dólares.

No decorrer da visita foram ainda assinados acordos relativos à navegação mercante, à convenção sanitário-veterinária e à supressão de vistos. Foi igualmente assinado um protocolo relativo ao desenvolvimento da cooperação económica e das trocas comerciais luso-romenas, tendo-se, além disso, concluído arranjos relativos à cooperação no domínio dos meios de informação.

Na análise dos principais problemas internacionais, as delegações romena e

socialistas, após o 25 de Abril de 1974.

Os tratados e acordos firmados e as próximas negociações e conclusão de acordos e arranjos nos domínios da dupla tributação, dos transportes rodoviários de pessoas e mercadorias, da garantia dos investimentos de capitais, da aplicação do acordo de colaboração cultural e científica e no domínio do desporto inserem-se no desenvolvimento das relações entre a Roménia e Portugal e vêm, no fundo, contribuir para o estabelecimento de laços de amizade duradouros entre o povo português e o povo romeno.

A este respeito, recordemos que Nicolae Ceausescu, Secretário Geral do Partido Comunista Romeno, se encontrou com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que se encontrava acompanhado pelo camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central.

Bisacia, membro da direcção da UEC, que animou o debate esclarecendo os problemas, as etapas e perspectivas do processo revolucionário português.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A solidariedade internacional do proletariado de todo o mundo, continua a manifestar-se como um poderoso estímulo à luta do povo português

A solidariedade das forças progressistas de todo o mundo para com o processo revolucionário português não cessa de manifestar-se. Nas primeiras fileiras desse vasto movimento à escala mundial de apoio ao povo português em luta pela independência nacional, pela paz e liberdade, encontram-se os partidos irmãos e proletariado do campo socialista.

As manobras do imperialismo responde a força pujante e crescente do internacionalismo proletário, uma das raízes da vitória dos povos em luta por uma sociedade sem exploração, por uma sociedade socialista. Fortalecido pelas manifestações de internacionalismo proletário, vivificado pela solidariedade internacional, o povo português conduzirá à vitória o seu combate contra a reacção, pela revolução.

SOLIDARIEDADE DA JUVENTUDE COMUNISTA BELGA

Cerca de mil jovens participaram em catorze comícios de solidariedade para com a Revolução portuguesa organizados pelo Comité Nacional da Juventude Belga no decorrer da campanha de solidariedade para com a revolução portuguesa desenvolvida de 10 a 24 de Outubro nas cidades de Bruxelas, Verviers, Rixensart, Aalst, Ostende, Gent, St Niklaas, Mouscron, Brugge, Antwerpen Louvain, Charleroi, Liège e Tournai. O tema central desta campanha consistiu em esclarecer a opinião pública belga sobre o processo revolucionário português lutando assim contra a intoxicação quotidiana da imprensa burguesa que deturpa, escandalosamente, a verdade sobre os acontecimentos no nosso país.

A convite do Comité Nacional da Juventude Comunista Belga, participou nesta jornada de solidariedade o camarada Pedro

SOLIDARIEDADE DE TRABALHADORES DE UMA EMPRESA DA RDA

Os dez mil operários, jovens trabalhadores e trabalhadores científicos do complexo siderúrgico «Eisenhuetten Kombinat Ost» da RDA, uma empresa socialista, formada graças à solidariedade e à cooperação da União Soviética, da República Popular da Polónia e da RDA, manifestaram, em todas as secções de trabalho, a mais firme solidariedade para com o povo trabalhador português e condenaram, veementemente, o terrorismo reaccionário que a soldo do imperialismo e da CIA atentam contra o nosso processo revolucionário. Das diversas mensagens que nos chegaram dos camaradas trabalhadores do «Eisenhuetten Kombinat Ost», destacamos uma passagem da saudação dos operários dos altos-fornos: «Saudamos fraternalmente os defensores da revolução em Portugal e afirmamos a nossa grande estima pela luta corajosa dos nossos camaradas de classe e de todas as forças suas aliadas. Afirmamos o nosso pleno acordo com os comunistas portugueses; o que o vosso país necessita para poder desenvolver-se em paz não é a depuração à esquerda, mas a frente unitária de todos os que verdadeiramente aspiram pela democracia, a liberdade e o bem-estar do povo. Protestamos decididamente contra as tentativas da reacção para dividir a unidade das forças progressistas que graças à sua luta resoluta têm podido impedir que bandos terroristas de fascistas ELP e oficiais reaccionários e os representantes do capitalismo monopolista façam regressar o país à noite fascista. A história do nosso país ensina-nos que a classe operária unida e activa conduzindo todas as forças progressistas constitui a garantia da vitória. Nós, trabalhadores, estamos ao vosso lado e conosco a classe operária do mundo inteiro. Porque a nossa luta tem um objectivo comum: a paz, a democracia, os direitos de todos os trabalhadores.»



O CONSELHO MUNDIAL DA PAZ ESTÁ COM A REVOLUÇÃO

A solidariedade internacional para com o povo português e a atenção com que o mundo segue a nossa Revolução estiveram bem patentes durante a visita da delegação do Conselho Mundial da Paz ao nosso país

Na passada sexta-feira, o Conselho Mundial da Paz e Cooperação, levou a efeito, pelas 22 horas, no Teatro Municipal S. Luís uma sessão pública na qual estiveram presentes os membros do Conselho Mundial da Paz, que durante alguns dias permaneceram entre nós numa demonstração de solidariedade internacional e de apoio à luta do Povo Português.

O Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, que tinha sido convidado para presidir à sessão, não compareceu por se encontrar reunido com os elementos do Conselho da Revolução. A sua mensagem foi lida por Silas Cerqueira, do CPCC.

A tónica dominante deste comício ficou bem patente ao longo das sucessivas intervenções e nas palavras de ordem gritadas pelo público que enchia completamente o Teatro S. Luís: solidariedade activa com o MPLA e com a FRETILIN; repúdio pelas manobras do imperialismo em Angola e em Timor.

A mesa que orientou a sessão era composta pelo cônego Goor, Carlos Altamirano (Secretário-Geral do PS Chileno), Roger Billé, padre Joseph Robert, Prof. Dimitri Tommashevsky, Jean-Michel Ebaka, Le Dinh Nhan, Pereira de Moura, José Tengarrinha, Carlos Carvalhas, Luis F. Rebelo e Silas Cerqueira. O major Costa Martins foi alvo de vibrante ovação.

Depois de lida a mensagem de Pinheiro de Azevedo, foi dada a palavra ao soviético Dimitri Tommashevsky que, num breve improvisado, saudou o Povo Português e os povos que em todo o Mundo se batem pelo progresso social, pela Paz e pelo Socialismo.

Em seguida falou o Padre Joseph Robert que incitou os cristãos e o clero a prorem-se ao lado das classes exploradas na luta pelo Socialismo. Como sacerdote operário, salientou o significado do movimento sindical no nosso País e fez referência ao Evangelho como base teórica capaz de incentivar os cristãos à luta pelo Socialismo e pela sociedade sem classes.

Ó CHILE VENCERÁ!

Um grandioso coro, de punho erguido, gritou: «Ó CHILE VENCERÁ!» Estava feita a apresentação do próximo orador, Carlos Altamirano, Secretário-Geral do Partido Socialista Chileno, que, ao longo de um discurso atentamente seguido pelo público, se referiu à terrível experiência que o povo chileno tem vindo a sofrer desde o golpe militar fascista, destruído da mais antiga democracia da América Latina.

Mais adiante diria, ainda, que a unidade é a grande arma das forças populares empenhadas na construção duma sociedade socialista. No Chile, o imperialismo, a CIA, a ITT, os monopólios, a grande burguesia e as empresas multinacionais destruíram um processo de libertação e um governo de unidade popular; em Angola, em Timor, em Portugal e em todos os países onde se combate por causas justas o inimigo é o mesmo, e só poderá ser derrotado se as forças democráticas se unirem em torno duma só opção: o Socialismo, a Paz e o progresso social dos povos.

Falou, em seguida, Robert Billé que abordou o tema da independência de Angola. Neste território africano só existe — disse — um movimento representativo da vontade popular: o MPLA. A sua intervenção seria várias vezes interrompida pelas palavras de ordem calorosamente gritadas pelo povo de Lisboa que acorreu ao S. Luís: «UM SÓ POVO, UMA SÓ NAÇÃO SOB A BANDEIRA DO MPLA». E «COM O MPLA O POVO DE ANGOLA VENCERÁ!».

Após uma curta mas significativa intervenção do representante vietnamita, Le Dinh Nhan, que saudou a fraterna amizade do povo português com o povo do Vietnam e falou o cônego Goor que salientou a importância do diálogo e da cooperação entre povos com regimes sociais diferentes, e fez um apelo para o fim da corrida aos armamentos e para o estabelecimento dum clima de paz em todo o Mundo. «Portugal Vencerá» foram as últimas palavras deste grande amigo do Povo Português, que fizeram, ecoar pela sala aos gritos de «VENCEREMOS, VENCEREMOS!».

Representando o Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais, Luis Francisco Rebelo começou por saudar o CMP e todos os militantes que lutam pelo Socialismo e pelo progresso social. Procedeu depois à leitura de uma mensagem de apoio ao MPLA por parte do MUTI.

Para encerrar o comício falou Silas Cerqueira, que começou por agradecer a presença dos membros do CMP e de todos os convidados que aderiram à sessão. Apelo para a unidade das forças progressistas no sentido de se levar para diante o processo revolucionário português, reforçou o incondicional apoio das forças da paz ao MPLA e à FRETILIN e condenou firmemente todas as tentativas de ingerência nos destinos das Nações.

O MOVIMENTO MUNDIAL DA PAZ GARANTE DE UM FUTURO DIGNO E POSSÍVEL

«Contra as armas de destruição maciça, contra todas as formas de colonialismo e de discriminação racial, contra todas as ingerências nos assuntos internos das nações, pelo diálogo, pela ajuda mútua, pela solidariedade, durante estes últimos 26 anos o Movimento Mundial da Paz foi continua a ser a esperança de todos os povos, o maravilhoso garante de um futuro digno e possível» — extorções da mensagem do primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, lida no início do comício por Silas Cerqueira, do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Impossibilitado de estar presente, o primeiro-ministro enviou todavia a sua mensagem ao comício, em que, entre outras coisas, recordava a criação do Movimento onde, mesmo em Portugal, mergul-



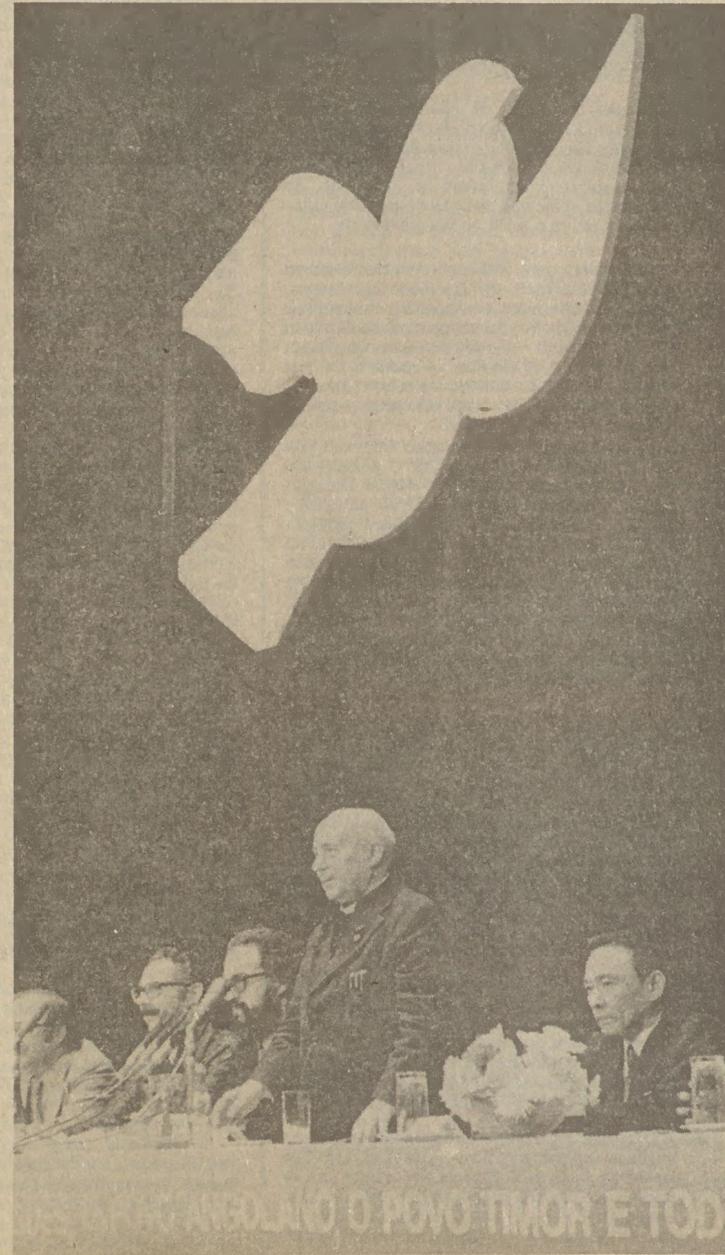
O comício no Teatro S. Luís foi uma vibrante demonstração da solidariedade internacional com a nossa Revolução

hado na longa noite fascista da repressão, da mordaza, da revolta surda, algumas vozes, arrostando com o perigo, se juntam a esse extraordinário movimento de solidariedade internacional.

Depois de homenagear os membros do movimento Português para a Paz, Pinheiro de Azevedo fez uma breve retrospectiva da Revolução Portuguesa e das dificuldades que tem sido necessário vencer, referindo-se em seguida aos problemas da descolonização, para afirmar, entre outras coisas, que Portugal não deixará de honrar os seus compromissos, respeitando as datas marcadas para a independência das suas antigas colónias e fazendo votos ardentes para que os seus povos consigam vencer a batalha que certamente terão de travar no caminho

de uma independência verdadeira, eliminando as tentativas neocolonialistas, num duro combate pela unidade popular.

Após fazer um apelo à unidade de todas as forças interessadas no avanço do processo revolucionário, o primeiro-ministro termina a sua mensagem afirmando: «Salvar a Revolução Portuguesa é salvar a independência nacional, é manter e reforçar a dignidade reconquistada do nosso povo. É deixar aberto o caminho para, com todos os povos livres do mundo, de mãos dadas, continuarmos a lutar pela paz. Uma revolução que se perde é uma perda para toda a Humanidade, um elo que se quebra da reconfortante corrente da solidariedade universal.»



O cônego Goor no uso da palavra

informação

Lacerda, os donos dos jornais e a Revolução Portuguesa

Num Brasil cenário de uma violenta ofensiva da repressão, que culminou com o assassinato, nos interrogatórios, do jornalista Vladimir Herzog; num Brasil que luta contra essa repressão, contra os infrutíferos esforços de sufocar a luta do seu povo; num Brasil em que ao recrudescimento repressivo, aos golpes desferidos sobre as forças progressistas — neste momento, em particular no meio intelectual, responde uma greve geral de protesto de dezoito faculdades da Universidade de São Paulo — o conhecido fascista brasileiro Carlos Lacerda dita sentenças sobre Portugal. Mais uma vez para insultar a nossa revolução, para cantar loas a Spínola, para desdobrar apelos à reacção, à sua «coragem» para se empenhar num golpe. Para que Portugal seja um outro Brasil (que tão «generosamente» abriu as suas portas a toda a reacção nacional). Ou talvez um Chile.

Na Assembleia anual da chamada Associação Interamericana de Imprensa — associação dos donos dos jornais da América — Lacerda fala como «mestre» da contra-revolução. E fala do tema que lhe é mais caro, do tema que é assunto obrigatório em todas as reuniões e encontros entre elementos reaccionários em todas as partes do mundo — a «ameaça» da revolução portuguesa. A pergunta que a si próprio coloca, e de que fez tema da conferência que pronunciou — «Constituiu Portugal uma ameaça para o Ocidente?» —, o fascista Carlos Lacerda, amigo íntimo do ex-general Spínola, respondeu — coerente com a sua lógica — SIM. Um sim atenuado, apesar de tudo, pelas últimas esperanças de uma vitória das forças da reacção. Não muitas. O sr. Carlos Lacerda tenta ser objectivo, e como ele próprio diz, não é «redator das Selecções do Reader's Digest, que sistematicamente encerra as suas páginas com mensagem de optimismo aos leitores».

O tom e o conteúdo da conferência de Carlos Lacerda, são a explicação da sua própria lógica, têm um objectivo determinado — demonstrar a perigosidade da revolução portuguesa para o «mundo ocidental». Não temos dúvidas que, para os seus apuniguados, a explicação (talvez nem fosse necessária) é persamente convincente.

Lacerda começa com a história. Elogia profusamente o povo português. O fascismo sempre elogiou as qualidades do povo, «o meu bom povo». O nazismo enalteceu a raça. Carlos Lacerda aponta o nosso povo como quase ímpar na história das nações. Para acrescentar logo a seguir: «É esse património da humanidade, essa vocação histórica que, em perigo, põe hoje também em perigo a paz do mundo. A triste e precária paz que se tenta obter nas escalas de aeropostos é ameaçada em suas bases pela ocupação de Portugal por outro programa, oposto em sua filosofia e em seus objectivos ao que se chama, por simplificação, a civilização ocidental». Para Lacerda a revolução portuguesa põe a paz em perigo. Mas paz para Lacerda identifica-se com a defesa do capitalismo.

Verbalmente, Lacerda não defende o fascismo. Na prática dá-se muito bem com ele. Quanto a Portugal, pensa que o fascismo «exagerou», levando o nosso povo ao «desvario». Mas para Lacerda — quando imperava o fascismo no nosso país —, Portugal não estava em crise, o mundo ocidental não se sentia ameaçado. Não havia sequer guerra. «Nesses treze anos houve pouca guerra na África portuguesa». São de hoje os massacres — acrescenta.

Quando fala do 25 de Abril — Lacerda perde o controle. Esquece-se da pretensa objectividade. E reduz a sua «análise» à pobreza pouco convincente dos insultos. Esboça quadros que nada têm a ver com a realidade, nem, certamente, na sua própria imaginação sobre-excitada. «Politizar tudo a um ponto de delírio colectivo — seria a tática dos revolucionários — a água, o pão, o amor, as artes, as ciências e a própria ignorância, tudo se torna matéria política, tudo é politizado. Quando esse estado de politização generalizada é atingido ninguém mais trabalha, todos discutem, ninguém mais tem capacidade de raciocinar, todos se movem por slogans. Aí se atinge a condição ideal para chegar ao caos» — premissa, para o sr. Lacerda, para se atingir o comunismo. O medo da politização das massas, o grande medo das massas populares esclarecidas, ressalta, contra a vontade do próprio sr. Lacerda. A alternativa é a «inteligência». Uma determinada «inteligência», claro está. A «inteligência» de certas «elites». A «inteligência» defendida pelo sr. Galvão de Melo (que segundo ele falta aos portugueses). Para Carlos Lacerda, «outra característica da crise portuguesa é o desmantelamento e deserção de suas elites». Que elites? O sr. Murias Filho, ex-director do «Bandarra», por exemplo! É profusamente elogiada a «coragem» exemplar de um Raul Rego, de uma Vera Lagoa. Mas mais ainda «os pequenos jornais de província. Essas mãos heróicas salvam pelo menos a semente da liberdade cuja colheita foi destruída» — a semente do fascismo.

Lacerda ainda nutre algumas esperanças do retorno de Portugal à lógica da «civilização ocidental». Fala do retorno de Spínola, «cujo nome está sendo novamente escrito nos muros de Lisboa» (!). Fala de golpe armado das forças da direita — «cerca de 500 homens bastam para por fim a essa agonia, desde que esses 500 estejam armados e decididos a matar e morrer pela liberdade e a paz em Portugal». Lacerda lamenta, no fundo, que o seu conselho ainda não tenha sido seguido. E seria fácil. 500 homens armados. 500 homens pagos para matar, não é assim tão difícil de arranjar. Uma receita bem simples e prática, convenhamos. As ilusões de Lacerda parece não serem tão facilmente partilhadas pela reacção portuguesa. Lacerda não terá talvez oportunidade de aprender, na prática, que um povo não se vence com 500 mercenários, por muito bem armados que estejam. Os militares do 25 de Abril venceram, porque tinham atrás de si, e tiveram a seu lado, a luta e a vontade de um povo. É isso que falta à reacção.

Vigilância revolucionária contra manobras do patronato

Nas fábricas, como nos campos, tem sido árdua a tarefa económica; a batalha, decisiva, pela posse dos meios de produção. Num momento em que a crise política que se vive no nosso país agrava ainda essas dificuldades, ao reflecti-las à escala nacional, em que forças abertamente contra-revolucionárias, enconchadas em órgãos de poder, manobram para inverter o curso do processo revolucionário — tal batalha é particularmente complexa.

Beneficiando, quase abertamente de inequívocos apoios no poder, capitalistas fugidos para o Brasil, ou em outros lugares incertos mais favoráveis às suas negociações, desencadeiam agora os mecanismos prontos a ser accionados em momentos mais oportunos. A Sanimar é um caso. Um exemplo entre muitos.

«Nós damos cabo disto, mas primeiro temos de dar cabo daqueles tipos da comissão de trabalhadores» — estas as

intencões expressas pela administração da Sanimar. Mas o momento era pouco propício a tais manobras. A administração da Sanimar fugiu para o Brasil. A semente ficou, entretanto. Foi legada a três procuradores a missão de zelar pelos interesses patronais, «desalojar todos os comunistas», realizar o máximo de divisionismo entre os trabalhadores.

Hoje, os patrões da Sanimar no Brasil, vêem os seus esforços pouco recompensados. Quarenta e três trabalhadores da secção comercial, «rebelaram-se» contra as decisões dos restantes duzentos e sessenta operários do sector fabril, tomadas em reunião plenária. Acusam a Comissão de Trabalhadores de «fantoche e partidária», exigem o descolamento da conta bancária (o que naturalmente os patrões muito agradecem), iniciam — sem qualquer debate prévio — uma forma de «lock-out» indirecto que rotulam pomposamente de greve.

A Sanimar é um exemplo. Um exemplo que se repete em muitas outras empresas. A tática do capital não sofre oscilações sensíveis. Outrora a defesa dos seus interesses estava facilitada. Chamava-se a polícia para invadir as fábricas. Mandava-se para os antros da PIDE os elementos «suspeitos». Hoje é necessário recorrer a algumas subtilidades. Mas então como agora, é elemento primordial afastar ou tentar neutralizar os verdadeiros revolucionários, os que mais consequentemente se batem pelos interesses dos trabalhadores — expulsar os comunistas. Também para isso a via é mais complexa. Assume caracter de urgência. Utilizar a ignorância enquanto é tempo. Atrasar o esclarecimento pelo confusão e o divisionismo entre os próprios trabalhadores. Aguardar os momentos difíceis do processo revolucionário para atacar.

É isto que está a ser feito. Na Sanimar como em muitas outras empresas. Os apoios estão no próprio Governo. Para alguma coisa servem os ministros de um partido do patronato.

Sempre e onde as forças progressistas estão mais implantadas, sempre e onde as massas populares se organizam numa forma mais sólida — o patronato encontra sérios obstáculos na sua investida. Mas ataca mesmo assim. E joga com todos os seus trunfos. Dão-lhe alento as esperanças de «melhores dias», sob os auspícios de um sonhado governo de direita, com PPD (e mesmo CDS, porque não?), e sem PCP. Um governo «social democrata» escancarando as portas ao fascismo (em nome do pluralismo socialista). Um governo que permita o retorno dos que se implantaram no Brasil, e que com as suas raízes pela Europa, conspiram contra a revolução, tecem planos, ensaiam toda a casta de provocações — os assaltos ao poder de que acusam outros; o terrorismo que dizem ser obra de comunistas; a inflexão do processo revolucionário em todos os domínios da vida nacional.

Sonhos da reacção, que tem por detrás gente armada, planos de golpes militares — a exigirem uma tensa vigilância, das forças revolucionárias, a necessária superação da perigosa fase actual da nossa revolução.

Os «lutadores» temem os trabalhadores da CUF

Na sua sintomática cavalgada anticomunista, «A Luta» hasceu sem a noção do equilíbrio, de conta e medida. A invenção, a calúnia, a mentira aberta, são de utilização normal nas páginas do jornal do sr. Raul Rego. Constituem mesmo método. O lema é — unidade contra o PCP. Na realidade — unidade contra o processo revolucionário. De outra forma não se pode entender a reunião e deformação de todos os elementos que possam servir para atacar conquistas fundamentais do 25 de Abril, como a Reforma Agrária e as nacionalizações. De outra forma não se pode entender o despor com que abertamente se apoia — divulgando toda a boataria propalada pelos órgãos de informação do mundo capitalista — um futuro neo-colonialista para Angola, regozijando-se com sucessos existentes e inexistentes de pretensos movimentos de «libertação», estranhamente movidos por capitais americanos.

Como é óbvio — este tipo de orientação é defendido por «A Luta», em nome da sagrada «independência» de informação, e do não menos sagrado «pluralismo» de ideias. Pena é que tal «independência» e tal «pluralismo» tenham tão estreitos limites, tão vincada orientação.

Assim, «A Luta», que há bem pouco erguia a sua voz contra pretensas «ocupações selvagens» de terras de pequenos proprietários, grita hoje, indignada, contra o que apelida de «novos métodos pidescos», que estariam a ser utilizados na CUF por trabalhadores ligados ao nosso partido, contra outros trabalhadores (do PS?). A história é por demais grotesca para que se atente nos seus pormenores. Para mais, senhores de «A Luta», se os interrogatórios não ultrapassam as fronteiras das «lições políticas de socialismo e comunismo», estamos em crer que não seria mau institucionalizar tais «métodos pidescos» em todos os locais de trabalho. Só a revolução portuguesa teria a lucrar com tal multiplicidade do que vulgarmente se chama sessões de esclarecimento.

Acontece, entretanto que «A Luta» (uma história montada tem sempre naturalmente as suas falhas...) se esquece de súbito que a sua «denúncia» se limita à CUF, e generaliza a prática de tais métodos a toda a zona de Lisboa onde «se vive sem alegria, mas em permanente estado de terror e desconfiança». Não por causa das bombas, nem do ELP. Mas por causa do PCP. Uma pintura digna dos pasquins fascistas que por todo o mundo divulgam de Portugal uma imagem de pânico generalizado. Uma identidade de imagens e linguagem que tem de ter, forçosamente, mais alguma razão de ser do que ocasionais semelhanças de «estilo» dos que se integram em tal imprensa.

É preciso criar condições ao Norte para a Reforma Agrária

A luta pela Reforma Agrária e pela radical melhoria das condições de vida no campo — como conquistas fundamentais da nossa revolução — tem-se vindo a tornar particularmente árdua. São grandes as resistências levantadas por aqueles que pensam poder salvar a continuidade da exploração capitalista em Portugal, resistências ainda ampliadas pela possibilidade que têm actualmente de manobrar a nível dos órgãos de poder. Paralelamente, não decresce a determinação revolucionária das massas que se batem pela defesa dessas conquistas fundamentais.

Conquistas que, para os trabalhadores portugueses, como para o conjunto do processo revolucionário, são vitais.

A luta heróica dos proletários agrícolas do Alentejo para — vencendo todos os obstáculos — fazer com que terras abandonadas ou depauperadas produzam mais e melhor, tem sido um elemento particularmente importante da defesa e da própria conquista desses marcos fundamentais do processo revolucionário. Mas também das zonas do nosso país em que a estrutura da propriedade da terra, o obscurantismo imposto pela ditadura fascista e pelos seus aliados, tornam particularmente complexo o trabalho de despertar povos para a defesa dos seus próprios interesses — também aí se luta, também aí os trabalhadores se organizam, para que às suas terras cheguem os benefícios de uma revolução que alguns se esforçam por que encontre fronteiras a norte (esses mesmos que a querem liquidar em todo o país).

Para que a Reforma Agrária seja também dos camponeses do Norte — assumindo embora as formas requeridas pela diferenciação de situações concretas — cresce em vigor e organização a luta dos trabalhadores agrícolas nortenhos. Recentemente organizados, os trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, em particular, vão dando provas da sua vontade de alterar a miserável situação em que continua a decorrer a vida nos campos do Norte. Constituído o seu Sindicato, lutam hoje pela legalização desse organismo de defesa dos seus interesses.

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto é um embrião organizado da Reforma Agrária no Norte. É tão indimentável a sua importância, como urgente seria um mínimo de atenção dos órgãos de poder, comprometidos num programa socialista que de forma alguma se tem visto estar a ser levado à prática. A legalização do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto ainda não veio. Protestando contra tal facto, a Comissão Directiva, reunida, deliberou enviar um telegrama ao ministro do Trabalho, dando-lhe conta da estranheza e descontentamento dos assalariados agrícolas por ainda não terem sido publicados os Estatutos deste Sindicato. Foi ainda decidido promover e exigir dos organismos responsáveis a fiscalização a quintas que não descontam para a Previdência, chamar a atenção de todos os trabalhadores para a luta que os seus camaradas do Sul travam pelo avanço da Reforma Agrária, lançar um alerta para as condições de exploração em que se encontram todos os trabalhadores agrícolas do Norte.

Jogar no divisionismo entre aqueles que têm interesses comuns a defender, inimigos comuns a combater, é tática velha da reacção. Nas empresas, nos campos — criam-se falsos atritos, lançam-se trabalhadores contra trabalhadores. Faz-se defrontar, nos exércitos, operários e camponeses armados com outros operários e camponeses armados. Dividem-se povos que lutam pela sua independência com questões tribais semi-esquecidas na noite dos tempos. Dividem-se as massas trabalhadoras de um país, com demagógicos slogans políticos, com campanhas sistemáticas de desinformação.

Portugal não é — não poderia ser — uma excepção. Jogando no real desequilíbrio de esclarecimento político existente no nosso país — fruto de diferentes estruturas da divisão da propriedade, da concentração industrial em zonas restritas do país, de outros factores com peso, nomeadamente a influência religiosa com predominância em zonas geográficas bem definidas — a reacção tem vindo a manobrar de uma forma dupla. Esforça-se por accentuar esse desequilíbrio, mantendo o Norte, dentro do possível no seu colete de forças. A anulação da campanha Maio-Nordeste é, nesse campo, um exemplo deveras elucidativo. Por outro lado, acusa as forças progressistas de apelidar de reaccionário o povo do Norte, enquanto pinta a gente do sul e das zonas industriais como diabólicas criaturas vermelhas que mais não pretendem que lhes roubar gados e terras, destruir as famílias. Esta a técnica.

Para quem pretenda de facto que a massa trabalhadora de todo o país sinta em uníssono os seus problemas comuns e se debruce, organizada, na busca e concretização das soluções mais adequadas — o que haveria a fazer era erguer as regiões que o fascismo condenou a um mau obscurantismo, auscultar em particular os seus problemas, dar-lhes resposta pronta, conquistando assim as populações para o processo revolucionário, empenhá-las nesse mesmo processo. Ora no Norte, mais ainda que no conjunto do país — o problema agrícola é fulcral. Não fomentar a sua solução, nem ajudar (antes pelo contrário) os que se lançam nessa tarefa, é objectivamente tentar manter uma dicotomia geográfica que se nega, para melhor a poder avivar e utilizar. Esta a realidade, que nenhum discurso balofo poderá desmentir. É indispensável a Reforma Agrária no Norte. Com as formas adequadas. Os que põem obstáculos no seu já difícil caminho, são os mesmos que tentam, em vão, destruí-la no Sul. Porque sabem que a sua concretização transformaria a vida da maioria da população nortenha, abrir-lhes-ia horizontes nunca imaginados — pelos quais estariam sem dúvida dispostos a bater-se com uma determinação que assusta os seus antigos senhores.

Avante! O JORNAL DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA

LÊ — ASSINA — DIVULGA

LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua Marquês de Pombal, 51
MARINHA GRANDE

Livros das Edições «Avante!» e de outras editoras progressistas

Livros Soviéticos em línguas estrangeiras
Obras Completas de Lênine (em francês)
Obras Escolhidas de Lênine (em francês e espanhol)
Obras Escolhidas de Marx e Engels (em francês e espanhol)

● Milhares de pessoas assistiram, na catedral de São Paulo, a uma cerimónia religiosa durante a qual o cardeal Paulo Evaristo Arns pronunciou uma homília intitulada «Não matarás!» — simultaneamente lida em todas as igrejas da diocese — de crítica à onda de terror policial desencadeada pelo governo brasileiro. Milhares de polícias cercaram a catedral, com receio de manifestações provocadas pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no centro de tortura do DOI.

● Também em São Paulo, o jovem estudante Miguel Trefaut Urbano Rodrigues, após duas semanas de incomunicabilidade no DOI, foi transferido para as instalações da polícia política e dali para um presídio, onde foi autorizado a ver a sua mãe. Admite-se que a Embaixada de França consiga obter a sua saída do Brasil dentro de dias. Entretanto, o camarada Robert Ballanger, deputado de Seine St-Denis, fez um apelo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros francês para intervir junto do governo brasileiro, solicitando a imediata libertação de Miguel Rodrigues.

● Vários engenheiros da Siderurgia ameaçam fugir para o Brasil se lhes retirarem o subsídio de habitação. Estes engenheiros ganham actualmente 25 a 26 contos mensais.

● Por ser «falsa», mistificadora e caluniosa, denotando integral ausência de «ética jornalística», o artigo publicado em «A Luta», sob o título «Noventa mil contos para ouvir as nossas conversas», o CR decidiu intentar acção judicial contra este jornal.

● Pela segunda vez consecutiva a administração da ITT não cumpriu o pagamento de salários na Rabor.

● «O importante papel dos trabalhadores e dos sindicatos no processo em curso em Portugal» foi um dos aspectos fundamentais focados no encontro realizado entre a CFTD e a Intersindical. No comunicado conjunto final, realça-se que «as delegações consideram o MPLA como portador das aspirações mais autênticas e mais progressistas desse povo» — o povo angolano, e «denunciam vigorosamente as manobras imperialistas e neo-colonialistas».

● Os emigrantes portugueses em França continuam a organizar-se em defesa dos seus interesses. No momento em que vão começar as negociações entre os dois países sobre os problemas dos emigrantes, os emigrantes portugueses em França, exigem justamente ser ouvidos.

● Em autogestão há mais de um mês, os trabalhadores da Soformel, firma de comércio farmacêutico, viram cancelada a credencial que lhes fora passada pelo ministério de Costa Martins, concedendo poderes para orientar a casa e movimentar as contas bancárias. O gabinete do dr. Marcelo Curto, secretário de Estado do Trabalho, decidiu repor os patrões afastados da firma. Este um dos múltiplos exemplos da actual política do Ministério do Trabalho. Política que entretanto se vai fazendo, sempre, em nome da defesa dos ideais do «socialismo».

● Foi descongelada a conta do almirante Sarmiento Rodrigues, um dos administradores da Torralta.

● Foi assinado na Embaixada de Portugal em Moscovo o contrato de 600 mil hectolitros de vinho a granel para a União Soviética.

● A secção do PS de S. Mamede de Infesta manifestou à Federação do Porto deste partido o seu «mais veemente protesto pela manifestação fascista de 25 de Outubro», naquela cidade, e responsabiliza inteiramente a federação do Porto pelas «palavras de ordem altamente reaccionárias em que o PS se viu envolvido».

● A assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa, decidiu destituir, por esmagadora maioria, os corpos gerentes que restavam da direcção eleita em 30 de Agosto — um dos exemplos da aliança PS/MRPP nos sindicatos. A prática de tais alianças tem vindo a desmascarar, aos olhos das massas trabalhadoras, o seu verdadeiro sentido.

● Num comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, em que se faz uma análise da actual situação política no país, salienta-se, como particularmente grave, «a ofensiva concertada e generalizada do patronato, na recusa sistemática do cumprimento de contratos colectivos e das portarias de regulamentação do trabalho. Esta manobra criminosa tem tido a cobertura oficial do «Ministério do Trabalho em particular, que, através das posições assumidas contra os trabalhadores, tem encorajado o patronato a prosseguir a sua acção sabotadora».

● Numa reunião recentemente realizada, o Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais (MUTI) aprovou uma importante moção de análise à actual situação política, em que, nomeadamente, chama a atenção «dos sectores militares ditos moderados para a responsabilidade histórica da sua actuação, consciente ou inconsciente, de enfraquecimento das forças militares revolucionárias, tendo a obrigação de estar cientes de que qualquer brecha à esquerda é porta de passagem para as forças fascistas, que também não os pouparão».

● A Inglaterra vai enviar a Portugal, de 25 a 28 de Novembro, um dos seus ministros, Roy Hattersley, para manifestar o seu apoio ao VI Governo Provisório e ao desenvolvimento da «democracia» no nosso país. Fácil é saber o que entende o governo inglês por democracia. Uma «democracia» que em nada interessa ao povo português.

● A Comissão de Moradores de Campo (Valongo) destituiu, em plenário, dois elementos (do PPD e do PS da Junta de Freguesia de Campo), por se oporem à actuação progressista — que goza de amplo apoio popular — da Comissão de Moradores. O Governo Civil não sancionou o saneamento.

informação

Brasil: 10 dirigentes do PCB sequestrados em 18 meses

O camarada Orlando Bonfim Junior, membro do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro, que lutava na clandestinidade desde o golpe militar de 1964, foi sequestrado, em meados de Outubro, na cidade do Rio de Janeiro.

Com Orlando Bonfim Junior, advogado e ex-director do jornal «Novos Rumos», órgão central do Partido Comunista Brasileiro, fechado após Abril de 64 — eleva-se para dez o número de dirigentes comunistas sequestrados pela polícia do general Geisel nos últimos 18 meses. Em Março e Abril de 1974 foram sequestrados — desconhecendo-se até hoje o seu paradeiro —, os camaradas David Capistrano da Costa, que combateu ao lado do povo espanhol durante a guerra civil e se bateu na resistência francesa contra a ocupação nazi, herói da legião de honra francesa, ex-deputado da Constituinte pelo Estado de Pernambuco, director do jornal «Folha do Povo» do Recife, tendo trabalhado de 71 a 73 na Revista Internacional em Praga, desaparecido quando regressava ao Brasil; Luiz Ignácio Maranhão Filho, advogado, jornalista, professor universitário e ex-deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, sequestrado na cidade de São Paulo; João Massena Melo, ex-dirigente sindical dos metalúrgicos, ex-vereador e deputado estadual pelo antigo Estado da Guanabara, hoje do Rio de Janeiro, também sequestrado em São Paulo; Walter de Souza Ribeiro, ex-oficial do Exército e jornalista, igualmente sequestrado em São Paulo — todos membros do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro e combativos militantes contra a ditadura fascista brasileira.

A lista de sequestros prolonga-se por Janeiro e Fevereiro deste ano, meses em que «desapareceram» Elcio Costa, jornalista e ex-deputado pelo Estado de Minas Gerais e membro do Comité Central do PCB; Iran de Lima Pereira, jornalista, ex-director de administração da Prefeitura do Recife no governo de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, membro suplente do Comité Central do PCB; Jayme Amorim de Miranda, jornalista, suplente de deputado estadual de Alagoas, ex-director do jornal «A Voz do Povo» de Maceió e conhecido advogado sindical, membro do Comité Central do PCB; Itahir Veloso, ex-dirigente sindical do Estado da Guanabara e membro suplente do Comité Central do PCB.

O sequestro — que não nos pode deixar grandes dúvidas quanto ao fim em vista, o assassinato sem deixar rasto nem responsabilidades — é uma prática normal utilizada pela ditadura assassina de Geisel, a saída que encontra, face à resistência dos militantes comunistas nas mãos dos seus torturadores. O acentuar da feroz perseguição ao Partido Comunista Brasileiro, bem como a todos os patriotas e democratas, reflecte e tem por fim atingir a resistência que dia a dia se avoluma contra a ditadura fascista, particularmente, neste momento, contra a entrega do petróleo ao imperialismo, bem como ao acordo nuclear assinado entre os governos do Brasil e da RFA, que coloca o Brasil na situação de foco de guerra na América latina, onde já interveio como ponta de lança do imperialismo americano, interferindo na política dos países fronteiriços e apoiando ditaduras fascistas como a do Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, e como ameaça para a paz mundial.

É dever de solidariedade internacionalista — um dever que nos cabe em particular a nós, portugueses — denunciar os crimes que estão a ser cometidos contra o povo brasileiro por aqueles mesmos que acolhem de braços abertos toda a escumalha reaccionária fugida do nosso país e lhes dão as melhores condições para conspirar contra a revolução que libertou Portugal do fascismo.

De Nasser a Sadat

O presidente Anwar Sadat, do Egipto, de visita aos Estados Unidos, reuniu-se com Thomas Murphy, presidente da General Motors e do Conselho de Negócios americano-egípcios. Objectivo da reunião: intensificar o ritmo dos investimentos americanos no Egipto. Em declarações proferidas a esse respeito, o presidente Sadat, do Egipto, declarou que o seu país «necessita de uma transfusão de sangue económico» acrescentando que, após duas décadas de «isolamento económico e tecnológico», «estamos a fazer todo o possível para tornar o Egipto atractivo aos investidores». As afirmações do presidente Sadat, visavam, nomeadamente, ser uma resposta às queixas de negociantes americanos que se lamentam da «indefinição da política» de investimentos estrangeiros no Egipto e da continuada «incerteza política» no Médio Oriente.

A política externa do Egipto — e a política externa de um país reflecte necessariamente os cambiantes da correlação de forças e do domínio dos órgãos de poder a nível interno — tem vindo a assumir, progressivamente, formas cada vez mais afastadas das que correspondem à defesa dos interesses populares e mesmo, de uma forma mais global, dos reais interesses dos países em vias de desenvolvimento.

As afirmações proferidas por Sadat na sua visita aos Estados Unidos, são particularmente significativas, reflectem toda uma orientação virada para a sujeição aos ditames do imperialismo.

Sadat fala de «transfusão de sangue económico». E para tal transfusão recorre aos responsáveis pela situação de subdesenvolvimento de muitos países e povos. É hoje do domínio comum que os «auxílios» económicos provenientes dos países capitalistas desenvolvidos, sempre que tais «auxílios» são concedidos a partir de uma situação de desigualdade (com desvantagem para o país «auxiliado», como é evidente), se saíam de facto numa maior exploração dos bens e riquezas do país que se sujeita a tal situação, e numa desenfreada ingerência nos problemas internos do seu povo. O montante dos «auxílios» concedidos, constitui invariavelmente uma pequeníssima parcela dos lucros arrancados à terra endividada, e assim redobradamente explorada. Como bom administrador o senhor do capital passa a subir o tom das suas exigências. Falando embora à partida por vezes com falinhas mansas, de «ajuda desinteressada», passa depois ao tom autoritário do patrão. Quer os seus negócios em ordem. Impõe a criação de situações que lhe sejam favoráveis. Opõe-se a quaisquer medidas que possam lesar os seus interesses. Dita a política externa desses países. Dita a sua política interna. Pretende uma situação de «atractivo aos investidores» (que Sadat desde já promete), que naturalmente passa pela política de baixos salários, de baixos preços dos produtos nacionais. Toma medidas contra a «incerteza política».

ca», expressão que encobre uma situação interna ou na zona que lhe é desfavorável. Expressão que encobre de facto a ofensiva contra a luta popular de massas.

Para o mundo sub-desenvolvido a alternativa não admite cambiantes. Ou se bate pelos reais interesses dos seus povos, assume a defesa das suas riquezas, trilha a via da sua recuperação económica e social — contando para isso com a sua própria unidade face ao imperialismo, com a fraterna ajuda do mundo socialista. Ou opta pela aliança com os causadores da sua própria miséria — perspectiva que frequentemente se apresenta como risonha a uma burguesia nacional que teme fundamentalmente a perda dos seus privilégios de laia das grandes multinacionais. Sadat optou inequivocamente pela segunda hipótese. São inabéis as tentativas para camuflar o teor de tal opção. Transparente o fundamento da aproximação com os Estados Unidos. Ao fazê-lo, não está só a trazer as possibilidades de libertação real do seu próprio povo. Está a acentuar as possibilidades de ingerência do imperialismo numa área em que este está particularmente interessado em manter sólidos pontos de apoio.



A revolução egípcia, que nasceu há 15 anos com a esperança do socialismo, está a ser completamente abafada. Os grandes projectos de nacionalizações e Reforma Agrária, nunca foram levados avante. O pouco que se fez nesse domínio está hoje a ser destruído. Nasser — a despeito das suas hesitações — foi inequivocamente um patriota. Hoje, o seu sucessor, está a vender o Egipto a Washington. O trágico destino de uma revolução abortada, que, por meios «pacíficos» foi desviada do seu curso natural.

A evolução dos acontecimentos no Egipto traduz de uma forma bem clara o falso revolucionarismo dos que — em particular no Exército — enchem a boca de «socialismo», de «independência», de «liberdade», temem de facto o verdadeiro socialismo, a verdadeira independência, a verdadeira liberdade. Utilizam tais conceitos, particularmente caros aos povos, para encobrir os seus reais intuítos. O «socialismo» de Sadat, nada tem a ver com o fim da exploração do homem pelo homem. Uma sociedade progressista jamais poderá lançar as suas bases com «auxílios económicos» da Casa Branca e reactores oferecidos pelo sr. Ford. Como não poderá ser construída com os financiamentos de Bona ou Londres — com aplausos e chantagens, venham de Washington ou da CEE.

Que Europa é essa?

No final de um banquete oferecido, em Pequim, pelo chanceler federal alemão, Helmut Schmidt, em visita oficial à China, o vice-primeiro-ministro chinês, Teng Hsiao-Ping, que substituiu o primeiro-ministro Chu En-Lai, fez um brinde pela «união da Europa», declarando: «Propoño agora um brinde à união da Europa e ao crescimento da sua força». Antes, Teng Hsiao-Ping tinha salientado que «a união da Europa reveste-se, na nossa opinião, de uma grande importância», e acrescentou: «Que os europeus se unam, isso é uma exigência da história. E-se forte quando se está unido, e está-se sujeito a vexames quando se está disperso».

Um informador da República Federal Alemã disse que a audiência decorreu numa atmosfera de franqueza e amizade.

Não é a primeira vez que dirigentes chineses enaltecem a necessidade de «união de toda a Europa». Trata-se mesmo de uma das constantes da política externa chinesa, lado a lado com os seus ataques à política de coexistência pacífica, que contrapõem a pretensos planos de paz dirigidos de facto contra o mundo socialista. Lado a lado com os seus ataques a todos os países que enveredam por vias autenticamente progressistas, contrapondo-se à vincada aproximação com países que caíram sob o jugo do fascismo. Esta a tónica.

No caso específico da Europa, por que os dirigentes chineses demonstram um tão obsessivo interesse, uma questão se coloca de imediato. Que Europa está em causa? Que unidade? Porque na Europa, como na Ásia, como em África, como na América, não há simplesmente continentes. Nem tão pouco um conjunto de países e povos. Há toda uma gama de problemas, de linhas de força — a luta de classes assumindo os seus mais variados aspectos. Que unidade pode haver entre o imperialismo lanqui e Cuba revolucionária? Entre o Perú e o Chile de Pinochet? Entre Israel e a Síria? Entre o povo francês e o Eliseu? Entre a racista África do Sul e a República Popular da Guiné-Bissau?

Teng Hsiao-Ping, como Chu En-Lai falam muito de unidade da Europa. Da necessidade do imperialismo histórico dessa unidade. E deveríamos crer que se trata da unidade dos países socialistas, da unidade dos povos europeus, pela paz, por uma evolução progressista dos seus países, da unidade das massas trabalhadoras contra o velho capitalis-

mo europeu em busca de novas energias, espreitando alternativas de neo-fascismo. Mas Teng Hsiao-Ping não fala das forças progressistas europeias. Não o pode fazer, quando dirige apelos em brindes com Helmut Schmidt. Teng Hsiao-Ping fala da Europa capitalista. Fala dessa CEE que se esforça por coordenar iniciativas a nível político, para melhor emparejar a luta dos povos dos seus respectivos países, para lançar as bases políticas da exploração sem pelas de fronteiras. Essa CEE que se sente ameaçada com todos os movimentos progressistas, e que tenta a chantagem para sufocar a revolução portuguesa.

É para essa unidade que os dirigentes chineses apelam. A unidade da Europa do sr. Helmut Schmidt.

Os dirigentes chineses afirmam — «É-se forte quando se está unido». Mas essa força dirige-se sempre contra qualquer coisa. Contra quem se dirigirá a força de uma Europa capitalista unida? Contra os interesses das massas trabalhadoras, contra os países socialistas. Não há alternativa. Sabe-o a China, como a RFA. Os Helmut Schmidt da Europa regozijar-se-ão com este apoio, aliás esperado. Jogarão mais forte contra a política de paz e de distensão das relações na Europa empreendida pelos países socialistas, em particular pela União Soviética. Na China, como em toda a parte o pretoso revolucionarismo de linguagem, impregnado de anti-sovietismo, encobre invariavelmente apoios incontestados às forças da reacção.

O que se pode esperar das empresas multinacionais

O Presidente norte-americano, Gerald Ford, o Secretário de Estado, Kissinger, e outros destacados políticos dos Estados Unidos repetiram, nos últimos tempos, que os esforços dos países em desenvolvimento que lutam pela completa soberania sobre as suas riquezas materiais, não seriam suportados sem resistência.

Por sua vez, os estados recém-libertados mantêm uma posição clara e aberta: estão decididos a pôr termo à exploração das suas matérias-primas e da sua força de trabalho, procurando passo a passo, mudar a sua posição económica no contexto mundial.

Depois de conquistarem a independência nacional, a sua luta pela efectiva independência económica e pela completa soberania é de extraordinária importância para o futuro caminho de numerosos desses países.

Estes estados podem contar com a ajuda dos países socialistas. Nas suas relações com os países recém-libertados, as nações socialistas respeitam sempre os princípios da igualdade, da não ingerência nos assuntos internos e as vantagens mútuas.

A influência do imperialismo sobre as relações económicas, em correspondência com os seus lucros e ambições de poder, vai sendo reduzida paulatinamente, o que provoca da parte dos governos imperialistas e dos seus consórcios multinacionais constantes ameaças.

Segundo as Nações Unidas existiam, no começo da década de 70, 7300 empresas multinacionais com filiais em outros países. Destas, 200 consideradas mais fortes, actuam em 20 países. A Exxon, IBM, ITT, Unilever, Hoechst manobram em mais de 50 países. As multinacionais, portanto, não só actuam nos países altamente capitalistas, altamente desenvolvidos, mas também em numerosos países em desenvolvimento.

As ameaças partidas da boca do Presidente Ford contra estes países, têm a sua razão de ser. Na verdade, dos 200 maiores monopólios internacionais existentes em 1973, mais de 100 eram norte-americanos. É de salientar, ainda que estes monopólios conseguiram lucros muito mais elevados nos países em desenvolvimento do que as somas correspondentes aos investimentos.

Entre 1969 e 1973, os monopólios norte-americanos fizeram investimentos da ordem de 9,1 bilhões de dólares nos países em desenvolvimento. Porém, no mesmo período, obtiveram lucros na ordem dos 22,3 bilhões de dólares.

As grandes somas do orçamento nacional dos países em desenvolvimento são, assim, usurpadas pelos monopólios que as enviam às suas sedes, prejudicando o desenvolvimento económico nacional e impedindo o emprego de verbas substanciais para a melhoria das condições de vida.

A exploração dos países em desenvolvimento não se processa apenas pela aferição e remessa de lucros às sedes. A característica da política dos estados imperialistas e dos grandes monopólios multinacionais foi o saque a que procederam através da não equivalência no intercâmbio de produtos. Os preços dos produtos industrializados importados pelos países em desenvolvimento das metrópoles capitalistas sofreram aumentos contínuos e crescentes, enquanto as matérias primas exportadas pelos primeiros sempre foram cotadas a baixos preços.

Isto significa que os países em desenvolvimento têm que exportar sempre maiores quantidades de matérias-primas para que possam importar sempre menos. Os estados capitalistas servem-se dos países em desenvolvimento para poderem elevar o seu poderio económico e, como consequência, a produção e o comércio exterior dos jovens estados aumentaram consideravelmente, mas a sua participação na produção capitalista mundial e no comércio internacional, manteve-se inalterada ou sofreu redução.

A participação dos países em desenvolvimento na produção industrial no mercado capitalista aumentou de 11,9 por cento em 1960, para 15,3 por cento em 1973, enquanto a sua quota na exportação, que era de 24,2 por cento em 1960, caiu para 17,6 por cento em 1973.

As graves consequências decorrentes dessa política de saque praticada pelos monopólios capitalistas internacionais reflectem-se especialmente no desenvolvimento do rendimento «per capita».

Em 1972, a quota «per capita» era de 236 dólares, significando 7 por cento da registada nos países capitalistas desenvolvidos.

Muitos outros factos demonstram que os problemas económicos e sociais com os quais os países em desenvolvimento se defrontam são o resultado directo da política de lucro e de expansão praticada pelos países imperialistas e também pelos consórcios multinacionais.

Os lucros líquidos das 500 multinacionais mais poderosas do mundo, elevaram-se, em 1971, a 250 mil milhões de dólares, ou seja, três vezes mais que o conjunto das reservas monetárias dos Estados Unidos, do Japão, da Grã-Bretanha, da Alemanha e da França.

Um importante grupo de países da América Latina submeteu à aprovação da Comissão dos Assuntos Económicos da Assembleia Geral da ONU um projecto de condenação de todas as práticas de corrupção que estão nas normas das multinacionais.

Os jornalistas do Panamá e do Peru concordaram na necessidade de abolir, pouco a pouco, as bandas desenhadas que são publicamente na maioria dos jornais do continente, quando sejam de origem norte-americana, e substituí-las por outras de carácter latino-americano.

Acaba de ser constituída a brigada de construção do edifício sede do Comité Internacional de preparação do décimo primeiro festival da Juventude e dos Estudantes, que será celebrado em Havana em 1978. Mais de 18 mil jovens de todos os países do mundo, reunir-se-ão nessa data em Cuba.

Sobre a visita à Bulgária do camarada Pedro Pires, primeiro-ministro da República Popular de Cabo Verde, foi divulgado um comunicado conjunto em que expressa a determinação em apoiar o desenvolvimento e a consolidação da independência política do país, através de uma «ajuda desinteressada e do estabelecimento de uma cooperação económica, científica, técnica e cultural».

Foram mortos cinco camponeses e vários ficaram feridos num recontro entre camponeses sem terra e proprietários rurais armados, no México. Mais de cem proprietários rurais e grupos de assassinos profissionais a seu soldo, armados de pistolas e metralhadoras ligeiras, tentaram assim expulsar os camponeses de uma propriedade que estes tinham ocupado há cerca de um mês. Na semana passada, sete camponeses tinham sido também mortos por intervenção da polícia e do Exército para desalojar trabalhadores rurais que tinham ocupado terras no Estado de Senora.

A estação científica soviética «Saliut-4», lançada em 26 de Dezembro último, prossegue o seu voo, tendo já efectuado cerca de 5 000 revoluções em torno da terra.

O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, inaugura em Havana a primeira reunião do Comité de Desenvolvimento e Cooperação das Caraíbas (CEPAL), organismo que nasceu em oposição à política imperialista dos Estados Unidos da América.

As participações estrangeiras em firmas norte-americanas são maiores do que as inicialmente previstas pelo Governo — reconheceu o Ministério do Tesouro. Segundo a informação, os investimentos em títulos norte-americanos totalizam cerca de 85 000 milhões de dólares. A Suíça, com um total de 9 600 milhões de dólares é o país com maior número de títulos de firmas norte-americanas.

O general Fernandes Maldonado tornou-se primeiro-ministro do Peru. A sua nomeação foi recebida com grande satisfação por todas as forças progressistas, por se tratar de um oficial revolucionário que durante anos, como ministro de Minas e Energia, vibrou duros golpes nas empresas imperialistas.

Morreram vinte e sete mineiros na explosão de gás ocorrida numa mina de carvão da Sociedade Anónima dos Carvões de Berga, nos Pirineus espanhóis. Dois outros mineiros ficaram gravemente feridos.

O chefe da delegação da OLP reafirmou perante a Assembleia Geral das Nações Unidas a vontade da Organização de Libertação da Palestina de fundar um «Estado laico e democrático em toda a Palestina».

Foram demitidos, pelo presidente norte-americano, Gerald Ford, o secretário da Defesa, James Schlesinger e o director da CIA, William Colby. Foram nomeados para os mesmos cargos, respectivamente, Rumsfeld e George Bush.

Uma proposta do Uruguai para criar uma força interamericana «de paz», de que seria excluída Cuba, foi rejeitada pela Conferência dos Exércitos Americanos. O Uruguai pretendia assim pôr em prática, no campo militar, o que não foi possível — há alguns anos — no domínio diplomático, quando Cuba foi submetida ao bloqueio pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os projectos do COMECON no quadro da planificação conjunta para os próximos cinco anos — 1976/80 — são calculados em mais de nove mil milhões de rublos. Antes do fim de 1975, os nove países membros do COMECON estabelecerão um plano coordenado de medidas de integração multilateral das suas economias para os cinco próximos anos — o que culmina um longo e laborioso processo de conciliação dos seus planos nacionais de desenvolvimento económico. Assim, pela primeira vez na história da colaboração entre os países socialistas membros do COMECON, assiste-se à criação de um sistema planificado de medidas que, no seu conjunto, determinarão o ritmo e a profundidade do processo de integração até ao fim deste decénio.

Realizou-se em Varsóvia, na Polónia, o Encontro Internacional de Jornalistas, em que se reuniram representantes de dezenas de jornais e periódicos, agências de informação e das rádios e televisão dos países participantes na Conferência de Helsínquia sobre a Segurança e a Cooperação na Europa.

TOTAL APOIO E SOLIDARIEDADE AO MPLA!

Apoiando o MPLA, o PCP interpreta os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores portugueses. A grande jornada de solidariedade realizada pela DORL do nosso Partido constitui uma firme prova de que a luta dos povos angolano e português é a mesma, como certa será a vitória dos dois povos

O grande comício de solidariedade com a luta do povo angolano realizado na passada terça-feira em Sacavém e organizado pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português constitui uma grandiosa jornada de incondicional apoio ao único movimento de libertação angolano, verdadeira vanguarda revolucionária do povo de Angola — o MPLA.

Milhares de trabalhadores, comunistas e anticolonialistas da região de Lisboa, afluíram ao Pavilhão de Sacavém a fim de saudar o combate tenaz e revolucionário que os patriotas angolanos, o povo de Angola, neste momento travam para varrer da sua terra, de uma vez para sempre, o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo.

No decorrer do comício foi lida pelo camarada Sérgio Costa, da Comissão Central da UEC, uma saudação dos estudantes comunistas portugueses ao MPLA, às FAPLA, e a todo o povo angolano, na qual se exprime toda a solidariedade militante daquela organização com a luta do povo angolano.

Nessa saudação afirma-se, nomeadamente: «A União dos Estudantes Comunistas, convicta de expressar os profundos sentimentos dos estudantes progressistas de Portugal e inspirando-se no passado de luta contra as guerras coloniais, levanta bem alto a sua voz numa saudação de combate ao Movimento Popular de Libertação de Angola, vanguarda revolucionária, temperada na dura luta contra a guerra colonial, legítimo e único representante do povo angolano, garante da vitória final sobre o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo».

No comício foi igualmente aprovada uma moção na qual se reconhece o MPLA como único movimento de libertação existente em Angola, expressando-se toda a solidariedade internacionalista, condenando a invasão do território angolano por forças imperialistas da África do Sul misturadas com mercenários de Mobutu e fascistas do ELP, e exigindo-se uma política firme, por parte de Portugal, no processo de descolonização.

A classe operária portuguesa, através da sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista Português, expressou, assim, a sua completa solidariedade e o seu mais firme apoio à luta do povo angolano e à sua vanguarda, o Movimento Popular de Libertação de Angola.

Na mesa que presidiu ao comício encontravam-se os camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do PCP, do nosso Partido, Carlos Abóim Inglês, do Comité Central, Albano Nunes, da DORL, e Sérgio Costa, da Comissão Central da UEC. Em nome do MPLA estiveram presentes os camaradas Arménio Ferreira e Alvaro Santos, do Órgão Coordenador do MPLA para a Europa. Igualmente presente Pedro Borges, da Associação Portugal-Moçambique.

Pela sala, alguns distícos transmitiram em palavras os sentimentos revolucionários dos milhares de trabalhadores ali presentes: «Independência para Angola. Todo o apoio ao MPLA». «Povo Português. «Povo Angolano, a mesma luta». «Independência a 11 de Novembro».

O ÚNICO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO

A primeira intervenção coube ao camarada Carlos Abóim Inglês, que começou por afirmar: «Estamos aqui reunidos para manifestarmos uma vez mais o nosso apoio ao MPLA — que pela sua longa e heróica luta, pela sua implantação de massas, pela sua política independente e responsável, demonstrou sem margem a quaisquer dúvidas o seu carácter profundamente patriótico, nacional e progressista, demonstrou ser o único legítimo representante de todo o povo angolano, demonstrou ser o digno interlocutor do povo português e um precioso aliado das forças do trabalho, do progresso e da independência de Portugal.

«Estamos aqui reunidos para dizermos «Não» à agressão imperialista em Angola, à invasão do território por mercenários e «elvistas», às manobras, intrigas, pressões e ingerências do imperialismo, que desenvolve uma frenética actividade para defender os seus sórdidos interesses exploradores, para fraudar o direito à completa independência do povo de Angola e impor-lhe «soluções» neocolonialistas, com a ajuda de grupos de lacaios fantoches.

Frequentemente interrompido pela multidão, que gritava «O PC está com o MPLA», «MPLA a vitória é certa», «O MPLA é o Povo, o Povo é o MPLA», o camarada Abóim Inglês prosseguiu: «Apenas seis dias nos separam do 11 de Novembro. Trata-se dum data histórica para o povo irmão de Angola, que durante séculos sofreu o jugo da dominação colonial portuguesa e que há 14 anos se ergueu em armas, ao apelo e sob a direcção do MPLA, para conquistar a sua libertação. A sua longa e heróica luta

chega agora à vitória final, com a qual se abrirá para o povo irmão angolano uma nova era, a do desenvolvimento soberano. Em Angola, será o seu povo a decidir dos seus destinos e a construir o seu próprio futuro de unidade, liberdade, justiça, democracia e progresso que, com a estrela amarela de cinco pontas, está inscrito na gloriosa bandeira do MPLA.

«Também para o povo português será uma data histórica, constituirá um importante passo na marcha para a nossa própria libertação, para o nosso progresso económico, social e espiritual, para a nossa própria independência nacional.»

O MESMO COMBATE

Mais adiante, o camarada Abóim Inglês sublinhou que as forças que em Portugal conspiram contra o processo revolucionário são as mesmas que visam impedir o povo de Angola de assumir a independência e conspiram para que o poder não seja entregue ao legítimo defensor do povo angolano, o MPLA.

Afirmou o camarada Abóim Inglês, que «são as mesmas forças negras da reacção fascista — os monopolistas e colonialistas portugueses e o imperialismo estrangeiro — que nós aqui temos de derrotar em Portugal e que os patriotas angolanos do MPLA também combatem».

O camarada Abóim Inglês apontou seguidamente, os factos que justificam esta afirmação: «Em Angola, portugueses mercenários a soldo de interesses estrangeiros enquadram os bandos criados a partir do Zaire, invadem Angola pelo Norte. Todos vimos na Televisão as caras de alguns desses mercenários que foram há pouco capturados pelo MPLA, vimo-los e ouvímo-los. São decerto «coliga» daqueles outros Abreu e Mira Godinho há dias encontrados, escondidos debaixo de camas, no laboratório do seminário de Braga, onde conspiravam com alguns retornados... Em Angola, «elvistas» bem armados, apoiados pelos racistas sul-africanos, invadem o Sul de Angola a partir da Namíbia, e dedicam-se à «caça ao homem». Em Portugal, outros «elvistas» caçam à bomba militantes progressistas, centros da reforma agrária, procuram lançar o pânico na população para abrir o caminho à contra-revolução fascista com que sonham os monopolistas e latifundiários, a fim de roubar os bancos, as siderurgias, os cimentos, os latifúndios, que o povo português lhes arranca de mãos para sempre.

«São os mesmos inimigos que nós derrotamos aqui e que derrotamos em Angola os patriotas do MPLA: São os Mellos e os Champalimauds, os Espírito Santos e os Quinas, esses, que foram donos e senhores de Portugal nos 48 anos de ditadura fascista, esses, a quem serviram os Marcelos e os Spínolas, esses, que se faziam passar por «paladinos da civilização cristã» para melhor roubar os diamantes, o petróleo, o café, o algodão, o ferro, as riquezas de Angola e do suor dos angolanos. São os Mellos e os Champalimauds, os Espírito Santos e Quinas (alguns dos quais fugiram de cá para mais a salvo conspirarem no estrangeiro, mas que deixaram entre nós os seus primos e afilhados, os seus advogados e lacaios, e para cá enviaram os mercenários a soldo) — e por detrás desses tubarões os tubarões maiores, os

Morgan, os Mellon e Rockefeller, os Guggenheimer e Oppenheimer, os ABs e Rotschild, os imperialistas apátridas, que apoiam o fascismo e o colonialismo português porque este era o seu associado, o seu servo e o seu gendarme».

SOLIDARIEDADE E INTERNACIONALISTA DO PCP PARA COM O MPLA

Prosseguindo a sua intervenção, o camarada Abóim Inglês salientou que a luta do povo português é comum à luta do povo angolano, dizendo «tudo quanto fizemos aqui em Portugal para defender as conquistas da nossa revolução é uma ajuda directa à luta do povo angolano», e que «a luta do MPLA para garantir na data fixada o acesso à independência autêntica e completa de Angola é uma ajuda directa à nossa luta em Portugal».

Mais adiante, acentuou: «Quando nós, comunistas portugueses, dizíamos e dizemos — e durante muito tempo fomos os únicos a afirmá-lo, e por isso fomos perseguidos e caluniados — que o povo português não poderá ser verdadeiramente livre se os povos das colónias o não fossem também, não nos limitávamos a repetir uma tese célebre de Marx e Engels, retomada por Lênine e assumida por todo o movimento comunista internacional. Assumindo com firmeza essa posição internacionalista e assumindo-a consequentemente na prática, na luta, quando a luta internacionalista era bem mais perigosa que o é depois do 25 de Abril, nós, comunistas portugueses, não éramos apenas fiéis aos interesses e à ideologia da classe operária. A classe operária é explorada igualmente por todo o lado onde impera o regime capitalista, é a mesma escravidão assalariada, e o senhor dos escravos assalariados é um só e não tem pátria: o capital. Por isso o internacionalismo está bem no coração mesmo dos interesses e da ideologia do proletariado. Por isso nós, comunistas, fomos, somos e seremos internacionalistas».

Depois de referir à necessidade de Portugal conceder a independência a Angola no próximo dia 11, entregando o poder ao MPLA, o camarada Abóim Inglês disse: «Os comunistas portugueses, tal como no tempo do fascismo, tal como constantemente desde o 25 de Abril, estão inteiramente seguros de interpretar os interesses da classe operária e dos trabalhadores portugueses e os interesses nacionais do povo português, quando reafirmam uma vez mais, nesta hora grave, a sua inteira solidariedade internacionalista com os valerosos patriotas do MPLA».

E, dirigindo-se aos representantes do MPLA, o camarada Abóim Inglês finalizou a sua intervenção afirmando: «A vossa luta foi longa e dura e não terminou ainda. Mas a independência de Angola, não há já forças no mundo que vo-la possam arrancar. Seréis independentes no 11 de Novembro. África e o mundo ganharão mais um país independente e soberano e o poder estará nas mãos do povo. Não há forças no mundo que possam deter o irresistível movimento dos povos para a independência, para o progresso social. O MPLA está com o povo de Angola e o povo de Angola está com o MPLA. Convosco estarão também os povos e as



A mesa que presidiu ao comício

forças progressistas do mundo inteiro, convosco estará o povo português, as forças progressistas e autenticamente patriotas de Portugal, convosco estará sempre o Partido Comunista Português. Estaremos convosco para festejar a vitória e para prosseguir no combate.»

MPLA NA LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

Saudado pela multidão com palavras de ordem como «Um só Povo, uma só Nação, sob a bandeira da MPLA», «A luta continua, a vitória é certa» e «Imperialistas fora de Angola», falou seguidamente o representante do MPLA, camarada Alvaro Santos, que começou por afirmar:

«O MPLA fundou-se como um movimento de libertação com um objectivo bem definido e em volta do qual articulou todo o seu programa e acção: libertar o povo angolano do jugo explorador e humilhante do colonialismo português e do imperialismo, pela independência real e completa da nação angolana, considerada no seu todo, de Cabinda ao Cunene.»

«O colonialismo português está no fim — prosseguiu Alvaro Santos — mas a presença do imperialismo permanece mais ameaçadora que antes, disposta a destruir todas as conquistas que o povo angolano alcançou ao cabo de 14 anos de luta pela liberdade, pela independência nacional da sua pátria. Hoje não podem restar dúvidas a ninguém que a UPA/FNLA e a Unita não são movimentos de libertação, não são a expressão do nosso povo, não são agentes do imperialismo, não são interesses das multinacionais, são agentes no interior do nosso país da reacção internacional. Com tal gené não pode haver, nem haverá, qualquer plataforma de entendimento. Há sim que expulsá-los por todos os meios do nosso solo pátrio.»

Criticando a ambiguidade, a indefinição política do problema de Angola por parte do Governo português, o camarada Alvaro Santos rejeitou o discurso de Melo Antunes na ONU e as tentativas conciliatórias de Vítor Crespo, acentuando: «Nem a ignorância nem a ausência de percepção e análise política, e muito menos a ingenuidade, podem invocar-se para justificação das propostas e diligências do Governo português.»

E mais adiante: «As declarações proferidas por aqueles membros do Governo português reflectem — e é o mínimo que neste momento podemos dizer — não só um surpreendente irrealismo político como também, para nós angolanos, intenções extremamente duvidosas.»

A LUTA CONTINUA, A VITÓRIA É CERTA!

«A indefinição política do Governo português face a Angola — continuou Alvaro Santos — é consequência da indefinição do próprio processo revolucionário em Portugal.»

«Em 11 de Novembro, seja qual for a posição que o Governo português venha a assumir, será proclamada a independência nacional da nossa Pátria. O Povo Angolano assumirá o poder e constituirá um governo nacional extensivo a todo o território de Angola. Uma segunda guerra de libertação nacional já começou contra os invasores estrangeiros e os seus agentes internos, a UPA/FNLA-Unita. Levá-la-emos até ao fim!», assegurou finalmente o representante do MPLA.

Ainda em nome do MPLA falou o camarada Arménio Ferreira que, na sua intervenção, historicou alguns dos mais importantes aspectos da luta do MPLA, referindo, nomeadamente, a total e permanente solidariedade prestada ao movimento dos patriotas angolanos pelo partido da classe operária portuguesa, o PCP. Salientando a

luta comum dos patriotas portugueses e angolanos, Arménio Ferreira recordou o facto de muitos dos militantes do MPLA terem militado no PCP. E salientou a unidade de pensamento existente entre o MPLA, o PAIGC e a Frelimo.

Historiando a luta armada do povo angolano, desde o 4 de Fevereiro de 1961, Arménio Ferreira referiu a poderosa contribuição da

luta do povo angolano para o desencadear do 25 de Abril.

Depois de referir as tentativas neocolonialistas tentadas por Spínola e sequeiras, o camarada Arménio Ferreira afirmou, a determinação alta, que o problema dos retornados não era causado pelo MPLA mas sim pelos movimentos fantoches, e acentuou o facto de grande parte dos retornados serem

oriundos das regiões ainda controladas pela UPA/FNLA-Unita.

A dado passo da sua intervenção, afirmou: «Eu, como angolano, não compreendo como é que o Governo português quer combater o ELP em Portugal e não combate o MPLA em Angola.»

O camarada Arménio Ferreira ao finalizar a sua intervenção e depois de afirmar que, aconteça o que

acontecer, Angola será independente no próximo dia 11, apelo para a solidariedade activa do povo português com o povo angolano.

A encerrar esta grande jornada de luta e de solidariedade para com o MPLA e o povo angolano, usou da palavra o camarada Sérgio Vilarigues, cujo discurso referimos noutra local.

EM PORTUGAL E ANGOLA A CONSPIRAÇÃO É A MESMA

O camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, pronunciou um importante discurso acerca da luta comum em Angola e Portugal contra a reacção e o imperialismo

A encerrar o entusiástico comício de Sacavém falou o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, que começou por afirmar:

«Estamos aqui reunidos neste grande comício de solidariedade para com o povo angolano e a sua vanguarda revolucionária e legítimo representante, o MPLA. Estamos aqui dando mais um passo comum na luta pela liberdade, para saudar a independência próxima de Angola.

Permiti, camaradas e amigos, que em primeiro lugar, em nome do CC do nosso Partido, saude o representante do MPLA aqui presente, e através dele todos os militantes do MPLA, todos os autênticos patriotas angolanos que, ao longo dos anos, vem conduzindo uma luta dura e difícil pela independência da sua pátria.

Uma saudação especial, calorosa e amigável, dirigimos neste momento, ao grande patriota angolano e dirigente estimado do MPLA, camarada Agostinho Neto, dizendo-lhe que estamos, como sempre estivemos, com o povo angolano na sua luta contra o colonialismo e o imperialismo, pela verdadeira independência nacional de Angola.

A independência de Angola a proclamar contra ventos e marés no próximo dia 11 de Novembro é, acima de tudo, fruto da luta heróica dos patriotas e do povo angolano. Mas a ela não é estranha a acção dos revolucionários e anticolonialistas portugueses, civis e militares, entre os quais é justa destacar os comunistas. De facto, o PCP foi o único que como tal antes e depois do começo da luta armada conduzida pelo MPLA sempre proclamou e lutou pelo direito inalienável do povo de Angola à autodeterminação e à completa independência.

A Revolução Portuguesa, encetada em 25 de Abril de 1974 com o derrubamento da ditadura fascista e colonialista, veio dar, sem dúvida alguma, uma nova dinâmica à luta, já não apenas contra o colonialismo mas também e acima de tudo pela descolonização dos povos oprimidos pelos colonialistas portugueses.

Falar dos problemas da descolonização de Angola implica, pois, dizer algumas palavras sobre a Revolução portuguesa e a situação política actual. Uma coisa não poderá ser separada da outra.»

O PROBLEMA DOS RETORNADOS

O camarada Sérgio Vilarigues passou então a ocupar-se da actualidade em Portugal, onde se vive «uma autêntica guerra de classes antagonicas, uma guerra libertadora que só terminará pela vitória completa de uma delas — e essa não poderá ser outra senão o proletariado e os seus aliados».

Relativamente à política reaccionária do PPD, acentuou: «O PPD também não está no governo, como nunca esteve, (lembremos na aliança com Spínola e quejandos), para ali defender uma política de descolonização autêntica e de verdadeira independência nacional, para os povos que estiveram até há pouco submetidos ao jugo colonial português, como não estão com os verdadeiros patriotas angolanos e timorenses dirigidos respectivamente pelo MPLA e FRELIMO.»

Não podendo defender uma política colonialista aberta, o PPD e certas personalidades defendem e praticam uma política neocolonialista embora coberta com frases anticolonialistas.

Logo a seguir acrescentou: «A sincronização das actividades contra-revolucionárias em Portugal e Angola, a que vimos assistindo à medida que nos aproximamos do dia 11 de Novembro, visa destruir a nossa revolução e impedir o acesso à independência do povo angolano na data fixada. Isto mostra, por um lado a gravidade da situação em Portugal e em Angola e por outro lado, a necessidade de aumentar a vigilância das massas populares sobre os conspiradores e actuar de maneira a cortar-lhes o passo a tempo.

A defesa de Revolução e das suas conquistas tem assentado fundamentalmente e deve continuar a assentar na força organizada da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo, das massas populares, dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas.

No dia 30 de Outubro passado, foram presos simultaneamente em Braga e Luanda mais de três dezenas de elementos do MDLP e ELP. Em Braga, num Seminário cedido a elementos reaccionários vindos de Angola, albergavam-se e faziam dali o seu quartel-general conspiradores sobre atentados terroristas do ELP e do MDLP. Tudo indica que ali decidiram a necessidade de aumentar a vigilância das massas populares sobre os conspiradores e actuar de maneira a cortar-lhes o passo a tempo.

A defesa de Revolução e das suas conquistas tem assentado fundamentalmente e deve continuar a assentar na força organizada da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo, das massas populares, dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas.

«Com a aproximação da data da proclamação da independência de Angola, a situação política torna-se ainda mais tensa, a conspiração da direita adensa-se, a crise política agrava-se no nosso país.

O evoluir da situação em Espanha num sentido favorável às forças democráticas e antifascistas, parece ter levado o pânico e o desespero aos contra-revolucionários e fascistas que ali têm encontrado campo livre para as suas conspirações contra a revolução portuguesa.

A actividade frenética de carácter terrorista que se observa em Portugal e em Angola permite concluir que, dando-se conta de que o tempo trabalha contra elas, as forças da contra-revolução recebem perder as suas bases em Espanha. Por outro lado, as forças reaccionárias fascistas e colonialistas portuguesas, em aliança com o imperialismo estrangeiro, tentam num último esforço impedir que Angola seja um país verdadeiramente independente para ali se fixarem impondo novos processos de opressão e de exploração do povo angolano. Para tanto, procuram criar dificuldades ao MPLA, organizando provocações armadas que o debilitam, levando a efeito penetrações armadas de tropas mercenárias da África do Sul e do Zaire, assim como de mercenários brancos oriundos de Portugal, entre eles alguns oficiais ou ex-oficiais do exército português.

A ausência de medidas contra os mercenários portugueses e em relação ao comportamento da tropa, em Sá da Bandeira e Moçambiques, assim como a ausência de qualquer tomada de posição contra a invasão do território de Angola por mercenários e mesmo tropa regular do Zaire e da África do Sul da parte das autoridades governamentais portuguesas provoca estranheza e legítimas preocupações entre os revolucionários patriotas portugueses e angolanos.

As provocações armadas dos colonialistas e neocolonialistas portugueses e a grande conspiração do imperialismo internacional contra o MPLA e o povo angolano não são casuais. É o que o MPLA é um autêntico movimento patriótico de libertação nacional, que o nosso partido sempre apoiou desde a sua fundação. O MPLA, que seguiu sempre uma política conforme com os interesses nacionais do povo angolano, hoje não abdica da luta por uma verdadeira independência nacional.

O MPLA sempre proclamou que não confundia o povo português com os colonialistas e fascistas portugueses e que os interesses e bens obtidos legitimamente pelos portugueses residentes em Angola seriam respeitados pelo novo Estado uma vez conquistada a independência. A situação criada à maioria dos portugueses que habitavam em Angola de inteira responsabilidade de uma minoria de colonialistas e neocolonialistas interessados em manter o domínio colonial sobre o povo de Angola e a opressão fascista sobre o povo português.

Hoje, também, já não oferece dúvidas a ninguém que o MPLA é o único movimento enraizado no povo português e gozando da sua confiança. Legítimo representante do povo angolano, o MPLA assim foi e é considerado pelos comunistas e outros revolucionários portugueses. A ele, pois, deveriam ser transmitidos os poderes pelo governo português no próximo dia 11.

Ignorar a realidade e persistir em manter-se agarrado aos acordos de Alvor, ultrapassados pela vida e de que hoje pouco resta de válido é, para o nosso ver, não servir da melhor maneira os interesses de Portugal e de Angola. As posições de Moçambique e da Guiné-Bissau e Cabo Verde reconhecendo o MPLA como o único movimento de libertação de Angola digno de assumir a responsabilidade do poder no seu país e dirigindo críticas à posição do governo português pela política que está seguindo em relação a Angola, representam já, a nosso ver, uma reacção anunciadora de que as boas relações entre esses novos países, a que se juntará em breve Angola, corram o perigo de se deteriorar. O prestigio alcançado por Portugal no âmbito mundial pela forma como se tem processado a descolonização está em risco de ser fortemente atingido se não se modificar.

Sob a direcção do MPLA, a luta libertadora do povo angolano esteve sempre interligada à luta do povo português pela sua própria libertação do jugo fascista e do domínio imperialista. Os dois povos ajudaram-se mutuamente na sua luta comum.

A poucos dias da independência de Angola é preciso ter presente esta realidade e, reconsiderando a posição a tomar, transmitir os poderes ao MPLA como legítimo representante do povo angolano.

Nós, comunistas, e todas as forças verdadeiramente revolucionárias patrióticas, estamos hoje, como estamos no dia 11, com o povo angolano e a sua vanguarda — o MPLA!

Viva Angola livre e independente!
Viva a amizade entre o povo português e o povo angolano!
Que viva e se fortaleça a amizade e a colaboração fraternal entre o PCP e o MPLA!
Viva o Internacionalismo proletário!

A MESMA LUTA

O nosso Partido e o «Avante!» estiveram desde a primeira hora ao lado do MPLA, ao lado dos trabalhadores angolanos, na sua luta de libertação, combatendo os mesmos inimigos que são os inimigos dos trabalhadores em todos os continentes

Agenda Nota à leitura dos patriotas angolanos

Avante!

ACABAR COM A GUERRA DE ANGOLA é um imperativo nacional

A ciência soviética vai conquistando o espaço

ZÍSBOA AMEAÇADA!

Para Portugal os bases militares estrangeiras!